

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**  
**Laboratório de Observação Social**

**CONTRATO 026/2007 – UFRGS – FASC**  
**ESTUDOS QUANTI-QUALITATIVOS**  
**RELATÓRIO FINAL**

**ESTUDO QUANTI-QUALITATIVO DA**  
**POPULAÇÃO QUILOMBOLA DO**  
**MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE/RS**

**Porto Alegre, maio de 2008**

Campus do Vale; Av. Bento Gonçalves, 9500; Prédio 43 322 Sala 215; 91509-900  
Porto Alegre - RS - Brasil; Telefone: (51) 3308 7314; Fax: (51) 3308 6905  
e-mail: [labors@ufrgs.br](mailto:labors@ufrgs.br)

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**  
**Laboratório de Observação Social**

**CONTRATO 026/2007 – UFRGS/FAURGS – FASC**  
**ESTUDOS QUANTI-QUALITATIVOS**  
**RELATÓRIO FINAL**

## **Estudo quanti-qualitativo da População Quilombola do Município de Porto Alegre/RS**

**Coordenação:**

**Ivaldo Gehlen** (Coordenador Geral)  
**Ieda Cristina Alves Ramos** (Coordenadora do Estudo de Quilombos)

**Porto Alegre, maio de 2008**

Campus do Vale; Av. Bento Gonçalves, 9500; Prédio 43 322 - Sala 215; 91509-900  
Porto Alegre - RS - Brasil; Telefone: (51) 3308 7314; Fax: (51) 3308 6905  
e-mail: [labors@ufrgs.br](mailto:labors@ufrgs.br)

**CONTRATO 026/2007 – UFRGS – FASC**  
**ESTUDO QUANTI-QUALITATIVO DA POPULAÇÃO QUILOMBOLA DO MUNICÍPIO DE PORTO**  
**ALEGRE/RS**  
**RELATÓRIO FINAL**

**COORDENADOR GERAL**  
Ivaldo Gehlen

**EQUIPE TÉCNICA:**

**Ieda Cristina Alves Ramos** (Coordenadora do Estudo), Bacharel em Ciências Sociais pela UFRJ, Especialista em Projetos Sociais e Culturais pela UFRGS, Mestranda em Desenvolvimento Rural pela UFRGS. Bolsista IEB. Tutora da disciplina – Métodos de Pesquisa do curso de graduação em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural do EAD/UFRGS. Tem experiência em Sociologia Rural e Antropologia, principalmente: em comunidades tradicionais, quilombos, relações etno-raciais, políticas públicas e mediação. Experiência em relatório sócio-histórico-antropológico de Comunidades Remanescentes de Quilombos. Diversos artigos publicados e relatórios sobre a temática.

**Jane Rocha de Mattos**, Licenciada e Bacharel em História (UFRGS), Especialista em História Social da Cidade pela UNISINOS, Mestre em História do Brasil pela PUC/RS. Professora de Ensino Médio da Rede Municipal de Gravataí. Experiência em relatório sócio-histórico-antropológico de Comunidades Remanescentes de Quilombos. Atua na área de Memória e Patrimônio, Museus e trabalha com temas relacionados às relações étnico-raciais, história e trajetória das populações negras de Porto Alegre. Artigos e relatórios sobre a temática.

**Olavo Ramalho Marques**, Bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela UFRGS e Mestre em Antropologia Social pela UFRGS. Professor da UCS de antropologia, sociologia, imagem e sociedade. Participou de relatório sócio-histórico-antropológico de Comunidades Remanescentes de Quilombos. Experiência em Antropologia urbana, principalmente em memória coletiva, transformações urbanas, estética urbana, formas de sociabilidade, antropologia das populações afro-brasileiras, antropologia visual e da imagem. Com artigos e relatórios sobre a temática.

**Iara Kunde Dickel**, Licenciada em Ciências Sociais (UFRGS).

**CONSULTORES:**

**José Carlos Gomes dos Anjos**, Bacharel em Ciências Sociais, Mestre e Doutor em Antropologia Social pela UFRGS, Pós-Doutorado na *Ecole Normale Supérieure* de Paris. Professor do Departamento de Sociologia, do PPG em Sociologia, do PPG em Desenvolvimento Rural e do PLAGEDER EAD/UFRGS. Experiência em Sociologia de Relações Interétnicas, identidades étnicas e nacionais, intelectuais e desigualdade racial. Coordenador de elaboração de relatórios sócio-histórico-antropológicos de Comunidades Remanescentes de Quilombos do Rio Grande do Sul, diversos artigos, relatórios técnicos e livros sobre a temática.

**Elsa Cristina de Mundstock**, Matemática, Departamento de Estatística (UFRGS)

**BOLSISTA:**

**Carolina dos Anjos de Borba**, Bacharel em Ciências Sociais e Jurídicas pela UFPel. Mestranda em Desenvolvimento Rural pela UFRGS.

**APOIO TÉCNICO:**

**Alexandre Peres de Lima** (Acadêmico de Ciências Sociais, UFRGS)

**Daniela Machado Robl** (Acadêmica de História, UFRGS)

**Marcela Franzen Rodrigues** (Acadêmica de Ciências Sociais UFRGS)

**ENTREVISTADORES:**

**Alexandre Peres de Lima** (Acadêmico em Ciências Sociais, UFRGS)  
**Ana Paula Arosi** (Acadêmica em Ciências Sociais, UFRGS)  
**Cristina Gross Moraes** (Acadêmica em Ciências Sociais, UFRGS)  
**Guilherme Schröder** (Acadêmico em Ciências Sociais, UFRGS)  
**Krishna Chiminazzo Predebon** (Acadêmica em História, UFRGS)  
**Jaqueline Russczyk** (Mestranda em Sociologia, UFRGS)  
**Luciana Conceição Lemos da Silveira** (Mestranda em Desenvolvimento Rural, UFRGS)  
**Luísa Andrade de Sousa** (Mestranda em Desenvolvimento Rural, UFRGS)  
**Robson Vargas de Mello** (Acadêmico em História, UFRGS)  
**Ronaldo Jorge Rodrigues de Oliveira** (Mestrando em Educação, UFRGS)  
**Simone Piletti Viscarra** (Acadêmica em Ciências Sociais, UFRGS)  
**Tânia Rejane Saraiva Schneider** (Acadêmica em Ciências Sociais, UFRGS)  
**Tatiana do Prado Rodrigues** (Acadêmica em Ciências Sociais, UFRGS)

**DIGITADORES:**

**Ana Paula Arosi** (Acadêmica em Ciências Sociais, UFRGS)  
**Daniela Machado Robl** (Acadêmica em História, UFRGS)

**CRÍTICA:**

**Cecília Weschenfelder Zarth** (Acadêmica em Ciências Sociais, UFRGS)  
**Jonathan Amaral** (Acadêmico de Ciências Sociais, UFRGS)  
**Marcela Franzen Rodrigues** (Acadêmica de Ciências Sociais UFRGS)  
**Marieta Reis** (Acadêmica de Ciências Sociais, UFRGS)  
**Michele Doris Castro** (Acadêmica de Ciências Sociais, UFRGS)

**PRESIDENTE DA FASC**

**Brizabel Müller da Rocha**

**COORDENAÇÃO PELA FASC**

**Marta Borba Silva**, Bacharel em Serviço Social (PUC/RS), Mestre em Serviço Social (PUC/RS)  
**Simone Ritta dos Santos**, Bacharel em Serviço Social (ULBRA), Mestre em Antropologia Social (UFRGS) e Doutoranda em Serviço Social (PUC/RS)

**GRUPO DE TRABALHO/MONITORES PELA PREFEITURA**

**Ana Elisa Freitas** (SMDHSU)  
**Carlos da Silva** (FASC)  
**Júlia Obst** (FASC)  
**Manoel da Silva** (SMED)  
**Marta Borba Silva** (FASC)  
**Simone Machado** (FASC)  
**Simone Ritta dos Santos** (FASC)

**FACILITADORES DE CAMPO:**

**Quilombo do Areal**  
**Gessi da Rosa Fontoura**  
**Sônia Maria Figueiredo Xavier**

Quilombo dos Alpes  
**Priscila dos Santos**  
**Rosângela da Silva Ellias (Janja)**  
**Valdir da Silva Ellias (Bolinha)**

Quilombo Família Silva  
**Ângela Maria da Silva**  
**Lorivaldino da Silva (Lori)**

Quilombo Família Fidelix  
**Sérgio Santos Fidelix**  
**Maria Aparecida Cerpa Correa (Cida)**

**COLABORADORES:**

**Francinei Bentes Tavares**, Doutorando em Sociologia, UFRGS  
(Entrevistador)

**Lucimar de F. dos Santos Vieira**, Mestre em Geografia, UFRGS  
(Elaboração de mapas)

**Mariana Balen Fernandes**, Mestre em Antropologia Social, UFRGS  
(Supervisão de campo)

**Nara Dubois de Jesus**, Mestre em Sociologia, UFRGS (Transcrição)

**Porto Alegre, maio de 2008**

Campus do Vale; Av. Bento Gonçalves, 9500; Prédio 43 322 - Sala 215; 91509-900  
Porto Alegre - RS - Brasil; Telefone: (51) 3308 7314; Fax: (51) 3308 6905  
e-mail: [labors@ufrgs.br](mailto:labors@ufrgs.br)

# APRESENTAÇÃO

Este relatório apresenta os resultados finais da pesquisa “Estudo Quanti-Qualitativo da População das Comunidades Remanescentes de Quilombo de Porto Alegre”. A pesquisa de campo foi realizada junto às Comunidades Remanescentes de Quilombos Alpes, Areal Família Silva e Família Fidelix, entre os meses de novembro de 2007 e março de 2008.

A pesquisa é um dos subprojetos do “Contrato 026/2007 – UFRGS – FASC”, que previu, além do estudo quali-quantitativos da população das comunidades remanescente de quilombos, o estudo da população em situação de rua, das comunidades indígenas e da população afrobrasileira que se encontra na condição social do bolsa Família, de Porto Alegre/RS. A execução dos estudos foi de responsabilidade do Laboratório de Observação Social (LABORS), órgão vinculado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da UFRGS. A equipe executora foi composta por pesquisadores de diferentes áreas, especialmente antropologia, história, e sociologia e por estudantes universitários.

A equipe específica da pesquisa sobre a população das comunidades remanescentes de quilombos de Porto Alegre foi composta de pesquisadores das áreas de Antropologia Social, História, Sociologia e Desenvolvimento Rural, além de estudantes de diferentes estágios do curso de Ciências Sociais, História e Educação.

A supervisão e acompanhamento do desenvolvimento das atividades de pesquisa foram realizados por profissionais da FASC, da área de assistência social. O financiamento da pesquisa foi feito pelo Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) através da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC), da Prefeitura de Porto Alegre.

Os dados empíricos através de formulários e roteiro de entrevista foram levantados nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2008, com acompanhamento e facilitação das lideranças das respectivas associações quilombolas e as entrevistas realizadas por pessoal capacitado especificamente.

Os resultados são confiáveis do ponto de vista metodológico e as análises foram feitas com acuidade para que possa o estudo servir de referência para suas finalidades.

Porto Alegre, maio de 2008

**Ivaldo Gehlen**  
Coordenador Geral

**Ieda Cristina Alves Ramos**  
Coordenadora deste Estudo

## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 01 - Condição dos entrevistados .....</b>	<b>16</b>
<b>FIGURA 02: Localização do Quilombo Família Silva.</b> Fonte: <a href="http://maps.google.com.br">http://maps.google.com.br</a> , consultado em 23/04/2008.....	<b>30</b>
<b>FIGURA 03: Imagem de satélite: o Quilombo Família Silva e entorno.</b> Fonte: <a href="http://maps.google.com.br">http://maps.google.com.br</a> , consultado em 23/04/2008.....	<b>30</b>
<b>FIGURA 04: Localização do Quilombo do Areal.</b> Fonte: <a href="http://maps.google.com.br">http://maps.google.com.br</a> , consultado em 23/04/2008.....	<b>33</b>
<b>FIGURA 05: Imagem de satélite: o Quilombo do Areal e entorno.</b> Fonte: <a href="http://maps.google.com.br">http://maps.google.com.br</a> , consultado em 23/04/2008.....	<b>34</b>
<b>FIGURA 06: Localização do Quilombo dos Alpes.</b> Fonte: <a href="http://maps.google.com.br">http://maps.google.com.br</a> , consultado em 23/04/2008.....	<b>41</b>
<b>FIGURA 07: Imagem de satélite: o Quilombo dos Alpes e entorno.</b> Fonte: <a href="http://maps.google.com.br">http://maps.google.com.br</a> , consultado em 23/04/2008.....	<b>42</b>
<b>FIGURA 08: Localização do Quilombo Família Fidelix.</b> Fonte: <a href="http://maps.google.com.br">http://maps.google.com.br</a> , consultado em 23/04/2008.....	<b>45</b>
<b>FIGURA 09: Imagem de satélite: o Quilombo Família Fidelix e entorno.</b> Fonte: <a href="http://maps.google.com.br">http://maps.google.com.br</a> , consultado em 23/04/2008.....	<b>45</b>
<b>FIGURA 10 – Local de nascimento do responsável.....</b>	<b>61</b>
<b>FIGURA 11 - Faixa etária do responsável .....</b>	<b>63</b>
<b>FIGURA 12 - Sexo do Responsável .....</b>	<b>64</b>
<b>FIGURA 13 - Principal ocupação do Responsável .....</b>	<b>66</b>
<b>FIGURA 14 - Principal ocupação do Cônjuge .....</b>	<b>68</b>
<b>MAPA 1: Mapa de localização das Comunidades Quilombolas nos Bairros de Porto Alegre.....</b>	<b>59</b>
<b>MAPA 2: Mapa de localização das Comunidades Quilombolas nas Regiões do Orçamento Participativo.....</b>	<b>60</b>

## **LISTA DE FOTOS**

<b>FOTO 01: A Família Silva.</b> Fotojornal - Jornal dos alunos de Fotojornalismo da Foto Oficina Brasil Imagem. Fotógrafo Pablo Costa .....	<b>31</b>
<b>FOTO 02: Riachinho início do século XX.</b> Fotógrafo Lunara - Acervo Museu Joaquim José Felizardo/Fototeca Sioma Breitman. ....	<b>36</b>
<b>FOTO 03: Paisagem na Grande Glória.</b> 1901 - Fotógrafo Lunara - Acervo Museu Joaquim José Felizardo/Fototeca Sioma Breitman. ....	<b>43</b>
<b>FOTO 04: Panorama aéreo da canalização do Arroio Dilúvio.</b> 1957 - Fotógrafos Léo Guerreiro e Pedro Flores. Acervo do Museu Joaquim José Felizardo/Fototeca Sioma Breitman. ....	<b>47</b>

## LISTA DE TABELAS

<b>TABELA 01:</b> Comunidade e respectivo número de famílias cadastradas .....	<b>15</b>
<b>TABELA 02:</b> Data de realização das entrevistas.....	<b>16</b>
<b>TABELA 03:</b> Turno de realização das entrevistas .....	<b>17</b>
<b>TABELA 04:</b> Quem foi entrevistado .....	<b>19</b>
<b>TABELA 05:</b> Programas Sociais que a família participa .....	<b>56</b>
<b>TABELA 06:</b> Faixa etária e Sexo – Todas as Comunidades .....	<b>57</b>
<b>TABELA 07:</b> Bairros onde se localizam as Comunidades.....	<b>58</b>
<b>TABELA 08:</b> Região do Orçamento Participativo onde se localizam as Comunidades.....	<b>58</b>
<b>TABELA 09:</b> Local de nascimento do responsável e do cônjuge .....	<b>62</b>
<b>TABELA 10:</b> Faixa etária do responsável.....	<b>63</b>
<b>TABELA 11:</b> Faixa etária do cônjuge .....	<b>63</b>
<b>TABELA 12:</b> Faixa etária dos demais membros da família .....	<b>61</b>
<b>TABELA 13:</b> Sexo do responsável.....	<b>64</b>
<b>TABELA 14:</b> Sexo do cônjuge .....	<b>65</b>
<b>TABELA 15:</b> Tempo de residência do responsável e do cônjuge no quilombo .....	<b>64</b>
<b>TABELA 16:</b> Ocupação Principal do responsável .....	<b>67</b>
<b>TABELA 17:</b> Ocupação Principal do cônjuge.....	<b>69</b>
<b>TABELA 18:</b> Número de filhos .....	<b>70</b>
<b>TABELA 19:</b> Material de construção da moradia.....	<b>70</b>
<b>TABELA 20:</b> Adequação da moradia ao tamanho da família.....	<b>70</b>
<b>TABELA 21:</b> Quantidade de pessoas que moram na casa .....	<b>71</b>
<b>TABELA 22:</b> Condição de conservação da moradia segundo os entrevistados .....	<b>71</b>
<b>TABELA 23:</b> Quantidade de peças na casa .....	<b>72</b>
<b>TABELA 24:</b> Tipo de instalação sanitária da casa.....	<b>70</b>
<b>TABELA 25:</b> Abastecimento de energia elétrica.....	<b>72</b>
<b>TABELA 26:</b> Modo de chegada da água até a casa.....	<b>73</b>
<b>TABELA 27:</b> Principais formas de tratamento da água para consumo humano.....	<b>73</b>
<b>TABELA 28:</b> Principais destinos do lixo das casas .....	<b>74</b>
<b>TABELA 29:</b> Quantidade de famílias que moram na mesma casa .....	<b>74</b>
<b>TABELA 30:</b> Grau de instrução do responsável.....	<b>75</b>
<b>TABELA 31:</b> Escolaridade dos demais membros da família.....	<b>31</b>
<b>TABELA 32:</b> Escolaridade dos demais membros da família e faixa etária.....	<b>76</b>
<b>TABELA 33:</b> Motivo de não ir à escola dos demais membros da família.....	<b>77</b>
<b>TABELA 34:</b> Principais fontes de informação .....	<b>77</b>

<b>TABELA 35:</b> Outros Programas Sociais que a família participa.....	<b>78</b>
<b>TABELA 36:</b> Participação no Programa de Cesta Básica do Governo Federal.....	<b>79</b>
<b>TABELA 37:</b> Outros Programas Sociais que a família participa.....	<b>79</b>
<b>TABELA 38:</b> Itens que precisam ser melhorados na área da ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	<b>79</b>
<b>TABELA 39:</b> Definição de assistência social, segundo os entrevistados .....	<b>80</b>
<b>TABELA 40:</b> Conhecimento acerca da FASC e de suas formas de atuação .....	<b>80</b>
<b>TABELA 41:</b> Avaliação da FASC .....	<b>81</b>
<b>TABELA 42:</b> Atendimento por algum programa da FASC.....	<b>81</b>
<b>TABELA 43:</b> Acesso aos postos de saúde .....	<b>82</b>
<b>TABELA 44:</b> Itens que precisam ser melhorados na área da SAÚDE .....	<b>82</b>
<b>TABELA 45:</b> Problemas de saúde existente na família .....	<b>83</b>
<b>TABELA 46:</b> Itens que precisam ser melhorados na área da EDUCAÇÃO .....	<b>84</b>
<b>TABELA 47:</b> Itens que precisam ser melhorados na área da SEGURANÇA .....	<b>84</b>
<b>TABELA 48:</b> Existência de cooperação/ajuda entre as pessoas do bairro na busca das melhorias apontadas .....	<b>85</b>
<b>TABELA 49:</b> Formas de realização da cooperação .....	<b>85</b>
<b>TABELA 50:</b> Participação do entrevistado ou membro da família em entidades/associações/reuniões .....	<b>86</b>
<b>TABELA 51:</b> Principais fontes de busca de ajuda para as necessidades básicas como alimentação e transporte da família.....	<b>87</b>
<b>TABELA 52:</b> Principais fontes de busca de informações sobre direitos (como direitos trabalhistas, da família, aposentadoria, benefícios, programas sociais, etc) da família .....	<b>88</b>
<b>TABELA 53:</b> Faixa etária dos integrantes do quilombo .....	<b>90</b>
<b>TABELA 54:</b> Grau de instrução do responsável - Qulombo Família Silva .....	<b>91</b>
<b>TABELA 55:</b> Quantidade de peças na casa – Quilombo Família Silva.....	<b>94</b>
<b>TABELA 56:</b> Estado de conservação da casa - Quilombo Família Silva .....	<b>95</b>
<b>TABELA 57:</b> Postos de saúde que a família costuma acessar .....	<b>97</b>
<b>TABELA 58:</b> Faixa etária dos integrantes do quilombo .....	<b>101</b>
<b>TABELA 59:</b> Faixa etária dos responsáveis pela família .....	<b>101</b>
<b>TABELA 60:</b> Faixa etária e situação escolar dos demais membros da família – Quilombo do Areal.....	<b>103</b>
<b>TABELA 61:</b> Faixa etária e Escolaridade dos demais membros da família – Quilombo do Areal.....	<b>104</b>
<b>TABELA 62:</b> Programas Sociais do Governo que a família participa Quilombo do Areal (Somente as respostas positivas de participação aos Programas).....	<b>106</b>
<b>TABELA 63:</b> Definição de Assistência Social, segundo os entrevistados da Comunidade do Areal.....	<b>108</b>
<b>TABELA 64:</b> Itens que precisam ser melhorados na área da ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	<b>108</b>
<b>TABELA 65:</b> Parentesco dos responsáveis das famílias que moram na casa com o responsável	

pela casa .....	109
<b>TABELA 66:</b> Quantidade de peças na casa .....	<b>110</b>
<b>TABELA 67:</b> Faixa etária dos integrantes do quilombo - Quilombos dos Alpes .....	<b>115</b>
<b>TABELA 68:</b> Faixa etária e Escolaridade dos demais membros da família – Quilombo dos Alpes .....	<b>116</b>
<b>TABELA 69:</b> Material de que é feita a casa .....	<b>119</b>
<b>TABELA 70:</b> Quantidade de peças na casa – Quilombo dos Alpes .....	<b>120</b>
<b>TABELA 71:</b> Adequação da casa ao tamanho da família.....	<b>120</b>
<b>TABELA 72:</b> Outras atividades educativas freqüentadas por demais membros da família .....	<b>121</b>
<b>TABELA 73:</b> Faixa etária e Escolaridade dos demais membros da família – Comunidade dos Alpes .....	<b>124</b>
<b>TABELA 74:</b> Bairros onde se localizam as Comunidades .....	<b>122</b>
<b>TABELA 75:</b> Renda familiar em Salários Mínimos* (SM).....	<b>125</b>

## **LISTA DE ABREVIATURAS UTILIZADAS**

CEDEL – Centro Diagonal Evangélico Luterano

CPDOC/SCMPA – Centro de Pesquisa Documental da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre

DEMHAB – Departamento Municipal de Habitação

EMATER – Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FASC – Fundação de Assistência Social e Cidadania

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IFCH – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IVS – Índice de Vulnerabilidade Social

LABORS – Laboratório de Observação Social

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MPF – Ministério Público Federal

NR – Não respondeu

NS – Não sabe

ObservaPOA – Observatório da Cidade de Porto Alegre

ONG – Organização Não Governamental

OP – Orçamento Participativo

PMPA – Prefeitura Municipal de Porto Alegre

PNAS – Política Nacional da Assistência Social

SEPPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

# INDICE

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>1. CONTEXTUALIZAÇÃO</b> .....	22
1.1 DINÂMICA DA PRESENÇA NEGRA NO RIO GRANDE DO SUL .....	24
1.2 QUILOMBOS URBANOS DE PORTO ALEGRE .....	29
1.3 QUESTÕES CONCEITUAIS .....	49
<b>2. IDENTIFICAÇÃO / CARACTERIZAÇÕES GERAIS</b> .....	57
<b>3. O QUILOMBO FAMÍLIA SILVA</b> .....	89
3.1 DO CONHECIMENTO AO ACESSO AOS PROGRAMAS SOCIAIS .....	91
3.2 MORADIA .....	94
3.3 DEFICIÊNCIAS NA SAÚDE PÚBLICA E DA FAMÍLIA E PROBLEMAS DE SEGURANÇA .....	96
3.4 A REGULARIZAÇÃO DO TERRITÓRIO .....	98
<b>4. O QUILOMBO DO AREAL</b> .....	100
4.1 DO CONHECIMENTO AO ACESSO AOS PROGRAMAS SOCIAIS .....	105
4.2 MORADIA .....	109
4.3 DEFICIÊNCIAS NA SAÚDE PÚBLICA E DA FAMÍLIA, SEGURANÇA .....	110
4.4 A REGULARIZAÇÃO DO TERRITÓRIO.....	112
<b>5 O QUILOMBO DOS ALPES</b> .....	113
5.1 DO CONHECIMENTO AO ACESSO AOS PROGRAMAS SOCIAIS .....	117
5.2 MORADIA .....	119
5.3 SEGURANÇA .....	121
5.4 A REGULARIZAÇÃO DO TERRITÓRIO .....	122
<b>6 O QUILOMBO FAMÍLIA FIDELIX</b> .....	124
6.1 DO CONHECIMENTO AO ACESSO AOS PROGRAMAS SOCIAIS .....	125
6.2 MORADIA .....	126
6.3 DEFICIÊNCIAS NA SAÚDE PÚBLICA E DA FAMÍLIA.....	128
6.4 SEGURANÇA .....	129
6.5 A REGULARIZAÇÃO DO TERRITÓRIO .....	129
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	131
<b>9. ANEXOS</b> .....	141
9.1 FREQUÊNCIAS TOTAIS .....	142
9.3 FORMULÁRIO DAS ENTREVISTAS ESTRUTURADAS .....	199
9.4 ROTEIRO DAS ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS .....	208

## INTRODUÇÃO

Este relatório apresenta algumas definições teórico-conceituais fundamentais para a compreensão do universo estudado, os aspectos metodológicos que nortearam o estudo, especialmente a realização da coleta dos dados e as informações de ida a campo. Apresenta também os resultados gerais do estudo, especialmente as análises das frequências sistematizadas e de cruzamentos produzidos a partir do banco de dados original. A análise inclui as entrevistas semidiretivas, as reuniões com membros das comunidades e observações do cotidiano, registradas pelos pesquisadores durante a ida o campo.

Foram realizadas, em janeiro de 2008, entrevistas através de questionário estruturado com os responsáveis das 171 unidades familiares das quatro comunidades que se auto-reconhecem como quilombolas na cidade de Porto Alegre. Essas comunidades estão situadas em quatro bairros da cidade de Porto Alegre: Menino Deus (Comunidade Remanescente do Quilombo do Areal), Azenha (Comunidade Remanescente do Quilombo Família Fidelix), Cascata (Comunidade Remanescente do Quilombo dos Alpes) e Três Figueiras (Comunidade Remanescente do Quilombo Família Silva). No conjunto contemplam três Regiões do Orçamento Participativo (Centro, Glória e Leste). A pesquisa de campo, incluindo reuniões preparatórias de sensibilização e esclarecimentos da pesquisa com as lideranças, deu-se ao longo de um período de seis meses, envolvendo, além da equipe técnica, também acadêmicos de diversos cursos de graduação ligados às Ciências Sociais, História e outros da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O corpo técnico responsável por supervisionar, sistematizar e elaborar o relatório foi composto por profissionais (antropólogo, sociólogo e historiador) com trajetórias de trabalho e de estudo com comunidades remanescentes de quilombos urbanos e rurais, tendo suas produções científicas relacionadas a esta temática.

Durante o processo de estudo foram realizadas diversas reuniões junto às comunidades, bem como observação participante de seu cotidiano. As entrevistas, através de questionários estruturados, foram feitas aos responsáveis pelas 171 unidades familiares, totalizando 633 pessoas.

**TABELA 01 – Comunidades e respectivo número de famílias cadastradas**

comunidade	Famílias	%
Alpes	56	32,6
Areal	71	41,3
Família Fidelix	30	17,4
Família Silva	15	8,7
<b>Total</b>	<b>172</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos em Porto Alegre – 2008

Procurou-se traçar um perfil desse universo social e levantar suas demandas em saúde, educação, moradia, segurança, políticas públicas, assistência social e regularização fundiária. As entrevistas, através de roteiro semi-estruturado com lideranças comunitárias, subsidiaram as análises e a consolidação do relatório.

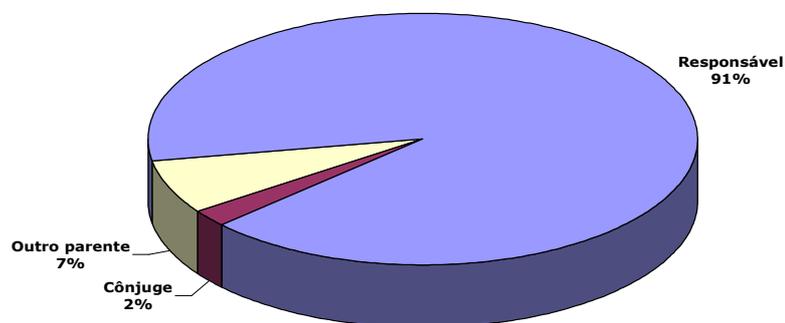
A partir de informações disponíveis no site oficial da Prefeitura Municipal de Porto Alegre pode ser realizada análise comparativa da situação sócio-econômica das comunidades quilombolas de Porto Alegre, em relação ao padrão médio de vida no bairro em que se situa. Após esta breve qualificação das comunidades, a equipe deteve-se nos dados coletados de forma a esmiuçar questões em torno de temas que motivaram a realização deste estudo, principalmente no que tange o acesso das comunidades aos programas sociais, além de itens como moradia, saúde, segurança e território.

## Metodologia

A proposta de entrevistar, prioritariamente, os responsáveis pelas famílias mostrou-se exitosa, pois se chegou ao percentual de mais de 90% das pessoas entrevistadas, como mostra a figura abaixo.

O estudo foi pautado por métodos quantitativos, no entanto procurou-se observar os aspectos fundamentais da etnografia, método por excelência de produção de conhecimento em antropologia que envolve primordialmente a perspectiva de dar voz ao outro, de permitir que fale sobre si e quebre as idéias preconcebidas e etnocêntricas, a tendência de julgar a cultura “do outro” nos termos da própria cultura, e a recusa em compreender outros universos simbólicos.

**FIGURA 01 – Condição dos entrevistados**



Fonte: Pesquisa sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos em Porto Alegre – 2008

O trabalho de campo apresentou peculiaridades em relação a outras populações que constituem o cenário de Porto Alegre. O objeto de estudo foi as comunidades quilombolas – forma através do qual se auto-reconhecem os membros desses grupos de vizinhança, que estabelecem amplas redes de parentesco, solidariedade, e auxílio mútuo. Nesse sentido, os terrenos de pesquisa são concentrados, e não dispersos como os moradores de rua, por exemplo, e tampouco apresentam uma característica itinerante como alguns povos indígenas<sup>1</sup>. Isso, de certa forma facilita o trabalho de realização de entrevistas com os membros das comunidades, em suas casas.

**TABELA 02 – Data de realização das entrevistas**

	<i>Freq</i>	<i>%</i>
De 11 a 14 de janeiro	91	52,9
De 22 a 26 de janeiro	45	26,2
De 29 a 31 de janeiro	34	19,7
02 e 07 de janeiro	2	1,2
<b>Total</b>	<b>172</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos em Porto Alegre - 2008

<sup>1</sup> Apesar de termos clara noção de que existe um nomadismo endêmico a esta população (Cf. MARQUES, O. e MATTOS, J., 2007, p. 92) – e nas camadas populares como um todo - já que os seus membros deslocam-se por regiões da cidade em função de determinadas circunstâncias de vida, tais quais casamentos, separações, novas ocupações, despejos, e assim por diante. Entretanto, tais deslocamentos e retornos não acontecem a frequência e intensidade que se verifica em comunidades *mbyá-Guarni*, por exemplo.

Considere-se que grande parte dessa população trabalha fora de casa, situação que influenciou decisivamente na escolha das datas e horários para a realização das entrevistas. Foi necessário retornar várias vezes às comunidades (com exceção da comunidade Família Silva, bem menos extensa do que as outras), em diferentes dias da semana e em horários variados, para ter-se ampla cobertura, no sentido de incluir no estudo a quase totalidade das unidades familiares. A maior parte das entrevistas foram realizadas entre o final da tarde e início da noite, quando as pessoas haviam retornado do trabalho, como demonstra a tabela abaixo.

**TABELA 03 – Turno de realização das entrevistas**

	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Manhã	1	0,6
Tarde	128	74,4
Noite	43	25,0
<b>Total</b>	<b>172</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos em Porto Alegre – 2008

Outra dificuldade que enfrentamos foi uma certa resistência dessas comunidades em relação à aplicação de mais um questionário, uma vez que são alvos de pesquisas das mais diversas naturezas - principalmente por parte dos multifacetados órgãos de governo - bem como de pesquisas acadêmicas. Foi necessário quebrar essa resistência inicial, o que certamente foi facilitado por conta de os membros da equipe técnica já serem conhecidos pelas comunidades, bem como pelo fato de eles compreenderem que esse diagnóstico deve gerar melhorias na área da assistência social, de que são muito carentes, em geral.

O trabalho foi realizado em equipes que se dividiram entre as comunidades; os entrevistadores foram selecionados por sua experiência na atuação como entrevistadores, bem como em pesquisas com comunidades quilombolas. A supervisão da realização de entrevistas ficou à cargo dos próprios membros da equipe (coordenadora, antropólogo, historiadora e bolsista). Uma vez que as comunidades apresentam características bastante distintas entre si (em termos de volume populacional, extensão territorial, relação unidade domiciliar-famílias, etc.), tivemos que realizar mais saídas de campo em algumas delas, particularmente nos Alpes e no Areal.

De início, realizamos reuniões em todas as comunidades para divulgar o trabalho que a ser feito nos próximos meses. A presença de funcionários da FASC certamente foi decisiva na compreensão das intenções da pesquisa por parte da comunidade, bem como no esclarecimento das possíveis ações decorrentes do estudo que ora relatamos. As comunidades quilombolas de imediato nos questionavam sobre a efetividade dessas ações, acostumadas que

estão com as “promessas” que recebem em inúmeras ocasiões e que raramente se concretizam. A questão que foi muito cobrada, principalmente pelas lideranças comunitárias, foi a de quais seriam os retornos que a comunidade teria com essa nova pesquisa, pois já foram alvos de inúmeras recentemente – à exceção da Família Fidelix. As falas se delineavam da seguinte maneira: “A comunidade abre as portas para as pesquisas e nada acontece depois”.

Sempre se buscou assegurar que, a esse respeito, mesmo não podendo precisar quando e o que vai ser realizado em termos de políticas específicas, ao menos o conhecimento sobre a realidade das comunidades por parte da FASC, permitiria encaminhar as famílias para as políticas já existentes. Resultados imediatos, como o acesso de algumas famílias a benefícios recentemente cortados, ou o encaminhamento de um ou outro problema específico, foi comemorado como decorrente do trabalho, o que deu maior legitimidade para continuidade do estudo.

## **Mapeamento**

Nos levantamentos preliminares<sup>2</sup> a respeito do número de famílias a serem cadastradas para efeito do estudo, indicava-se um número de cerca de 130 famílias quilombolas pelos levantamentos realizados junto ao INCRA/RS e de cerca de 200 famílias quilombolas indicadas a partir de levantamentos realizados pelas lideranças das 4 comunidades remanescentes. Algumas famílias não se encontravam nos seus domicílios no período da realização do campo e mesmo agendando retornos não se obteve sucesso. Segundo informações das lideranças, cerca de nove unidades familiares não foram cadastradas, nas comunidades Areal, Alpes e Família Fidelix.

## **Entrevistas por questionário estruturado**

O universo social estudado é composto por comunidades com relativamente baixa densidade demográfica, optou-se por não realizar amostragem, mas tratar censitariamente. A unidade de análise definida foi a família, no seu sentido de unidade de decisão e de organização da via. Além de uma definição êmica – a comunidade se forma de famílias – os estudos de comunidade e as próprias políticas no campo da assistência social são pautadas na

---

<sup>2</sup> Dados preliminares fornecidos pela Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA/RS, através dos processos administrativos de regularização fundiária referente e informações fornecidas pelos representantes das Associações Comunitárias Quilombolas referente a cada uma das 4 comunidades.

unidade familiar. Para preservar as noções de famílias dos quilombolas estudados e evitar desconsiderá-las da perspectiva etnocêntrica, pela superposição das representações dos pesquisadores, procurou-se ter acuidade na formulação dos instrumentos de coleta de dados e de informações. A opção censitária justificou-se também por respeito às especificidades, pois os membros dessas comunidades mantêm relações estreitas entre si, pautadas pela noção de reciprocidade e solidariedade no compartilhamento do território coletivo. Deste modo buscou-se respeitar a lógica de organização social das comunidades quilombolas.

Em experiências anteriores de trabalho com Comunidades Remanescentes de Quilombo em território urbano, verificou-se haver conflito entre as concepções de família em jogo: trata-se de famílias extensas (contando parentescos cruzados, co-habitação) ou famílias nucleares (pai-mãe-filhos e suas derivações). Durante a realização da pesquisa para elaboração do Relatório sócio-histórico-antropológico sobre o Quilombo do Areal para o INCRA, Gessi da Rosa Fontoura, presidente da Associação dos Moradores da referida comunidade questionou em relação ao número de famílias cadastradas, uma vez que se tinha tomado como base a unidade domiciliar. Segundo ela, muitas vezes moram três famílias em uma mesma residência. Exemplos semelhantes se sucederam nos estudos sobre o Quilombo dos Alpes, bem como na Família Fidelix.

**TABELA 04 – Quem foi entrevistado**

	<i>Freq</i>	<i>%</i>
O responsável pela família	156	90,7
O cônjuge	4	2,3
Outro parente	12	7,0
<b>Total</b>	<b>172</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos em Porto Alegre - 2008

Para garantir captar as representações da população acerca dos objetivos do estudo que elaborou o roteiro estrutura de entrevistas (questionário) com base nas demandas objetivos da FASC, em outros estudos, na experiência dos profissionais e na discussão com as comunidades. Considerou-se os modelos culturais das comunidades para definir que, por mais que habitem várias famílias em uma mesma unidade residencial, sempre há um responsável pelo domicílio – em outras palavras, um “dono da casa”. Sempre se procurou entrevistar primeiro esta pessoa “chefe de domicílio”. Somente a esse responsável seriam realizadas questões relativas às condições de vida no domicílio (casa, eletrodomésticos, etc.). No caso de haver outra unidade familiar no domicílio, o entrevistado indicava nominalmente. O chefe de família dependente de um chefe de domicílio não respondeu as questões relativas à casa e

patrimônio. Isso nos possibilitou captar as representações sobre família pelos membros de cada comunidade. O resultados obtidos se aproximaram das estimativas das lideranças comunitárias.

### **Entrevistas semi-estruturadas**

Para garantir melhor fidelidade, especialmente na leitura dos dados estatísticos, optou-se por realizar entrevistas semi-estruturadas com lideranças das comunidades, pois teoricamente estas detém conhecimento amplo e específico das famílias com as quais convivem. Em geral estas liderança operam a mediação entre suas comunidades e as instâncias de poder/governo. O roteiro de entrevistas foi bastante amplo, procurando identificar inclusive o processo de construção e consolidação dessas figuras como lideranças.

Uma dimensão importante a esse respeito é o fator Gênero envolvido nas questões de mediação com instâncias de poder e organização política das comunidades. São, em geral, mulheres que se responsabilizam e são responsabilizadas por tais atividades. À exceção da Família Fidelix, na qual se percebe certa tensão de gênero entre lideranças, em todas as outras se verificou a centralidade da mulher como agregadora, organizadora e mobilizadora das famílias com as quais convivem. No entanto, para se ter melhor representatividade das diferentes representações, percepção de vulnerabilidade e demandas sociais, entrevistou-se homens e mulheres que desempenham formas diferentes de atuação política nas comunidades.

Conhecer em profundidade as realidades sociais, econômicas, culturais e étnicas foi o desafio deste estudo. Buscou-se construir um diagnóstico sistematizando indicadores de vulnerabilidade e de inserção dessa população na rede sócio-assistencial, que aportasse contributos para subsidiar a construção de ações específicas de assistência social e, possivelmente de políticas sociais específicas

A análise histórica foi considerada importante para a formatação do relatório, ou seja, como se deu o surgimento dos quilombos urbanos – dinâmica da presença negra no Rio Grande do Sul I. Os Quilombos se forjaram na pós-abolição com a retirada da população negra e despossuída do centro da cidade de Porto Alegre no final do século XIX, o que se denominou na modernidade do espaço urbano, ou ainda, os que se constituíram com o êxodo rural decorrente da mecanização das lavouras. Cabe ressaltar que cada comunidade remanescente de quilombo tem seu processo histórico específico, portanto é apontado em cada análise individual como ocorreu o processo de desterritorialização/territorialização, ou seja, sua resistência frente a contínuas tentativas de retirada de seu espaço de pertencimento.

Foram utilizados recursos imagéticos disponíveis sobre a cidade para apontar e ressaltar as regiões onde estão inseridas as comunidades e seu entorno.

As definições teórico-conceituais fundamentais para a compreensão do objeto de estudo ressaltam a importância do entendimento do processo de regularização fundiária das comunidades através do seu auto-reconhecimento (ADCT 68). Quanto à questão fundiária, ela ultrapassa os limites da terra enquanto espaço físico. A luta pela titulação do território envolve processos através dos quais essas comunidades buscam preservar seus modos de vida, sendo tais territórios suportes de identidades coletivas, práticas culturais, memórias e vínculos de pertencimento. Trata-se, nesse sentido, de políticas ligadas à garantia da reprodução da diversidade cultural em nosso país; os processos que vivem as comunidades aqui estudadas envolvem fundamentalmente sua memória coletiva, as formas de desterritorialização/territorialização constante em função de transformações urbanas, e, sobretudo, a mobilização de seus aspectos étnicos/raciais como critério de singularidade.

A parte final do relatório pauta-se pelas demandas emanadas do diagnóstico aprofundado pelo cruzamento dos aspectos quantitativos e qualitativos, bem como, a reflexão sobre estes. Nesta perspectiva o relatório levanta a possibilidade de ações que propiciem melhoria na qualidade de vida, respeitando suas singularidades e trajetórias na cidade de Porto Alegre.

# 1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Em meio ao projeto amplo de elaboração de censos e diagnósticos sobre populações vítimas de formas diversas de exclusão social na cidade de Porto Alegre, o universo das comunidades remanescentes de quilombos merece algumas considerações. A cidade se destaca como pioneira na emergência de comunidades remanescentes em território urbano – primeiramente a comunidade Família Silva, logo após as Comunidades do Areal da Baronesa e Alpes, e mais recentemente, Família Fidelix. Esse ineditismo torna-se especialmente interessante quando temos em vista a imagem de “Europa brasileira” atrelada ao Rio Grande do Sul no imaginário brasileiro, e a invisibilidade da população da etnia negra (LEITE, 1996) em sua formação social e histórica. Nesse sentido, as comunidades quilombolas, parte deste universo, merecem especial atenção no que tange o processo de exclusão social pelo qual passam os grupos negros no Brasil. Mais do que nunca as comunidades quilombolas nos desafiam à ressemantização do conceito de quilombo e, conseqüentemente, da expressão “remanescentes de quilombos” tendo em vista a trajetória social e histórica destes grupos.

Levantamento feito por um grupo de trabalho que contou com integrantes do INCRA, da SEPPIR e do Ministério das Cidades (Cf. Observatório Quilombola / Koinonia) mapeou os quilombos urbanos no Brasil, no início do ano de 2007. Pelo estudo, existiam há cerca de um ano 44 comunidades urbana, sendo cinco no Rio Grande do Sul – além dos quatro grupos porto-alegrenses anteriormente citados, há a comunidade Chácara das Rosas, no município de Canoas e Julio Borges. Existe ainda um outro grupo em Porto Alegre, territorializado no Bairro Serraria, ainda em processo de auto-reconhecimento.

Em concordância com a legislação vigente, o Decreto 4.887/2003, em que a autodefinição vai determinar o processo de reconhecimento e regularização dos territórios quilombolas, “*Art. 2o. Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida*”, então para este estudo foram consideradas as comunidades quilombolas que já deflagraram processo de autodefinição étnica e de pleitear o reconhecimento de território. Na medida em que os

critérios de autodefinição são legalmente reconhecidos como os mais fundamentais quanto às políticas étnicas atreladas aos remanescentes de quilombos, metodologicamente considera-se prematura a possibilidade de incluir a comunidade da Serraria no presente estudo. Considerou-se, portanto, para atender a demanda da FASC, as quatro comunidades situadas em Porto Alegre as quais já estão com o processo adiantado de mobilização e organização política, principalmente com vistas a sua regularização fundiária. As seguintes comunidades quilombolas foram estudadas : Família Silva, Areal, Alpes e Família Fidelix.

O estudo procurou conhecer melhor e analisar o mundo ou modo de vida dessas comunidades, suas características demográficas, educacionais, suas demandas sociais.

Teve-se como pressuposto, desde o início, de que ações seriam necessárias para a implementação do Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988: “*Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos*”. A urgência do desenvolvimento de políticas públicas especiais dirigidas a esse universo social que historicamente viveu em situação de pobreza. Somente foi possível traçar um perfil dessa população e de suas comunidades através de técnicas quantificáveis de pesquisa técnicas que possibilitassem aprofundamento dos dados quantitativos. Contou-se também com a experiência dos pesquisadores, conhecedores do universo estudado.

Houve preocupação de que o geral não ofuscasse o específico de cada comunidade, pois cada uma constrói algumas referências históricas, culturais, geográficas, territoriais e econômicas com marcas e combinações particulares.

Percebe-se uma unidade entre as comunidades: todas majoritariamente negras, com trajetórias de exclusão histórica e expropriação de seus territórios. Todas mobilizam um “idioma étnico” como ato cultural enunciativo de distintividade social, histórica e cultural que podem ser expressos em direitos e demandas sociais.

Em território urbano, marcado pela proximidade espacial entre populações diversas, torna-se impossível (re)atualizar o mito do isolamento geográfico que caracteriza o termo quilombo no imaginário. Os contornos dessas populações melhor se delineiam no debate sobre as fragmentações de formas sociais, culturais e étnicas nas cidades em que a contigüidade espacial não esconde a heterogeneidade dos grupos urbanos e muito menos suaviza a exclusão e segregação social destas populações. As comunidades remanescentes de quilombos definem-se, sobretudo, como resistência a processos históricos de exclusão social e

de segregação. Demonstram abertamente à imagem pública a força do enraizamento em territórios urbanos específicos, em geral marcados por processos de enobrecimento populacional, desapropriações, reformas urbanas, etc. os quais empurram seus habitantes negros e pobres para regiões desvalorizadas e periféricas. Essa realidade específica das comunidades quilombolas está analisada ao longo do presente relatório.

## **1.1 Dinâmica da presença negra no Rio Grande do Sul**

O estabelecimento do negro no atual território do Rio Grande do Sul deu-se antes da ocupação oficial em 1737, vindos provavelmente com os lagunenses e paulistas para os Campos de Viamão. Em 1752 ocorre o Tratado de Madri, e decorrente deste e do projeto da Coroa Portuguesa chegaram ao Porto de Viamão colonos vindos das Ilhas dos Açores para serem assentados na região das Missões. Mas, com o acirramento das Guerras Guaraníticas, os sessenta casais permaneceram instalados na ponta da península, à beira do Guaíba, onde formaram um pequeno povoado - Porto de São Francisco dos Casais. Elevada à condição de vila, a partir de 1773, a capital da Província é transferida de Viamão para a Freguesia de São Francisco dos Casais, que passa a se chamar oficialmente de Porto Alegre. Segundo Achylles Porto Alegre (PORTO ALEGRE, 1994: 13), o povoamento inicial começou pelos terrenos que correspondem às atuais ruas Major Pantaleão Telles, Andradas, General Salustiano, Vasco Alves, Duque de Caxias - a antiga Beira do Guaíba (pedaço denominado Praia do Arsenal), Bragança, Beco do Fanha e Costa do Rio, mais tarde Caminho Novo (Voluntários da Pátria). Em 1780, a população da cidade era composta por 36% de escravos, ocupando as mais diversas funções principalmente de carregadores e lavadeiras, sendo esta presença descrita pelos viajantes que aqui estiveram, referindo em suas descrições a aglomeração dos escravos nas ruas. Para disciplinar a ocupação do espaço urbano, surgiu o Primeiro Código de Posturas Policiais em 1829, designando lugares para a lavagem de roupa, despejo do lixo, e as águas servidas. Mas entre as medidas adotadas pelo Conselho Geral Provincial, em 10 de fevereiro de 1831, estavam as que normatizavam a vida cotidiana da população negra,

Capítulo 19º - Nenhum escravo ou escrava poderá viver sobre si em qualquer casa, sem licença da Câmara, seja qual for o motivo ou pretexto (...)

Capítulo 35º - Todo escravo ou escrava que for encontrado de noite, depois do toque do sino da Câmara, sem bilhete de seu senhor, ou da pessoa a cujo

cargo estiver, será conduzido à casa do mesmo para verificar se vai de seu mandado; e quando não se verificar, será recolhido à prisão, até que o mesmo senhor solicite a sua soltura.

Capítulo 42º - Proíbe-se que os cangueiros libertos ou escravos e outros quaisquer carregadores dêem assovios ou façam vozerias, e qualquer outro motim nas ruas e praças da Cidade. (PICCOLO, H. 1991 p.42.)

Em 1837, uma série de disposições tratava da questão da mão-de-obra escrava, prevendo a possibilidade de uma rebelião em função do cerco Farroupilha ou a temeridade de uma revolta como a dos Malês, ocorrida em Salvador no ano de 1835. Porém, percebe-se pela documentação que apesar das posturas e do controle, as fugas e insurreições aconteciam, como o levante ocorrido em Pelotas 1865. Encontram-se ainda vários anúncios estampados nos periódicos da capital da época que anunciavam constantemente fugas de negros para a fronteira, a qual era sinônimo de liberdade.

Na segunda metade do século XIX, o Rio Grande do Sul era a sexta Província em números de negros, superada apenas pelas províncias do nordeste e do centro do país. Mas, com a promulgação da Lei Euzébio de Queiróz em 1850, extinguindo legalmente o tráfico de escravos, o trabalho livre foi crescendo aos poucos, tornando necessária a reorganização da economia e das relações de trabalho. Neste período, o aumento da população e o estabelecimento do comércio ao longo do Guaíba, determinaram a ampliação da área de ocupação da cidade.

As antigas chácaras foram sendo loteadas e ocupadas gradativamente, dando origem aos arraiais ou arrabaldes (que ficavam ao redor do centro, na área da periferia) que mantinham relações comerciais, administrativas com o núcleo urbano e neles localizavam-se as olarias, matadouros e moinhos, a exemplo do arraial do Menino Deus. Os arraiais cresciam na sua importância populacional e econômica, e surgindo o Arraial da Glória e do Partenon, gerou-se uma demanda de transporte para estes locais.

Em 1874, criou-se a primeira linha de bondes a tração animal, “a Cia. Carris de Ferros Porto-Alegrense fazia duas linhas para o Menino Deus, uma saindo do mercado e passando pela Rua da Margem; outra saindo da Praça Matriz passando pela Várzea (Campos do Bom Fim)” (MONTEIRO, 1995 p.33). O centro da cidade, por sua vez, começou a receber uma série de melhorias, como o Teatro São Pedro (1858), a Hidráulica Porto-Alegrense (1865) e o Novo Mercado (1865), e também as primeiras linhas de transporte ligando Porto Alegre a outros municípios.

No ano de 1861 a população já contabilizava um total de 17.765 habitantes, sendo que 13.650 eram livres, 666 libertos e 3.449 escravos, habitando os cortiços do centro e das

proximidades como a Rua do Arvoredo (Fernando Machado), casas no entorno da Igreja do Rosário, avenidas e senzalas. Entre os anos de 1883 e 1884 diminuiu consideravelmente o número de escravos no Rio Grande do Sul, em consequência da intensa campanha abolicionista desenvolvida em prol da libertação com cláusula de prestação de serviços. Os escravos eram alforriados, mas obrigados, em sua grande maioria, a permanecer junto aos seus senhores cumprindo um prazo variável de um a cinco anos de serviços.

Com a abolição da escravatura e a implantação de uma nova ordem capitalista, alicerçado na mão-de-obra livre e imigrante, o trabalho começou a ser considerado um valor supremo, o que antes era considerado “coisa de negro”. A mendicância também aumentou, visto que a maioria preferia a liberdade a permanecer com seu senhor, portanto, são discursos recorrentes nos jornais da época as figuras dos mendigos, desocupados e vagabundos. Os ex-escravos que cumpriam atividades ligadas à prestação de serviços e comércio ambulante, desprezíveis pela sociedade, não mudaram em nada a sua situação econômica depois da abolição, ao contrário, com os altos preços dos aluguéis, estes habitavam em cortiços ou migravam para áreas próximas à cidade, que eram na maioria das vezes insalubres, constituindo assim novos territórios de moradia<sup>3</sup>.

No final do século XIX, Porto Alegre possuía 52 mil habitantes, e na visão da elite que se constituía alicerçada no comércio, os cortiços e as antigas casas com seus porões habitados pelas “classes perigosas”, bem como os becos, eram um entrave para a modernidade. As reformas atendiam a esta nova concepção burguesa, o centro deveria ser o lugar de conduta “civilizada”, e o pobre e despossuído era considerado um ser irracional, portanto deveria habitar nos arrabaldes da cidade, segregado espacialmente. Neste mesmo ano é aprovada “a taxação dos cortiços” e o resultado é o seu quase desaparecimento, sem que fossem construídas habitações proletárias em seu lugar. Além da intervenção no meio urbano, das intervenções físicas, com os “bota-abaixo” dos cortiços e a eliminação dos becos, era preciso normatizar, disciplinar e controlar estes sujeitos *não civilizados*. Era preciso, além da ação concreta material, um discurso para justificar esta segregação espacial e social, as desterritorializações cotidianas. Além da noção de “classes perigosas”<sup>4</sup>, o discurso do saber científico seria utilizado para justificar estas ações. Sobre os negros e mulatos, os discursos

---

<sup>3</sup> Segundo PECHMANN, “(...) a cidade, o espaço urbano, era vital nos expedientes de sobrevivência das camadas populares. Não se entenda aí, entretanto, o espaço, unicamente em sua materialidade. Mais adequado seria compreendê-lo como o lugar das relações, sejam sociais, culturais, econômicas, de luta, de resistência, etc., que davam suporte à reprodução da existência desses grupos. p.29.

<sup>4</sup> CHALHOUB, Em seu livro Cidade Febril, o autor diz que a “expressão classes perigosas parece ter surgido na primeira metade do século XIX. (...) as classes perigosas eram constituídas pelas pessoas que já houvessem passado pela prisão, ou as que não tendo sido presas, haviam optado por obter o seu sustento e o da sua família através da prática de furtos e não do trabalho”.

estavam mais acirrados, pois estes já nasciam com uma *marca negativa*, cresciam em uma sociedade que só esperava que tivessem comportamentos “negativos” e “desabonadores” como jogo, embriaguez, ociosidade, imoralidade, desordem etc.

As teorias raciais vieram reforçar ainda mais essa idéia, como nos coloca Lilia M. Schwarcz “...modelo de sucesso na Europa dos oitocentos, as teorias raciais chegam tardiamente ao Brasil, recebendo, no entanto, uma entusiasmada acolhida, em especial nos diversos estabelecimentos científicos de ensino e pesquisa, que na época se constituíam enquanto centros de congregação da reduzida elite pensante nacional” (SCHWARCZ, 1993. p.14). Assim a medição dos crânios (LEÃO, 1897: p.219)<sup>5</sup>, o estudo dos corpos, o tamanho das mãos, olhos e narizes, determinavam as personalidades criminosas e doentias, e para estes já havia o “porteiro do inferno”, o Hospício São Pedro. A preservação da ordem para esta elite era necessária e de responsabilidade do poder público, ao qual se dirigiam os periódicos diariamente, solicitando a intervenção da administração municipal para deter o que interpretava como o alastramento do vício pela cidade. Um vício determinado - vagabundagem e libertinagem - e, localizado: nos arrabaldes, nos becos, nos cortiços.

Porto Alegre já contém um número considerável de indivíduos que não procuram a menor ocupação, quando são em maioria inteiramente válidos. Passam os dias pela casas de meretrizes, rebaixadas a mais vil prostituição, em pandegas, vivendo sem saber como arranjam dinheiro para uma vida folgada e milagrosa.

Bodegas da rua João Alfredo, dos arrabaldes, beccos do Fanha, João Coelho e Poço, bodegas do mercado, acham-se sempre plenas desses indivíduos sem eira nem beira, verdadeiros perigos da sociedade.

A prostituição cresce e avulta de modo espantoso, vendo-se os beccos de jovens, que apenas entraram na adolescência, inteiramente entregues ao ignóbil vício. (...) Crimes numerosos são, talvez cometidas por esses indivíduos, sem que a nossa deficiente polícia possa descobri-los. Porque, entre o vagabundo e a meretriz existe sempre o conluio. Dependentes um do outro, ligados pela preguiça, auxiliam-se mutuamente, encobrem-se e a polícia, ignora o que vai por aí de miséria e de crimes.<sup>6</sup>

Também o entorno da área central era alvo da imprensa, como a Colônia Africana, um arrabalde predominantemente negro o qual aparecia nos jornais como um lugar que representava a junção de todos os “*males*” sociais, o verdadeiro e *tenebroso inferno*.

---

<sup>5</sup> É interessante analisar os reflexos das teorias científicas produzidas pela antropologia criminal no minucioso trabalho desenvolvido por Sebastião Leão em Porto Alegre, quando era médico legista da polícia do Estado, onde desmembra os presos da Casa de Correção do Estado em braços, narizes, olhos, crânios, personalidade e, principalmente, raças. Em seu Relatório do ano de 1897, inclusive propõe códigos penais específicos para cada raça tamanha a diferença que via entre os presos negros e brancos, seguindo as teorias que propunham que os sinais externos dos corpos “refletiam o caráter e as disposições da alma”.

<sup>6</sup> O Independente. Porto Alegre, 20 de Março de 1910. Arquivo Municipal Moisés Velinho.

A um tenebroso inferno assemelha-se a famosa Colônia Africana, antro de vagabundos e desordeiros, que ali pintam o caneco. Não há dias em que não role o pau por certas tabernas ali situadas, onde se juntam os avinhados heróis do cacete e da faca.

A Colônia Africana aparece disforme nas fontes: a sua denominação abrange, em certos momentos, algumas áreas vizinhas a ela, como o Bonfim e o Mont'Serrat. Mas, na maioria das fontes levantadas, parecem delimitar a Colônia Africana a uma pequena área entre as atuais ruas Cabral e Castro Alves, no bairro Rio Branco, costuradas pela Avenida Mariante no centro, constituindo uma região baixa com ramificações morro acima na direção leste, e não ultrapassando a atual rua Ramiro Barcelos na direção oeste.

Segundo o historiador Eduardo Kersting (1997), a Colônia Africana foi estabelecida com a abolição, e vai aproximadamente até o início da década de 20, quando ocorreram algumas modificações na área. Nesse período há uma urbanização crescente e uma penetração da igreja católica, surgindo também a denominação de *Rio Branco*, visando apagar a antiga imagem negativa do bairro, já talvez bem mais heterogêneo etnicamente. Apesar da intensa campanha contra os negros e seus descendentes, a Colônia Africana (atual bairro Rio Branco) permaneceu eminentemente negra até a década de 1910 do século XX, recebendo nas décadas posteriores outras etnias como a judaica.

Em 1914 foi elaborado o Plano Geral de Melhoramento, o qual nunca foi executado plenamente, porém este propunha a subdivisão de alguns quarteirões centrais, a continuação de algumas ruas e a retificação do Riacho. A consequência lógica dessas reformas seria a valorização do solo urbano e mais uma vez a segregação da população pauperizada.

A invisibilidade negra (OLIVEN, 1996), decorrente de todas essas práticas levadas pelo poder público, tem sua contrapartida nos territórios estabelecidos pelos *excluídos* em Porto Alegre, que representaram a resistência a esta ordem burguesa e seu projeto de modernidade. Eles territorializaram outros espaços e formaram redes de solidariedade, sociabilidades e espaços culturais que permanecem até hoje no campo simbólico<sup>7</sup> e cultural.

---

<sup>7</sup> O Carnaval do Areal, a Vila Lupicínio Rodrigues, e a própria Avenida Luís Guaranha.

## 1.2 Quilombos Urbanos de Porto Alegre

A cidade de Porto Alegre atualmente conta com 4 quilombos identificados totalizando um contingente populacional de 633 pessoas. Populações que se auto-reconhecem como herdeiros de uma tradição afro-descendente, e que resistem à diáspora cotidiana ao qual estão submetidos. Esses quilombos originários de populações historicamente invisibilizadas e alijadas do poder, da cidade de Porto Alegre do final do século XIX e XX, que foram retiradas da área central formando os territórios como o Areal da Baronesa (Comunidade do Guaranha) ou ainda a Comunidade dos Alpes, ou egressos de outras cidades das cidades do interior onde também encontraram os mesmos entraves às necessidades básicas, como o acesso ao trabalho e condições dignas de vida, a exemplo o do casal que deu origem a Família Silva e mais recentemente a Família Fidelix.

A resistência desses quilombos deu-se na fuga para dentro do território como a da fundadora da comunidade dos Alpes Edwirges Francisca Garcia da Silva, que se abrigou no Morro dos Alpes área de “mata fechada” nas primeiras décadas do século XX. Esses territórios habitacionais e interacionais, ou seja, lugares de morar e construção de redes de sociabilidades, parentesco, onde existe um compartilhamento dos mesmos códigos culturais e simbólicos, estão localizados em vários bairros da cidade como a Cidade Baixa (Comunidade do Areal, Família Fidelix), Três Figueiras (Família Silva) e Glória (Comunidade dos Alpes).

### O Quilombo Família Silva

O bairro Três Figueiras abriga há mais de 60 anos os descendentes da Família Silva, que moram no final da rua projetada João Caetano, entre a Avenida Carlos Gomes e Nilo Peçanha. Com 15 famílias, esta população habita um dos espaços mais valorizados da cidade de Porto Alegre. Nesse sentido, as últimas décadas, com o avanço dos condomínios de luxo no seu entorno a Família sofreu várias tentativas arbitrárias de retirada.



Sua origem, como muitos referiram, estaria ligada à Colônia Africana, mas a partir do laudo antropológico finalizado no ano de 2004, aponta que os seus fundadores teriam vindo do interior do Estado do Rio Grande do Sul. Seus avós maternos, Naura Borges da Silva e Alípio Marques dos Santos, naturais de São Francisco de Paula e Cachoeira do Sul, respectivamente, foram sucedidos por seus pais, Anna Maria da Silva e Euclides José da Silva, ambos de São Francisco de Paula, na ocupação do território e na perpetuação de seus modos de vida e organização social. Sua relação com a Colônia Africana, com certeza, existia, pois alguns membros da comunidade referiam como um lugar de vivência religiosa ligada aos cultos de matriz afro-brasileira. Anna Maria da Silva e Euclides tiveram 11 filhos: Lígia Maria, Lídia Marina, Lorivaldino da Silva, Angela Maria, Zuleica Briolandí, Jair, Zeneide, Ana Cristina, Euclides Guaraci, Maria de Lourdes e Luiz Valdir. Estes últimos, por sua vez, casaram-se com pessoas negras da mesma condição social, que residiam em vilas próximas ao seu território e com as quais mantinham intensa sociabilidade<sup>8</sup>.

Aos pés de uma figueira a Família Silva.



**FOTO 01** - Fotojornal - Jornal dos alunos de Fotojornalismo da Foto Oficina Brasil Imagem. Fotógrafo Pablo Costa.

---

<sup>8</sup> CARVALHO, Ana Paula Comin e WEIMER, Rodrigo. **Família Silva: resistência negra no bairro Três Figueiras**. Laudo antropológico e histórico de reconhecimento da comunidade remanescente de quilombo Família Silva para cumprimento ao Artigo 68 / ADCT. Porto Alegre: FCP / PMPOA, 2004.

Alguns dos filhos exercem a profissão que herdaram dos seus pais como a de jardineiro, os demais membros trabalham em casas do entorno como auxiliares de limpeza, cozinheiras, e de Caddies no Country Club.

Seus integrantes preservam os conhecimentos ancestrais de ervas medicinais para o preparo de uma garrafada que alivia dores musculares. Vivem em pequenas casas de madeira, com saneamento básico obtido através de projeto da FUNASA, mas com ligação irregular de luz. Apesar seu reconhecimento como primeiro quilombo urbano do Brasil, no ano de 2005 a comunidade dos Silva sofreu uma tentativa de despejo por parte dos “possíveis” proprietários da área. Conseguindo reverter o processo através da ação conjunta dos órgãos públicos e a sociedade civil, a Família Silva atualmente tem garantida a permanência na terra de seus avós (Naura e Alípio) com a indenização paulatina dos que se referem como proprietários da área e seu entorno.

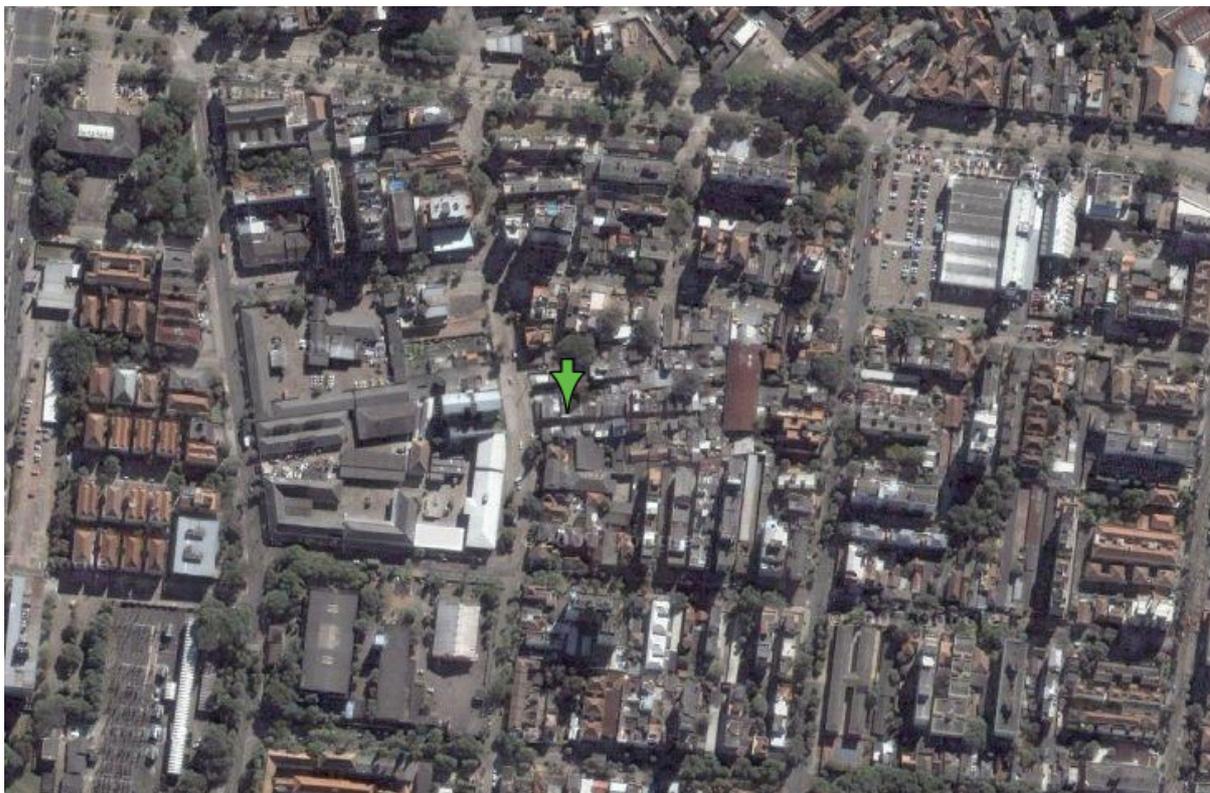
### O Quilombo do Areal

Comunidade que se reconhece como legatária do Areal da Baronesa, antigo território negro de Porto Alegre, famoso por sua trajetória histórica ligada ao início da cidade – agregando uma das primeiras ruas de Porto Alegre -, pelas casas de religião, pelo carnaval de rua, por seus músicos populares. Um território, marcado como território negro, que foi completamente descaracterizado ao longo do séc. XX, em virtude de grandes reformas urbanas. Ocupa um beco, a que chamam de avenida – uma pequena rua com casas geminadas. As sociabilidades de rua e as relações de auxílio mútuo, caracterizam o “morar em casa de avenida” - modo de vida que é um dos elementos centrais na identidade dessa comunidade. São aproximadamente 80 famílias que vivem em uma das últimas “avenidas” da região, a Luís Guaranha, historicamente ocupada por famílias negras. As fachadas de antigas casas são preservadas, por seu caráter histórico. Através de participação política, lideranças da comunidade obtiveram no Orçamento Participativo da cidade a construção de 12 novas casas no local. Seus integrantes trabalham como serventes, domésticas, policiais da Brigada Militar, entre outros.

Historicamente esta área ficou na memória dos habitantes da cidade, principalmente os antigos carnavalescos como Areal da Baronesa, um dos mais antigos arraiais de Porto Alegre, que surgiu na região denominada na acepção popular de Cidade Baixa, estava localizada ao



**FIGURA 05 – Imagem de satélite: Quilombo do Areal e entorno.**



Fonte: <http://maps.google.com.br>, consultado em 23/04/2008.

Historicamente esta área ficou na memória dos habitantes da cidade, principalmente os antigos carnavalescos como Areal da Baronesa, um dos mais antigos arraiais de Porto Alegre, que surgiu na região denominada na acepção popular de Cidade Baixa, estava localizada ao sul da Colina da Rua Duque de Caxias, e recebeu sua delimitação oficial somente em 1959<sup>11</sup>. Inicialmente formada pela Rua do Arvoredo, (atual Rua Fernando Machado) teve sua origem no século XVIII, posteriormente (início do século XIX) este local ficou conhecido por *Emboscadas*. Na região existia um arroio de vinte quilômetros de curso que nascia em Viamão e percorria a Cidade Baixa antes de chegar ao Guaíba, o *Riachinho*<sup>12</sup> que provocava constantes alagamentos, principalmente na Rua da Margem (atual Rua João Alfredo).

<sup>11</sup> Lei Municipal número 2.022, de 07/12/1959 define que a área oficial da Cidade Baixa está circunscrita pelas perimetrais Aureliano de Figueredo Pinto, Praia de Belas, Loureiro da Silva, Venâncio Aires e João Pessoa. A abertura dessas perimetrais, juntamente com alguns aterros que foram efetuados no Guaíba e no Arroio Dilúvio, fazem parte de algumas modificações implementadas pelo poder público no transcorrer do tempo e que contribuíram para modificar, consideravelmente, a fisionomia anterior do bairro.

<sup>12</sup> O Riachinho recebia outros nomes: Riacho, Arroio, Arroio Dilúvio ou arroio da Azenha. A denominação Riachinho diz respeito principalmente à parte que percorria o bairro Cidade Baixa.

A partir de meados do século XIX, este arraial já compreendia um número maior de ruas, que foram abertas em função da necessidade de proprietários de pequenas chácaras, de escoar alimentos até o centro da cidade. No ponto mais extremo sul da Cidade Baixa, encontrava-se uma porção de terra conhecida como *Ilhota*, que com as cheias do *Riacho* formavam uma verdadeira ilha, habitada por “gente muito pobre”. Na margem esquerda ficava o local conhecido por Arraial ou Areal da Baronesa, onde atualmente situa-se a Praça Cônego Marcelino, e as ruas Baronesa do Gravataí, Barão do Gravataí, Cel. André Belo e Miguel Teixeira, e algumas transversais menores.

O Arraial da Baronesa era uma extensa área de terra que pertencia a João Baptista da Silva Pereira, *Barão de Gravathay*, que ali mantinha uma chácara, onde construiu um palacete na década de vinte do século XIX.

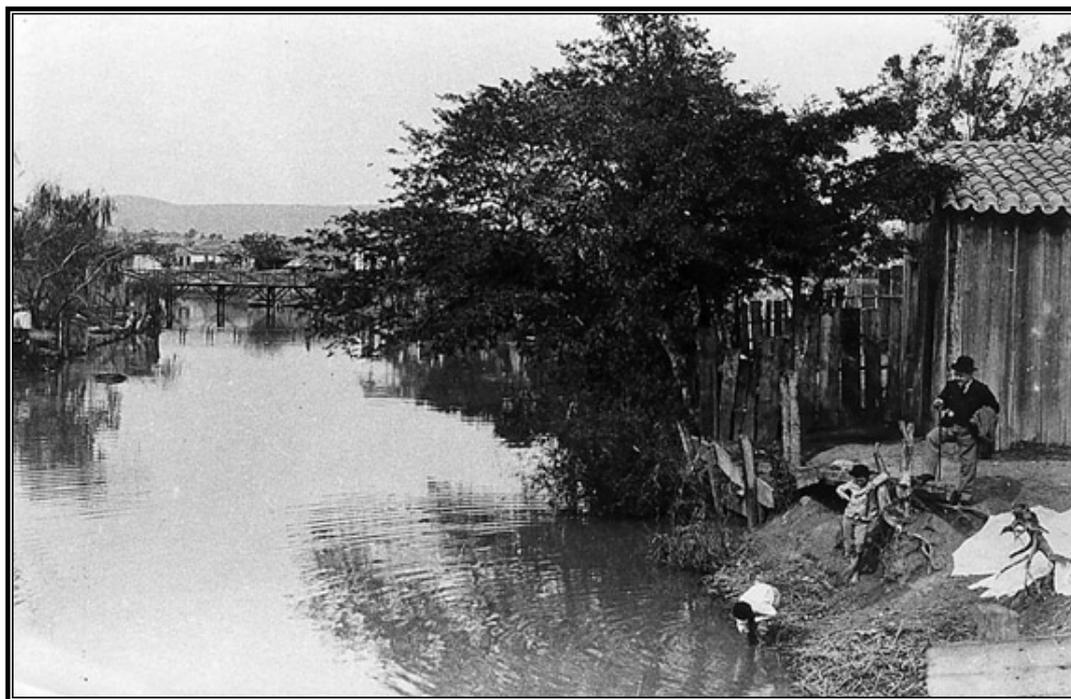
No inventário do Barão de Gravathay, de 1853, encontramos definidos os limites desta propriedade

(...)Uma chacara sita na rua Praia de Bellas com duzentos e cincoenta e nove braços de frente a esta mesma Praia, e fundos fazendo frente ao Riachinho. Dividindo-se pelo Norte com a chacara do Comendador Louzadas e pelo Sul com a de José Rodrigues de Oliveira, tendo dentro deste terreno uma casa de Sobrado com oitenta e cinco palmos de frente e noventa e seis de fundo, cozinha, contra-peito terreo, e senzallas correspondentes, tendo mais uma casa ordinaria com palmos de frente, e de fundo. Um terreno, immediato a chacara acima, com trinta braços de frente a Praia de Bellas, e fundo a rua de Santa Thereza. Dividindo pelo Norte, com o riachinho, e pelo Sul com terras de José Rodrigues de Oliveira, existindo dentro deste terreno, uma Olaria em ruínas.<sup>13</sup>

---

<sup>13</sup> Arquivo Público do Rio Grande do Sul, inventário número 63, maço 5, A 1853, E 31, 2º Cartório de Órfãos e Ausentes de Porto Alegre.

A foto abaixo mostra o Areal e o Riacho.



**FOTO 02** - Riachinho início do século XX, Fotógrafo Lunara-Acervo Museu Joaquim José Felizardo/Fototeca Sioma Breitman.

A denominação de Areal da Baronesa, por sua vez, tem seu nome ligado tanto à Baronesa de Gravatahy, quanto a grande quantidade de areia que o fluxo do Riacho depositava nas proximidades da sua foz com o rio Guaíba. Esse fato deve ter exaltado os gozadores da época, que não conhecemos, pois estão mudos nas fontes usuais, mas que parecem berrar do passado à nossa imaginação: “que arraial, que nada, aquilo lá é um areal! (KERSTING, idem, p.6).

(...) João Baptista: antigamente areal da Baroneza, por alli ter existido o palacete da Baroneza de Gravataí, onde funcionou antigamente a escola militar e é hoje um quartel da brigada militar do Estado. O povo chamava também o local Estado-Oriental, por causa das desordens que ahi se davam constantemente (PORTO ALEGRE. 1940.p.17).

Com as constantes cheias da área do Areal e os conseqüentes alagamentos, a herdeira da chácara - *Baronesa do Gravatahy* já com avançada idade e sem recursos financeiros, entrou com um pedido na Câmara<sup>14</sup> para a divisão e arruamento do local, e logo seu pedido foi

---

<sup>14</sup> Na documentação da Câmara de 12/02/1879, encontramos o pedido da Baronesa, “(...) o requerimento da Ex.ma. Baronesa do Gravathay, apresentado um mappa de sua chacara á margem do Guahyba, dividida em terrenos urbanos, e offerecendo uma praça e novas ruas; resolve a Camara acceitar este offerecimento, approvando a aludida sem onus algum para seos cofres (...). O senhor Presidente propõe que a rua projectada no indicado mappa com a denominação Miguel Teixeira passe a denominar-se rua do Ipiranga, e as que tras o nome

deferido. Restringindo-se à mudanças na nomenclatura das ruas e ao parcelamento de lotes, verifica-se em documentos e periódicos posteriores, que o local continuou sem melhorias, em condições insalubres, situação que durante os períodos de inverno pioravam.

Um incêndio sinistro põe fim ao *famoso* palacete, que segundo Sanhudo, seria causado pela própria Baronesa meses antes do seu falecimento, “(...) cheia de dívidas, viu a faceira Baronesa das esplendentes recepções ao augusto casal imperial chegar o seu fim, na mais desnorteante situação” (SANHUDO, Ary Veiga 1979. p.205). Com a morte da proprietária e a abolição da escravidão, o Areal foi ocupado por negros alforriados da senzala da chácara que passaram a trabalhar nos solares da região. A maioria dos ex-escravos migrou para regiões próximas ao centro, onde ocuparam malocas (casebres), pensões e quartos de aluguel, muitos dos quais em travessas densamente povoadas chamadas de avenidas, casas de quarto e sala com áreas coletivas, onde os aluguéis eram menos onerosos.

Ainda sobre os escravos de propriedade do Barão que estão relacionados no seu espólio, estes foram comercializados juntamente com os barcos, *Argos e Flor do Sul*, na cidade do Rio de Janeiro, os outros provavelmente continuaram com os herdeiros, provavelmente habitando a chácara.

O deslocamento desta população para as áreas periféricas representou a possibilidade de sobrevivência, pois próximos ao centro da cidade, estes locais garantiriam o livre *trânsito* para as atividades de trabalho, que geralmente estavam ligadas à prestação de serviços ou ao comércio ambulante. Na documentação rastreada (processos crimes e livro de porta da Santa Casa) encontramos habitando estes locais - Areal da Baronesa e Cidade Baixa - lavadeiras<sup>15</sup>, criados, jornaleiros, carroceiros, cozinheiras, pedreiros, donos de bares, prostitutas e marítimos. Migrando ainda para estes locais, os negros saem do espaço imediatamente visível do centro da cidade, para o invisível - a periferia, constituindo novos territórios dentro da cidade.

Assim podemos concordar com Raquel Rolnik, quando coloca que a noção de território resgata noções de exterioridade e interioridade subjetiva, que os sujeitos sociais estabelecem ao construir o espaço social, pois “(...) não existe um território sem um sujeito, e

---

de Victoria seja denominada de Coronel Belo. Posta em votação esta proposta, passou quanto á ultima parte, e votarão contra a primeira os senhores-vereadores presentes com excepção do autor da proposta”. Arquivo Municipal Moysés Velhinho.

<sup>15</sup> Em suas crônicas Achylles Porto Alegre, op.cit, p.198 descreve algumas moradoras do Areal, as lavadeiras do Riacho “(...) E vivem, ali curvadas sobre o banco, esfregando a roupa que lhe cai nas mãos, como se água não tivesse cortante como gumes de navalhas afiadas. (...) Muitas das que lavavam ali procuraram morar nas imediações do Gasômetro, onde se estende à flor da terra aquela enorme pedreira cujo sítio se presta a essa ocupação. Um sempre habitaram o arraial da Baronesa, por terem à mão o Riachinho, e outras os Navegantes à beira- rio com sua extensa praia. (...)”.

pode existir um espaço independente do sujeito. O espaço do mapa dos urbanistas é espaço; real vivido é o território”.<sup>16</sup>

A noção de território no sentido ocupacional constata a existência de uma possível segregação racial, mas também evidencia a apropriação que esses segmentos realizaram, imprimindo marcas e significados a estes lugares, como o famoso Carnaval do Areal.

A exclusão social dos descendentes de africanos e da população mais pobre se constituiu uma forma perversa de alteridade, como uma certa incapacidade dos grupos dominantes em lidar com diferentes modos de vida que encontra na sociedade, baseando sua identidade justamente nessa relação antagônica com o outro.<sup>17</sup>

Assim a formação de um território negro também passa pela noção de exclusão social, ocupação residencial e identidade,

(...) Morar, por sua vez, não se define como mero efeito de um fazer comunitário, mas como algo que indica a própria identidade de grupo (...). A idéia de território coloca o fato a questão da identidade, por referir-se à demarcação de um espaço na diferença com outros. Conhecer a exclusividade ou a pertinência das ações relativas a um determinado grupo implica-lhe localizá-lo territorialmente (SODRÉ, Muniz Sodré, 1998. p. 22-23).

Além da identidade cultural e étnica deste território, a idéia de ocupação territorial negra já estava presente anteriormente (início do séc. XIX), quando esta parte da Cidade Baixa era conhecida como *Emboscadas*<sup>18</sup>, local que servia de refúgio para os escravos evadidos da servidão, denominando este espaço como sinistro e perigoso vinculado aos excluídos<sup>19</sup>. Formado por um mato cerradíssimo de moitas e capões e por acidentes do relevo, este lugar acoitava também ‘criminosos’, como revelavam os memorialistas. Achylles Porto Alegre nos descreve assim o território das *Emboscadas*

(...) Nos seus trechos de mato que assombravam aquele retiro escondiam-se os escravos aos maus tratos do cativo. Era a primeira estação da liberdade, o primeiro pouso desses infelizes perseguidos pela injustiça da sorte. Abandonavam com horror, à noite, a casa em que viviam, e iam às pressas, pousar ali, à sombra das árvores que não lhes negavam teto das suas folhas.

---

<sup>16</sup> ROLNIK, Raquel. História Urbana: História da Cidade. In: FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio de Figueiras (orgs.). **Cidade & História-Modernização das Cidades Brasileiras nos séculos XIX e XX**. UFBA, ANPUR, 1992. Seminário de História Urbana, 1, Salvador, Nov de 1990, p.28.

<sup>17</sup> Esses termos são utilizados por PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Os excluídos da Cidade**. Op. cit SEFFNER, (org.). A definição de identidade aparece ligada profundamente à noção de alteridade, como coloca a autora na nota 1 da página 80, citando Pierre Bourdieu: “existir socialmente é ser percebido como distinto”, ver também BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa: Difel, 1989, p.117.

<sup>18</sup> O território das Emboscadas ficava na faixa de terra que abrangia o espaço compreendido entre as ruas Lopo Gonçalves, Luiz Afonso, República e José do Patrocínio.

<sup>19</sup> PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. Os excluídos seriam todos os que não tinham participação política, econômica e social.

Levavam apenas uma pequena trouxa com uma outra peça de roupa e nada mais (PORTO ALEGRE, op.cit, p.60).

As representações do Areal enquanto um lugar *ermo e tenebroso* vem juntamente com a idéia que povoava o imaginário popular, o das *Emboscadas*. Esse imaginário social urbano ou esta construção mental está basicamente associado à visão social da elite dominante. Essa visão se reflete, sobre este imaginário que é justamente “o sistema de idéias e imagens de representação coletiva que todas as sociedades criam para si” (PESAVENTO, Sandra Jatahy, 1995, p.35). Assim o discurso e as imagens sobre este local como perigoso, é intensificado nas campanhas de higienização e saneamento moral<sup>20</sup> implementadas pelo poder público no final do século passado. A construção imagética do Areal como um lugar de desordem social, estava presente também no relato do cronista Ary V. Sanhudo,

Então nosso Areal da Baronesa tinha uns becos tenebrosos (...) e por lá se perdia a mais extensa malandragem, (...) cachaça, e forrobodó de cuia. (...) havia um tal Beco do Preto (...) ou da Preta, (...). E daí por diante, noite e dia, e dia e noite, o estado normal do Areal era a desordem e deboche (SANHUDO, idem, p.205).

Ou ainda associando este território a um lugar de crime, vadiagem e prostituição,

Agressão e ferimentos

Ontem, às 8 horas da noite, houve grande desordem na Rua da Margem, em uns casebres, entre as ruas da Figueira e Avahy. (...). Foi o caso que Carlota, Maria Chica, Maria de Norberto e Lucia, todas de má vida, moradoras do **Beco do Céu (grifo nosso)** foram em companhia de 2 praças à casa da Rua do Vintém, n. 6. Agredir à Felipa Maria Luiza, que recebeu um golpe de navalha. (...) (Gazeta da Tarde. Porto Alegre, 22/5/1895, n.47, p.2.) (PESAVENTO, Sandra 1991, p. 49).

As casas de tolerância que alugam quartos por hora, são bem conhecidas. (...)

A crioula Fausta - já foi processada, mas a despeito disso - o n 42 do becco do Poço continua sendo casa de encontros combinados. Então existia só esta casa allí; agora existem quatro, todas no mesmo becco-casas de perdição e de perigo.

Outras existem: rua Jeronimo Coelho, becco do Fanha, **Areal da Baroneza, rua Luiz Affonso, rua da Margem, rua do Arvoredo (grifo nosso)**, Vasco Alves, Floresta (...).

Uma praga e um perigo. A polícia ve todos os mezes numerosas queixas de defloramento: a maioria são realizados nessas casas.<sup>21</sup>

Estas representações negativas sobre o Areal e os demais territórios negros são veiculadas através das crônicas quase diárias dos periódicos da época. Essas construções

---

<sup>20</sup> As propostas de intervenção no meio em que vivia a pobreza implicaram modificações na rede de poderes das cidades, estendendo-se as **regras de civilidade** para a camada indistinta da população pobre. A civilidade para o pobre, considerado pelo pensamento culto um ser semi-racional, implicou a noção de disciplina, ver BRESCIANI, Maria Stella. A difícil definição de um Objeto. In: **Permanência e Ruptura no Estudo das Cidades**. Conferência, UNICAMP, 1990, p.14.

<sup>21</sup> O Independente. Porto Alegre, 20 de Março de 1910. Arquivo Histórico Municipal Moisés Velinho.

mentais dotadas de um sentido, e que se pretendem gerais a partir do consenso desse seu sentido, para toda a sociedade<sup>22</sup>. O poder social das representações depende “do grau em que o discurso (...) está fundamentado na objetividade do grupo a que ele se dirige”<sup>23</sup>, e também se aquele que constrói essas representações tem autoridade para isso na sociedade.”

Com um novo projeto de cidade ordenada, os becos e cortiços foram eliminados, e os mais atingidos neste processo de “limpeza” e reordenamento espacial localizavam-se na área central da cidade. Os becos foram os principais “alvos” desta reordenação, na região da Cidade Baixa eram conhecidos: Beco do José de Souza, da Olaria<sup>24</sup>, Israel Paiva (*Rua Sarmiento Leite*), Beco do Firme (*Rua Avaí*). O Beco do Céu e da Preta, na região do Areal, foram retirados posteriormente, juntamente com o processo de expulsão da população negra do Areal.

Com o adensamento populacional, e a abertura de ruas perimetrais, a Cidade Baixa (no início do séc. XX) tornou-se uma zona contínua ao perímetro urbano, sendo ocupada por outros segmentos da população. Mas, o Areal com suas precárias condições de saneamento e salubridade, continua sendo moradia da população pobre de descendentes de africanos.

Na década de cinqüenta do século XX iniciaram as obras de retificação do Riacho<sup>25</sup>, e um processo acelerado e progressivo de urbanização, que vai levar a conseqüente valorização imobiliária da região. Apesar dos processos de remodelação urbana e enobrecimento populacional que essa região da cidade viveu nos anos subseqüentes, a Avenida Luís Guaranha permaneceu; como vimos, seus moradores reconhecem e são reconhecidos como os legatários deste antigo território negro que era o Areal da Baronesa.

No ano de 2005, através do convênio entre o INCRA e a UFRGS o Quilombo do Areal recebeu o relatório histórico e antropológico da comunidade, nos anos posteriores foram encaminhadas várias demandas, a exemplo, a construção de 12 moradias reivindicadas

---

<sup>22</sup> BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989, p.113: “o poder de impor uma visão do mundo social (...) que, quando se impõem ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido”.

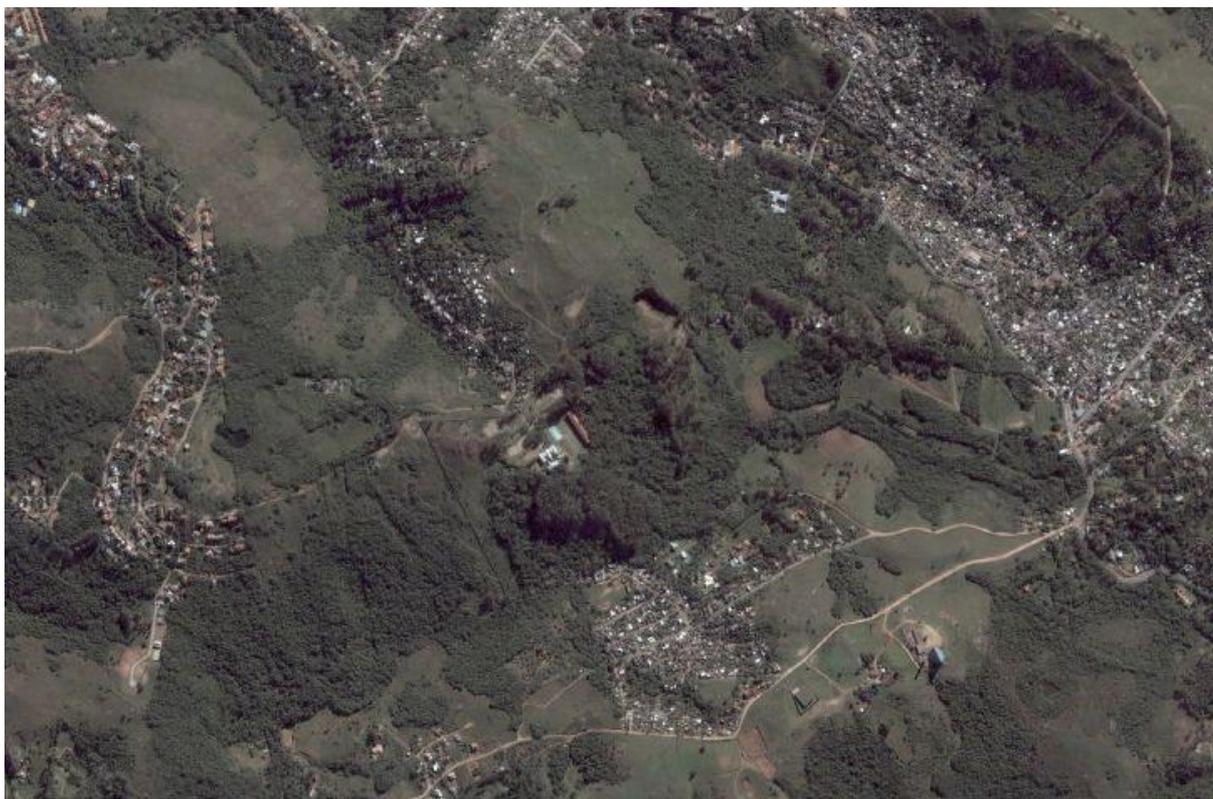
<sup>23</sup> BOURDIEU, idem, p.117, aquilo que se chama de “um principio determinado de pertinência”.

<sup>24</sup> O Beco da Olaria esta localizado entre a antiga Várzea (atualmente Parque Farroupilha) e a Rua da Olaria (atual Lima e Silva), na qual residia com sua família e tinha seu estabelecimento José de Sousa Costa, denominado Juca da Olaria. Posteriormente recebeu o nome de Primeiro de Março e depois pelo Decreto Municipal em 10/08/1935 tornou-se a Rua Sarmiento Leite.

<sup>25</sup> O Saneamento do Riacho era uma solicitação constante dos periódicos. O memorialista Fortunato Pimentel em uma das suas crônicas descreve a situação na década de 40. “(...) Um dos problemas mais importantes para a vida da cidade é o saneamento do vale do Riacho. (...) Suas áreas marginais insalubres transformam a zona em foco permanente de doenças infecciosas. Não servido por esgotos, sujeito a inundações periódicas e habitado por uma população pauperizada, o bairro, nas atuais condições representa um entrave bastante grande à continuidade do desenvolvimento das zonas limítrofes. (...)”. PIMENTEL, Fortunato. **Aspectos Gerais de Porto Alegre**. Porto Alegre, Imprensa Oficial, 1945, v. 1-2, 648, II, p.46.



**FIGURA 07 – Imagem de satélite: Quilombo dos Alpes e entorno.**



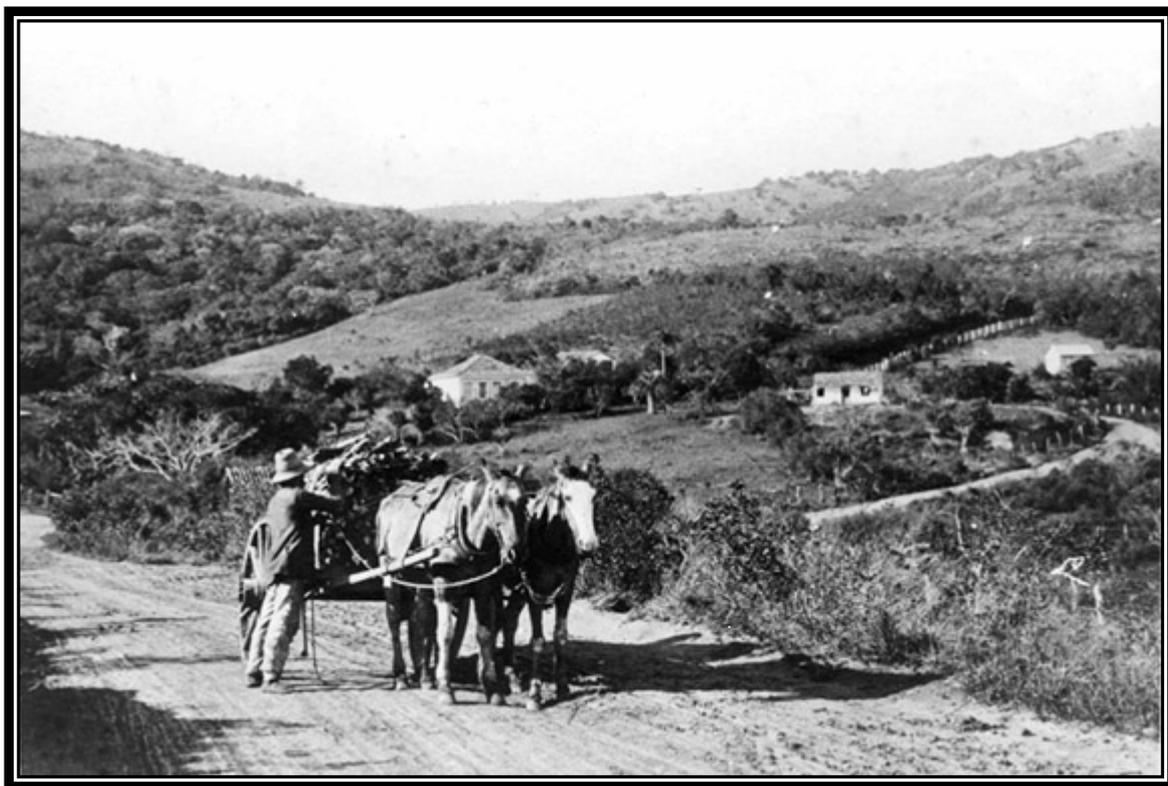
Fonte: <http://maps.google.com.br>, consultado em 23/04/2008.

Segundo relatos da comunidade, Dona Edwirges veio com seu segundo marido Antonio Ramos fugida provavelmente de uma fazenda na região de Belém, após este ter quebrado a guampa de um boi. Segundo relato de Rosangela da Silva Ellias<sup>26</sup>, temendo represálias Dona Edwirges e seu marido vieram caminhando de muito longe, e acabaram ocupando os espaços mais abaixo do Morro dos Alpes. Nesse período o arraial da Glória significava um “lugar seguro”, o acesso dava-se por poucas vias, é somente no ano de 1896 que inaugura-se um trecho da linha de bondes da Cia. Carris Porto-Alegrense que tem seu ponto terminal neste arraial. Mas, o desenvolvimento do bairro foi lento, sendo sua delimitação oficial realizada somente em 1963, sendo que na acepção popular “a Glória” teria limites maiores que compreenderiam os bairros Medianeira, Cascata e Cel. Aparício Borges que foram desmembrados do antigo Arraial.

A foto mostra a estrada que dava acesso à área dos Alpes.

---

<sup>26</sup> Entrevista Rosangela da Silva Ellias, 08/03/2008.



**FOTO 03** - Paisagem na Grande Glória, 1901-Fotógrafo Lunara-Acervo Museu Joaquim José Felizardo/Fototeca Sioma Breitman

Em meio a este lugar ermo das trilhas do Morro dos Alpes, nascem seus três dos quatro filhos: Carlos Francisco, Arminda e Paulo. Com o avanço da ocupação do arraial, Dona Edwirges, que trabalhou como cozinheira nas casas do bairro, tentando proteger sua família vai subindo paulatinamente até os altos do morro,

Eu fui morá na parte de cima, agarrei a casinha que eu entrava de quatro pé. De vassoura ainda a casinha, não tinha coberta, não tinha nada, (...) Não tinha nada. Não tinha casa. Não tinha nada era, (...) não tinha ninguém, não morava ninguém. Era só eu dentro desse mato. E eu ainda vim me meter no meio pior ainda, porque eu vim pra cá pra cima.<sup>27</sup>

Os membros da comunidade filhos, netos e agregados dos outros dois casamentos de Dona Edwirges formaram a comunidade, e conviveram com suas memórias, seu conhecimento da natureza (uso das ervas e chás) até o ano de 1998, quando falece com 108 anos. Atualmente os descendentes de Dona Edwirges estão na sua maioria habitando os altos

---

<sup>27</sup> Depoimento de Edwirges Francisca Garcia da Silva. 20/01/1993. Memória de Bairros-Glória.

do Morro dos Alpes, alguns moram ao longo da própria Estrada dos Alpes, ampliando os espaços da comunidade, que sofre o constante assédio da especulação imobiliária, a falta de acesso à saúde e ao emprego, mas que resistem como guardiões da memória de seu mito fundador. Aguardam o processo de regularização da terra desencadeado a partir do seu auto reconhecimento e do relatório antropológico, social e histórico que está sendo finalizado pelo corpo técnico ligado a parceria UFRGS/INCRA.

### O Quilombo Família Fidelix

Família Fidelix é como se denomina a comunidade quilombola localizada no bairro Azenha, na Rua Otto Ernest Maier, limitada por um lado pela Rua Sebastião Leão e pelo outro lado pelo Hospital Porto Alegre. Com 32 famílias na sua maioria egressa da cidade de Santana do Livramento<sup>28</sup>, a comunidade foi fundada há cerca de 26 anos, na década de 80. As famílias da comunidade costumam acessar serviços e lazer da região da Cidade Baixa e, por isso, frequentemente a indicação da sua localização se confunde entre o bairro onde oficialmente a área está localizada com a região de sociabilidade e vivência.

Os fundadores Sérgio Ivan dos Santos Fidelix, Milton Waldir Teixeira Santana e Hamilton Correa Lemos vieram para Porto Alegre nesta mesma década. Estes encontravam-se nos mesmos lugares de lazer, principalmente em um bar denominado de Recanto Santanense situado na Rua Lima e Silva (as casas desta rua tem seus fundos voltados para a Rua Otto Ernest Maier), e acabaram ocupando o espaço que segundo seus relatos era um “mato só”. Na narrativa de Sérgio Fidelix outros santanenses vieram para Porto Alegre, mas acabaram migrando para a região metropolitana como a cidade de Guaíba, pois “não apostaram na nossa comunidade”.

---

<sup>28</sup> Sérgio Fidélis se diz egresso da Comunidade de Madureira ou Rincão dos Negros, onde sua bisavó que possuía terras foi trocando estas por alimentos para manter sua família.



lugares de lazer, principalmente em um bar denominado de Recanto Santanense situado na Rua Lima e Silva (as casas desta rua tem seus fundos voltados para a Rua Otto Ernest Maier), e acabaram ocupando o espaço que segundo seus relatos era um “mato só”. Na narrativa de Sérgio Fidelix outros santanenses vieram para Porto Alegre, mas acabaram migrando para a região metropolitana como a cidade de Guaíba, pois “não apostaram na nossa comunidade”

Quando se referem ao espaço ocupado pelas moradias e seu entorno, remetem a memória dos antigos moradores que citavam a Ilhota e no qual se dizem legatários deste antigo território.

A Ilhota remonta ao início do século, mas precisamente ao ano de 1905, quando o Intendente José Montaury, no intuito de aumentar a vazão do Riacho, determinou que os dois extremos destes caminhos irregulares fossem ligados por um canal, formando uma ilha. Situava-se nas imediações da atual Praça Garibaldi estendendo-se até a Rua Arlindo (atual Barão do Tefé), limitada pelas ruas Olavo Bilac, José do Patrocínio, Sebastião Leão, Lima e Silva e Av. Getúlio Vargas. Recebia esta denominação em função das águas do Arroio Dilúvio que com as chuvas subiam formando um círculo e no meio da bacia ficava a Ilhota.

Área sujeita as inundações, e por isso mesmo ocupada por moradores muito pobres, deixou sua marca na memória da cidade, sobretudo nas crônicas de carnaval, samba e batuque (FRANCO, p.212).



**Foto 04** - Panorama aéreo da canalização do Arroio Dilúvio, 1957 - Fotógrafos Léo Guerreiro e Pe Flores. Acervo do Museu Joaquim José Felizardo/Fototeca Sioma Breitman.

A Ilhota foi estigmatizada ao longo do século XX por suas condições precárias de moradia e por sua população despossuída. O jornal Diário de Notícias de 30 de Outubro de 1927 traz em seu relato,

Quem habita, afinal, a Ilhota?

Pobre gente que não tem o que comer. Talvez por isso mesmo os famosos “passadores do pacote” ali se foram acoitar, certos de que estariam mais ocultos do que em outro qualquer ponto da cidade. (...)

Seu crescimento populacional deu-se na década de quarenta do séc. XX, quando já possuía “seiscentos lotes e respectivas casas de quatro a seis metros de testada, submetidos pela sua irregularidade e cota baixa a restrições legais quanto a construções (...)”<sup>29</sup>. O Projeto Renascença (propunha um renascimento de um novo lugar apagando sua desorganização e

<sup>29</sup> Correio do Povo. Porto Alegre. 23/12/73. p.18. Arquivo Moysés Velinho.

pobreza) que executado na década de 70, canalizou o Arroio Dilúvio, formando a Avenida Ipiranga, e parcelando esta área em lotes comercializados pela especulação imobiliária. Sua população na maioria foi retirada para área da Restinga Velha onde foram colocados à revelia. Parte desta área no final da década de 70 foi cedida para a construção do Hospital de Porto Alegre, vinculado inicialmente ao funcionalismo municipal. O entorno foi assim ocupado pelos integrantes da Comunidade Família Fidelix que paulatinamente construía suas moradias, nas décadas posteriores 80 e 90 (Séc. XX) constituindo lugares de lazer como o campo de futebol, fortalecendo os laços de compadrio e de vizinhança, ampliando o espaço de atuação política com a fundação da associação de moradores e quilombola para as demandas sociais e o pleito de regularização da terra. Neste sentido, depois do auto reconhecimento da comunidade como quilombola, o INCRA encaminhou neste ano o estudo (em andamento) histórico, antropológico e social que servirá de peça fundamental para o processo de construção do processo de regularização fundiária.

## 1.3 Questões Conceituais

Em um cenário mundial onde os debates relativos aos direitos sociais, direitos humanos e o direito à diferença ganham cada vez mais destaque, a política brasileira abre espaço, através do art. 68 do ADCT de 1988, para questões relativas à cidadania e desigualdade social e racial no Brasil.

Leia-se o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias:

“Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

De acordo com Ilka Boaventura Leite, o pressuposto que está em jogo é o de que o conceito de quilombo “(...) alude a uma ‘dívida’ que a nação brasileira teria para com os afro-brasileiros em consequência da escravidão” (LEITE, 1999, p. 134). Grupos que, apesar de serem considerados cidadãos, vendo garantidos direitos civis no pós-abolição, nunca tiveram seus direitos sociais efetivamente assegurados pelos poderes públicos. Nesse sentido, as recentes políticas étnicas buscam dar conta dos direitos sociais dessas comunidades (o direito à terra, por exemplo), garantindo sobretudo a possibilidade de se reproduzirem.

Um questionamento crucial quanto ao art. 68 é o porquê de estar contido nas disposições constitucionais transitórias. Acreditava-se, quando de sua promulgação – tendo-se o modelo palmariano de comunidade de escravos fugidos durante o período escravocrata como ideal - que algumas poucas comunidades remanescentes iriam surgir, seriam tituladas e a política não mais seria necessária. O que vivenciamos, entretanto, o surgimento de mais e mais comunidades étnicas em todo o Brasil que se reconhecem como singulares quanto às suas identidades étnicas, historicamente oprimidas, muitas vezes expropriadas de terras que ocupavam tradicionalmente e desterritorializadas. O número de comunidades que se auto-reconhecem como remanescentes de quilombos e demandam titulação das terras que lhes são de direito é imenso, ao contrário das projeções iniciais, quando se acreditava no surgimento de um ou outro caso isolado. Algo que remete ao que Leite (2002, p. 23) identificou em sua pesquisa sobre a comunidade de Casca (Mostardas/RS): o termo “[...] quilombo como expressão máxima da luta dos afro-descendentes pela cidadania”.

As políticas étnicas voltadas às comunidades remanescentes de quilombos estão centradas na luta por terras e na regularização fundiária em grupos sociais historicamente excluídas desse direito fundamental – veja-se o próprio art. 68, que enfatiza a garantia desse direito aos remanescentes. Entretanto, como o nosso estudo possibilitou identificar, existem, para além da demanda de regularização fundiária, carências bastante amplas entre essas comunidades - que, mesmo não sendo homogêneas, aproximam-se em muitos aspectos. Entre eles, a dificuldade de acesso a programas sociais ocasionando a precariedade habitacional, a evasão escolar, as deficiências nos serviços de saúde a que tem acesso, a falta de conhecimento sobre políticas de assistência social, entre outros, como demonstraremos no curso do relatório.

Quanto à questão fundiária, ela ultrapassa os limites da terra enquanto espaço físico. A luta pela titulação do território envolve processos através dos quais essas comunidades buscam preservar seus modos de vida, sendo tais territórios suportes de identidades coletivas, práticas culturais, memórias e vínculos de pertencimento. Trata-se, nesse sentido, de políticas ligadas à garantia da reprodução da diversidade cultural em nosso país; os processos que vivem as comunidades aqui estudadas envolvem fundamentalmente sua memória coletiva, suas formas de territorialidade, desterritorialização constante em função de transformações urbanas, e, sobretudo, a mobilização de seus aspectos étnicos/raciais como critério de singularidade.

A partir de um mecanismo jurídico ligado à garantia do direito à terra de comunidades negras com formações étnicas, sociais, culturais e históricas específicas, os membros desses grupos, em diálogo com pesquisadores, órgãos públicos e militantes, envolvem-se em situações de reconstrução de identidades em face do meio social que os envolve, sendo pulsante o resgate de histórias, imagens, memórias e mitos de origem. A positivação de identidades antes estigmatizadas revela-se extremamente importante nesse sentido.

O que se promove nesse modelo político de temporalidade (CLIFFORD, 2002) é o resgate dos mitos de origem dessas comunidades, de legados sociais, sobretudo a partir de uma reconstrução dos significados do passado ao se remexer nesse arcabouço de sentidos em que consistem as memórias coletivas. O resgate de imagens da negritude e escravidão no nosso contexto urbano, perpassado decisivamente pelo ideal de progresso e pela racionalidade, parece desconexo. Entretanto, como mostram as narrativas biográficas dos membros das comunidades, há cerca de 3 gerações, ainda vivíamos a escravidão no Brasil. Historicamente, trata-se de um passado recente; no nosso tempo social, nos quadros sociais de nossas memórias (HALBWACHS, 1990), parece ser um tempo longínquo.

Deve-se ter claro que, apesar de mobilizarem os mesmos critérios de identidade política, não estamos tratando de comunidades homogêneas. Existem cisões, tensões, e disputas entre grupos, como em quase todos os grupos humanos. São disputas etárias, de gênero, raciais, por conta de certas práticas sociais, e assim por diante. Do mesmo modo, a memória coletiva também é fragmentada e se reconstrói justamente nesses diálogos e negociações da realidade. É justamente por estarem em fluxo e serem sempre recriadas que essas formas culturais significativas duram.

Deve-se ressaltar novamente que são comunidades que trazem em si a marca da resistência a amplos processos de transformação urbana e segregação social. Relembramos aqui que, ao se reconstruir e remodelar o espaço urbano se desvela hierarquias sociais. Falar de remanescentes, então, como a própria palavra indica, implica na dimensão de um processo de transformação mais amplo, diante do qual esses grupos aparecem como a presença de antigas formas de vida social em territórios urbanos específicos. Aqui, portanto, a persistência desses grupos indica a pluralidade temporal do espaço da cidade, onde traços “modernos” convivem lado a lado com antigas feições – que devemos interpretar não como retratos de atraso ou subdesenvolvimento, mas como modernidades alternativas, tal qual propõe José Carlos Gomes dos Anjos (2006).

Esses casos demonstram que formações étnicas e identidades territorializadas persistem e se fortalecem no meio urbano - ao contrário do que se poderia pensar quanto ao fato de reinarem triunfantes na vida das grandes cidades a impessoalidade e o individualismo. As políticas quilombolas, agindo na garantia dos direitos desses grupos, impedindo sua desagregação, garantem a persistência dos traços visíveis da diferenças culturais em nosso meio social. São ações que vêm se incluir nas próprias formas de gestão do espaço da cidade, e na garantia da multiplicidade urbana face à homogeneização de certos nichos e suas características populacionais.

O que têm a dizer sobre si essas comunidades? Como se percebem essas pessoas? A que se referem quando se dizem remanescentes? No Quilombo do Areal, por exemplo, eles buscam o tempo todo quebrar o olhar estereotipado que os afirma como moradores de uma vila no centro da cidade; afirmam que, ao contrário, moram em uma avenida – “o que é muito diferente”, pois se referem a uma forma de habitação característica dessa região da cidade no passado, como abordado anteriormente.

Quando pensamos em comunidades remanescentes de quilombos em meio a uma metrópole como Porto Alegre, torna-se fundamental relativizarmos o que entendemos por quilombo. O emprego desse conceito, tal qual apropriado pelos atores sociais em meio aos

fenômenos das “etnicidades emergentes” (ARRUTI, 1997), requer que deixemos de lado quaisquer sombras do sentido colonial do termo. De acordo com Alfredo Wagner de Almeida (2002, p. 46), se deve acabar com o passadismo, com este conceito “frigorificado” de quilombo, aprisionado ao passado das comunidades. Essas comunidades identificam-se muito mais com a resistência a processos de opressão histórica sobre as populações afro-descendentes do que a grupos de escravos fugidos no período da escravidão.

Quanto aos assim chamados quilombos urbanos, nos referimos aqui aos grupos que, em meio a um contexto urbano multicultural, fragmentado e em eterna dinâmica, demarcam sua identidade mobilizando critérios étnicos. Veja-se, nesse sentido, a definição weberiana de grupo étnico enquanto aqueles que compartilham uma crença subjetiva em origens presumidamente comuns, costumes que a distinguem e destinos comuns (WEBER, 1994, p. 270). É o próprio Max Weber que identifica que as relações políticas são, muitas vezes, propulsoras do que denomina “comunhão étnica”. Em muitos casos, cita o autor, tal propulsão advém de diferenças étnicas preexistentes que ganham força diante de certas circunstâncias políticas.

No caso das comunidades aqui estudadas, são as relações tensionais com outros grupos sociais - que notadamente se apresentam como risco de desapropriação, desterritorialização e dissolução dessas comunidades - que catalisam o fortalecimento de identidades coletivas como ponto nevrálgico da resistência comunitária. As diferenças raciais que motivam a discriminação e não realização completa da cidadania entre esses grupos, então, são repensadas quando de seu auto-reconhecimento enquanto comunidades remanescentes de quilombos. Cabe a referência aos clássicos estudos de Fredrik Barth (1998) sobre “os grupos étnicos”, nos quais o autor defende que, ao invés de se enfatizarem nos estudos os grupos de maneira isolada, enquanto núcleos culturais independentes e autocentrados, as fronteiras étnicas é que devem ser enfocadas. Em outras palavras, as identidades sempre se constroem na relação entre os grupos sociais – posição esta que nos direciona o olhar sobre os processos sociais, algo que garante o afastamento de perspectivas essencialistas acerca das culturas e identidades.

Nesse sentido, os assim chamados quilombos urbanos contemporâneos configuram-se como grupos sociais de resistência a um sistema de exclusão, comunidades de ascendência marcadamente negra – mas não exclusivamente –, no geral empobrecidas, com *ethos* e costumes diferenciados dos grupos que lhes circundam, e que se mantém apesar de amplos processos de enobrecimento urbano e segregação de seus antigos vizinhos.

Em meio ao processo de pesquisa de que faz parte o presente estudo, há também um subprojeto que se debruça de maneira mais ampla sobre a população afro-brasileira em Porto Alegre. Como vimos acima, os remanescentes de quilombos além de integrarem o universo negro em território urbano, compartilham entre si de um sentido de comunidade, o sentimento de pertencimento a um todo mais amplo, motivado por diversas bases - sejam elas de parentesco e consangüinidade (Família Silva e Família Fidelix), de sociabilidade e *ethos* (Quilombo do Areal), ou a partir das de ambas as bases (Quilombo dos Alpes). Todas essas comunidades buscam o reconhecimento da legitimidade de posse dos territórios que ocupam. Além disso, buscam ver reconhecidos e garantidos na prática outros direitos sociais.

O fato de ocuparem áreas de “maneira irregular” - diante da legislação vigente, apesar de tradicionalmente reconhecerem como seus esses territórios, sendo fundamentais para sua perpetuação - fez com que repetidas vezes ao longo dos tempos tenham ocorrido ações de despejo e remoção - além de muitas tentativas não efetivadas - levadas a termo pelos próprios poderes públicos. Recentemente ações de despejo incidiram sobre alguns moradores da Família Fidelix, que há pouco mais de um ano tiveram suas casas demolidas; obtiveram pouco tempo depois reintegração de posse, e tiveram construídas precárias habitações de compensado no lugar de suas antigas casas, por parte do DEMHAB. Tal também é o caso da Família Silva, que em 2005 teve ordem de despejo, fato este que gerou grande tensão e mobilização por parte da comunidade. Por fim, conseguiram reverter o processo. Em relação ao Quilombo dos Alpes, várias foram e, repetidamente são as tentativas de apropriação por parte de alguns “ditos” donos/proprietários da área. Em muitos dos casos, os “ditos” proprietários são representados por advogados e/ou corretores de imobiliárias. A comunidade mobiliza seu capital social (BOURDIEU, 1985)<sup>30</sup>, para conseguir mobilizar o Ministério Público, o INCRA/RS que têm inibido ou constrangido novas tentativas de “retomada da propriedade”, já que a posse é reconhecidamente daquelas famílias. No caso do Quilombo do Areal, historicamente a comunidade sofreu repetidas tentativas de remoção. Vejamos a esse respeito um trecho de um documento do arquivo da Santa Casa de Misericórdia, proprietária da área até meados da década de 1980: trata-se de uma negociação entre Santa Casa de Misericórdia e Prefeitura Municipal, em que o representante da instituição religiosa solicitava a permuta das terras do Areal, mais especificamente a Avenida Luís Guaranha - herdadas pela instituição algumas décadas antes - por outro terreno, indicando que, como a prefeitura,

---

<sup>30</sup> Pierre Bourdieu trata o capital social como a soma dos recursos decorrentes da existência de uma rede de relações de reconhecimento mútuo institucionalizada em campos sociais. Os recursos são empregados pelas pessoas a partir de uma estratégia de progresso dentro da hierarquia social do campo, prática resultante da interação entre o indivíduo e a estrutura. (Bourdieu, 1985). CONFIRMAR REFERÊNCIA

também a Santa Casa deveria realizar um Projeto de Renascença<sup>31</sup> em suas posses – esta mais especificamente, pois estava dentro da área da enorme ação de remodelação urbana e segregação dessas populações na década de 70. Vejam os termos:

O que sempre existiu nesse enorme terreno, afora as quatro casinhas mencionadas, foi um verdadeiro cortiço, há alguns anos atingido por um incêndio. Posteriormente, em razão do quase total abandono a que foi relegado a porte do cortiço incendiado, terceiros, em grande número, invadiram-no e ali levantaram diversas malocas, e os casebres incendiados foram restaurados e ocupados pelos próprios moradores.

A exemplo de tantos outros é aquele local um foco de imundícia, tratando-se de um terreno cujo nível é inferior ao da rua a que faz frente, é ele alagadiço, mormente no inverno, tornou-se ao longo do tempo um amontoado de casebres, abrigando mais de duas centenas de pessoas que ali vivem num verdadeiro sub-mundo, e que como tal, não poderia deixar também de homisiar maconheiros e assaltantes<sup>32</sup>.

O olhar estereotipado e preconceituoso que se reconstrói nas palavras do autor do referido documento reproduz representações bastante difundidas sobre esses territórios e suas populações. São lugares socialmente considerados como sujos e denegrados, degradados, imorais, “focos de imundícia”, e assim por diante. Sua população, pessoas consideradas como de “baixo nível” social. Esses argumentos servem de base para a busca de remoção desses grupos, o que se demonstra no corpo do documento citado. O próprio nome do Projeto que se incumbiu de reformar toda a área da antiga Ilhota demonstra claramente a existência de um estigma, enquanto conjunto de atributos depreciativos (GOFFMAN, 1988), que se deposita sobre esta população. Anteriormente chamado de Projeto Cura, tornou-se Projeto Renascença – que indicava o renascimento social dessa região da cidade sob novas e higienizadas bases. O processo de auto-reconhecimento como comunidades remanescentes de quilombos por parte dos grupos aqui estudados evidencia uma busca de positivação de identidades estigmatizadas. Evidenciam o fato de que não são “vileiros” e nem moram em “vilas”, mas em comunidades cultural e etnicamente marcadas.

Também escutamos de moradores do Quilombo do Areal a existência de uma proposta realizada pelo DEMHAB de remoção da comunidade para a Chácara da Fumaça, no início da década de 80. Essa ambivalência das ações públicas é fator de insegurança das comunidades. Nesse sentido, é possível indicar a existência de uma mobilidade endêmica, um certo

---

<sup>31</sup> Referindo-se ao Projeto Renascença implementado pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, a partir de 1975, que foi responsável pela desterritorialização de milhares de moradores do antigo bairro Ilhota.

<sup>32</sup> Carta anexada ao inventário de Luiz Guaragna (proprietário original da Avenida que a deixou de herança à Santa Casa de Misericórdia) bem como a documentação dos autos do processo de transmissão dos seus bens para a Santa Casa - Documento 370 - Legados, Doações, Testamentos. Documento originário do patrimônio 370, maço 12 A . CPDOC/SCMPA.

nomadismo urbano entre esta população, sempre sujeita a desterritorializações e reterritorializações decorrentes de tais tipos de ações no campo das políticas públicas (remoções, despejos). São os alvos preferenciais das reformas higienistas e que sempre buscam esconder as contradições sociais e mascarar – ou afastar para bem longe – a existência das diferenças em nossa sociedade. Diferenças estas que, no Brasil infelizmente coincidem com a desigualdade social. Verificamos que a busca de garantia do direito à terra se consolida como busca de garantia legal sobre seus direitos territoriais.

Fatos como os anteriormente relatados fazem com que os órgãos públicos sejam vistos com insegurança e desconfiança por parte dessas comunidades. Mudar essa imagem através de políticas que os beneficie ao invés de prejudicar é tarefa fundamental quando falamos em construção da cidadania em nosso município.

Na medida em que as políticas de assistência social, pautadas pela Política Nacional de Assistência Social<sup>33</sup> - PNAS e pela Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS<sup>34</sup>, são projetadas a partir da idéia de descentralização e capilarização, o que permite atender a demandas sociais segmentadas e setoriais, torna-se bastante pertinente o delineamento de políticas específicas para as comunidades Quilombolas de Porto Alegre, em suas especificidades sócio-territoriais e culturais. Verifica-se que, considerando seus pleitos políticos como ações enunciativas, socialmente já não são comunidades invisíveis, apesar de que essa visibilidade não necessariamente garante benefícios, como se está verificando atualmente.

O estudo demonstra tanto a visibilidade com a invisibilidade das famílias quilombolas. A presença e participação dos integrantes dessas comunidades em espaços públicos de demandas e reivindicações como nas reuniões do orçamento participativo é de cerca de 49% dos entrevistados, mas isso não é traduzido ou revertida em acesso a projetos e/ou programas sociais.

---

<sup>33</sup> Apreciada e aprovada no ano de 2004.

<sup>34</sup> Lei 8742, de 07.12.1993 - Dispõe Sobre a Organização da Assistência Social e dá outras providências.

**TABELA 05 – Programas Sociais que a família participa**

<i>Programas</i>	<i>Sim</i>		<i>Não</i>		<i>Total</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Bolsa Família	36	21,1	135	78,9	<b>171</b>	<b>100</b>
Projovem (Programa Nacional de Inclusão de Jovens)	2	1,2	169	98,8	<b>171</b>	<b>100</b>
PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil)	1	0,6	170	99,4	<b>171</b>	<b>100</b>
Agente Jovem	---	---	171	100	<b>171</b>	<b>100</b>
PAIF (Programa de Atenção Integral à Família)	3	1,8	168	98,2	<b>171</b>	<b>100</b>
BPC-I (Benefício de Prestação Continuada para Idosos)	1	0,6	170	99,4	<b>171</b>	<b>100</b>
BPC-PD (Benefício de Prestação Continuada para Pessoas Portadoras de Deficiências)	2	1,2	169	98,8	<b>171</b>	<b>100</b>
PIM (Primeira Infância Melhor)	1	0,6	170	99,4	<b>171</b>	<b>100</b>
PIÁ (Porto Infância Alegre)	---	---	171	100	<b>171</b>	<b>100</b>
NASF (Núcleo de Apoio Sócio-Familiar)	6	3,5	165	96,5	<b>171</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos em Porto Alegre - 2008

Nesse sentido, tais comunidades querem ser oficial e publicamente reconhecidas como existentes e portadoras de demandas específicas. Suas demandas podem estar pautadas pela perspectiva de que o direito à diferença deve ser transfigurado em ações efetivas delineadas para tais grupos.

Se as políticas de assistência pautam-se nas vertentes individuais entre pessoas, circunstâncias e famílias, os grupos aqui considerados envolvem uma outra dimensão – o caráter coletivo pois tratam-se de comunidades. Que tipos de ações podem ser direcionados a tais comunidades? Como demonstraremos posteriormente, no geral essas comunidades quase não acessam os programas de assistência social por não possuírem conhecimento ou informações sobre tais políticas. Entretanto, na medida em que a Assistência Social é orientada à garantia do direito à proteção e seguridade contra situações de vulnerabilidade social, e tendo em vista que as desigualdades socioterritoriais se reproduzem na dinâmica das cidades, nesse caso os atores sociais chamam a atenção para as dimensões étnico-raciais, que clamam para ser incluídas nos panoramas da intervenção política.

## 2 IDENTIDADE / CARACTERIZAÇÕES GERAIS

A população quilombola cadastrada pela pesquisa de Porto Alegre é constituída de 633 pessoas representando menos de 0,05% dos 1.360.590 habitantes da cidade, segundo o Censo IBGE/2000. A distribuição por sexo apresenta disparidades, pouco mais de 53% (724.770) da população da Capital é composta por mulheres e menos de 47% (635.820), composta por homens. No Rio Grande do sul esta relação era em 2000 de 49,03 % masculino e 50,97 % feminino. No Brasil era respectivamente de 49,22% e 50,78%.

Entre os quilombolas esta distribuição apresenta disparidade mais acentuada (52,1% feminino e 47,9% masculino). Na Família Silva a disparidade é mais acentuada, porém o número de pessoas é baixo e os dados devem ser relativizados.

**TABELA 06 – Faixa etária e Sexo – Todas as comunidades**

Faixa etária		Sexo		
		Masculino	Feminino	Total
De 0 a 06 anos	<i>Freq</i>	45	50	<b>95</b>
	<i>%</i>	47,4	52,6	<b>100</b>
De 07 a 11 anos	<i>Freq</i>	37	34	<b>71</b>
	<i>%</i>	52,1	47,9	<b>100</b>
De 12 a 17 anos	<i>Freq</i>	50	48	<b>98</b>
	<i>%</i>	51,0	49,0	<b>100</b>
De 18 a 24 anos	<i>Freq</i>	40	42	<b>82</b>
	<i>%</i>	48,8	51,2	<b>100</b>
De 25 a 34 anos	<i>Freq</i>	47	46	<b>93</b>
	<i>%</i>	50,5	49,5	<b>100</b>
De 35 a 44 anos	<i>Freq</i>	28	32	<b>60</b>
	<i>%</i>	46,7	53,3	<b>100</b>
De 45 a 59 anos	<i>Freq</i>	43	41	<b>84</b>
	<i>%</i>	51,2	48,8	<b>100</b>
60 anos ou mais	<i>Freq</i>	15	18	<b>33</b>
	<i>%</i>	45,5	54,5	<b>100</b>
Não respondeu	<i>Freq</i>	7	10	<b>17</b>
	<i>%</i>	41,2	58,8	<b>100</b>
<b>Total</b>	<i>Freq</i>	<b>312</b>	<b>321</b>	<b>633</b>
	<i>%</i>	<b>49,3</b>	<b>50,7</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos em Porto Alegre - 2008

Os quatro Quilombos estudados situam-se em Bairros diferentes da cidade e em diferentes regiões do Orçamento participativo. O Areal e o Fidelix se situam em bairros antigos e densamente povoados próximos ao Centro. O Silva ocupa área em bairro formado há menos de 60 anos. Está cercado por edifícios e casas habitadas por famílias de alta renda. O Alpes situa-se numa área ocupada por não-quilombolas mais recentemente, em lugar alto e atualmente objeto de pressão imobiliária, principalmente pela expansão de moradias e condomínios para as encostas mais altas da cidade.

**TABELA 07 – Bairros onde se localizam as Comunidades**

Bairro	<i>Freq</i>	%
Três Figueiras – Família Silva	15	8,7
Cascata – Alpes	56	32,6
Azenha – Família Fidelix	30	17,4
Menino Deus - Areal	71	41,3
<b>Total</b>	<b>172</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos em Porto Alegre – 2008

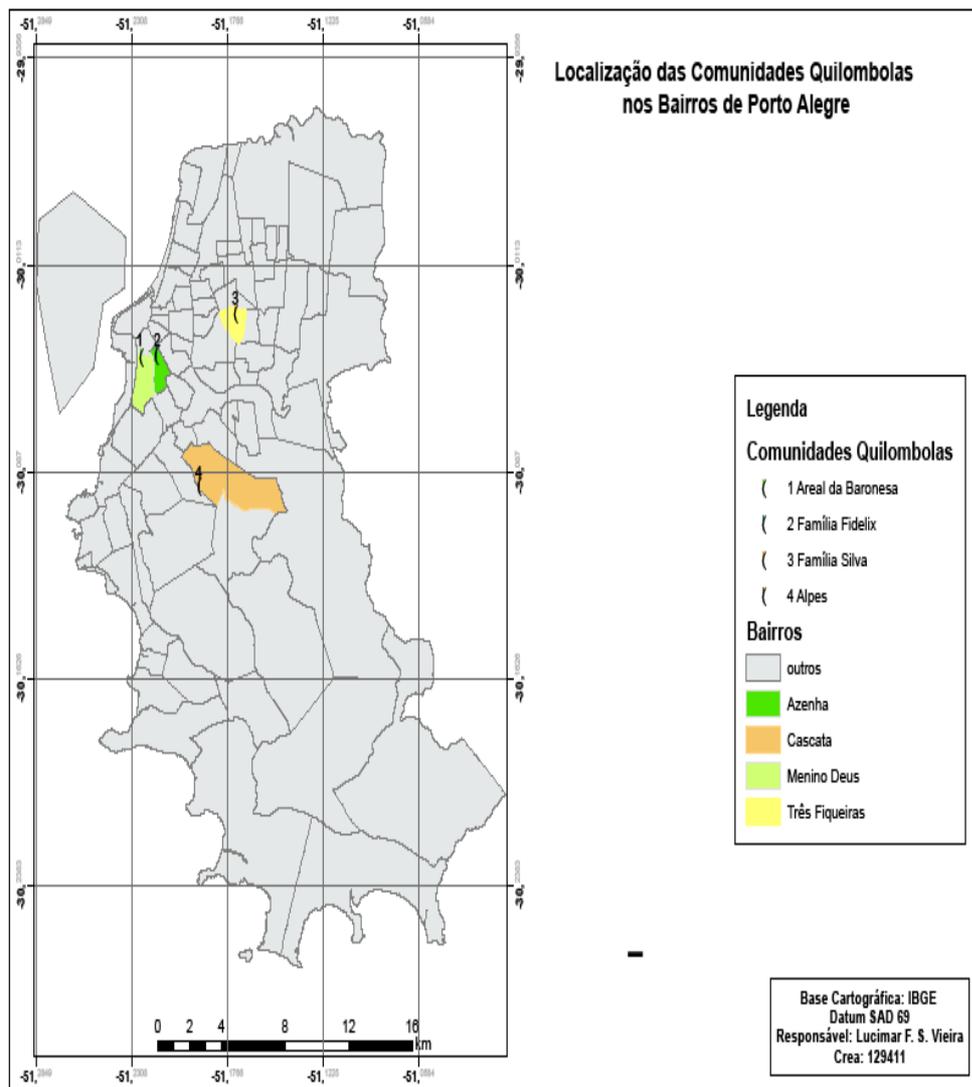
As comunidades estudadas apresentam números de famílias bastante diferentes entre si. A maior concentração é no Quilombo do Areal com 71 (41,3%) famílias, e a menor no Quilombo Família Silva com 15 (8,7%) famílias.

**TABELA 08 – Região do Orçamento Participativo onde se localizam as Comunidades**

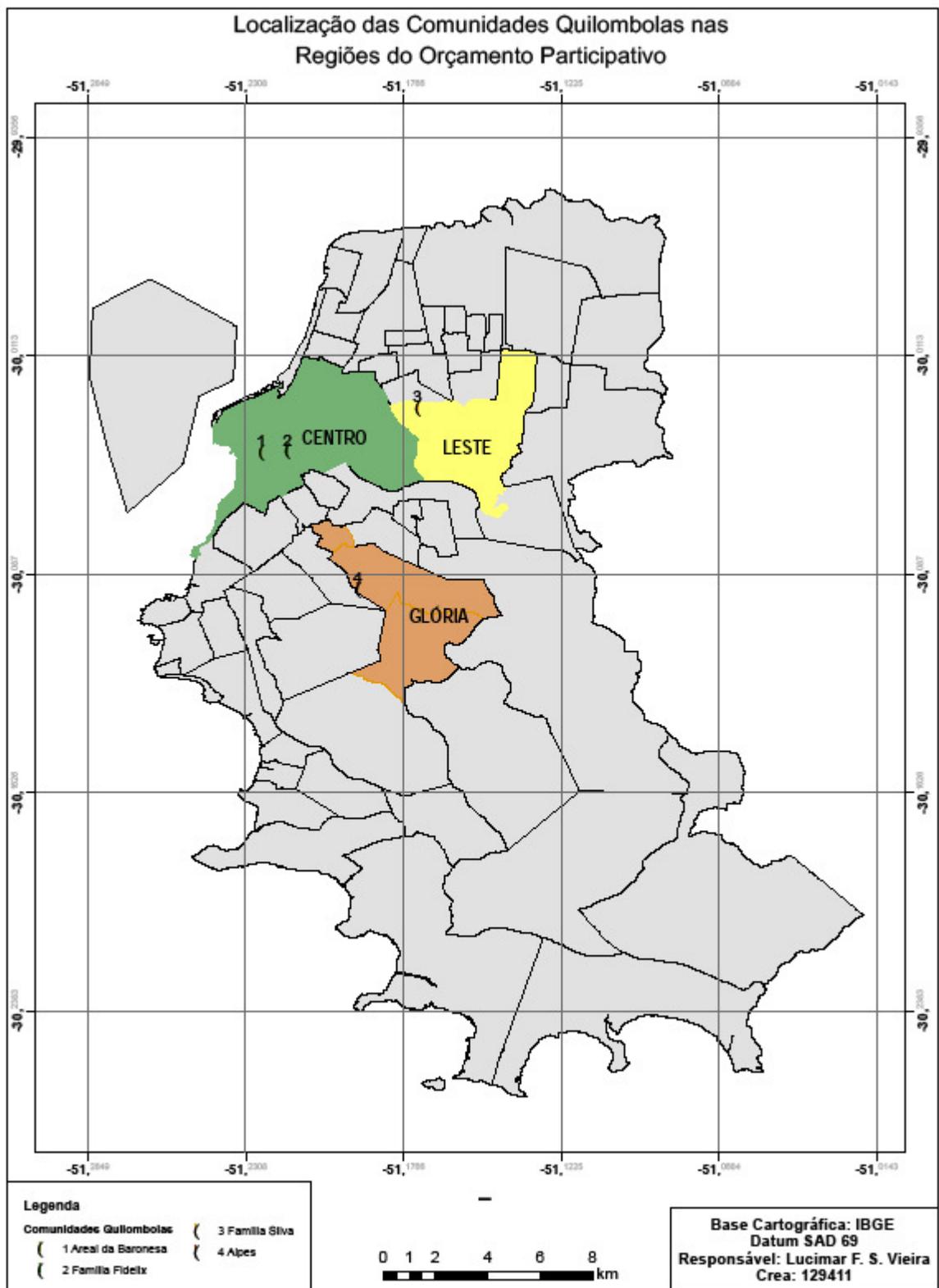
Região do OPPA	<i>Freq</i>	%
Leste Família Silva	15	8,7
Glória _ Alpes	56	32,6
Centro _ Areal e Família Fidelix	101	58,7
<b>Total</b>	<b>172</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos em Porto Alegre – 2008

**Mapa 1- Localização das Comunidades Quilombolas nos Bairros de Porto Alegre**



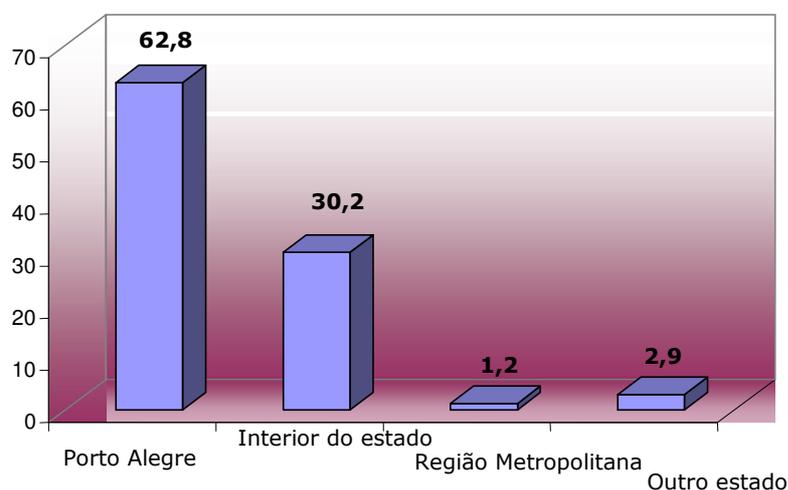
**Mapa 2 localização das Comunidades Quilombolas nas Regiões do Orçamento participativo**



Vale lembrar que as 172 famílias cadastradas não refletem inteiramente a realidade dessas comunidades, pois diversos membros e/ou famílias se deslocam para outras localidades (provavelmente em busca de trabalho e acesso escolar, entre outros), sem perder o vínculo com suas origens, e muitos deles retornam. É por essa dinâmica que no mapeamento feito anterior à realização das entrevistas o resultado apresentou variações oscilantes entre 130 a 200 famílias.

A população quilombola das comunidades estudadas mantém relações com comunidades quilombolas situadas em zonas rurais, expressando a manutenção de relações e trocas com os territórios de origem. Aproximadamente um terço (30%) dos responsáveis pelas famílias quilombolas de Porto Alegre nasceram no interior do Estado, caracterizando um processo migratório. Sabe-se, por informações de entrevistas orais e por outros estudos, que há interação relativamente intensa entre membros de Quilombos, principalmente entre aqueles que se reconhecem como semelhantes ou que possuem vínculos estabelecidos há bastante tempo. O casamento e as ocupações são dois motivos importantes nessas trocas e interações. Todos declaram serem brasileiros.

**FIGURA 10 – Local de nascimento do responsável**



**Fonte:** Pesquisa sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos em Porto Alegre – 2008

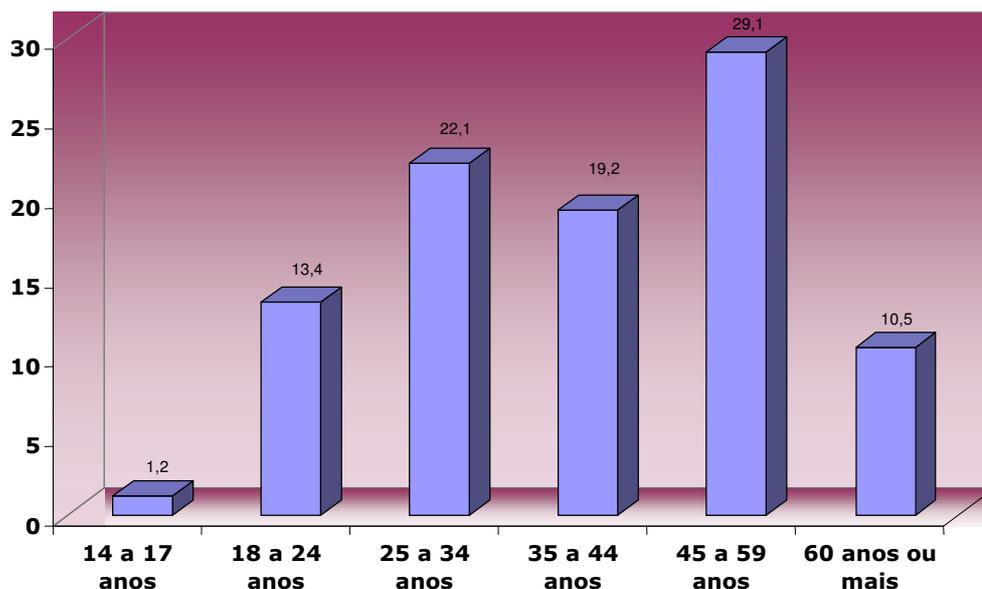
**TABELA 09 – Local de nascimento do responsável e do cônjuge**

Local	Responsável		Cônjuge	
	Freq	%	Freq	%
Porto Alegre	108	62,8	59	54,1
Região Metropolitana de Porto Alegre	2	1,2	4	3,7
Interior do estado do RS	52	30,2	41	37,6
Outro estado	5	2,9	1	,9
NS/NR	5	2,9	4	3,7
<b>Total</b>	<b>172</b>	<b>100</b>	<b>109</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos em Porto Alegre – 2008

Cerca de metade dos responsáveis pelas famílias tem idade entre 35 e 59 anos, sendo que 59,9 % estão na faixa entre 14 e 44 anos, portanto em condição de apresentarem aumento de população ou terem filhos. A presença de idosos é bastante diversificada entre as comunidades. Na média são 10,5% os que possuem 60 anos ou mais (índice pouco inferior à população de Porto Alegre). Porém na Família Silva nenhum chefe ou cônjuge possui mais de 59 anos e na comunidade dos Alpes constituem 1,8% dos chefes e 5,3% dos cônjuges.

**FIGURA 11 – Faixa etária do responsável**



Fonte: Pesquisa sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos em Porto Alegre - 2008

**TABELA 10 – Faixa etária do responsável**

Faixa etária	Geral		Comunidades							
			Alpes		Areal		Família Fidelix		Família Silva	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
De 14 a 17 anos	2	1,2	1	1,8	1	1,4	---	---	---	---
De 18 a 24 anos	23	13,4	9	16,1	7	9,9	1	3,3	6	40,0
De 25 a 34 anos	38	22,1	11	19,6	15	21,1	9	30,0	3	20,0
De 35 a 44 anos	33	19,2	14	25,0	11	15,5	4	13,3	4	26,7
De 45 a 59 anos	50	29,1	15	26,8	23	32,4	10	33,3	2	13,3
60 anos ou mais	18	10,5	1	1,8	12	16,9	5	16,7	---	---
NR	8	4,7	5	8,9	2	2,8	1	3,3	---	---
<b>Total</b>	<b>172</b>	<b>100</b>	<b>56</b>	<b>100</b>	<b>71</b>	<b>100</b>	<b>30</b>	<b>100</b>	<b>15</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos em Porto Alegre – 2008

Esses dados permitem inferir que se trata de unidades familiares consolidadas. Essa inferência é tanto mais importante, quanto no processo de reconhecimento das “comunidades remanescentes de quilombos”, a possibilidade de afirmação da identidade dos grupos reivindicantes, a partir da “autodefinição” ou da “auto-atribuição” vem suscitando questionamentos. A explicitação da morfologia social desses grupos permite evidenciar que não se trata de “indivíduos” regidos por uma razão instrumental que manipulam identidades, mas grupos sociais formados numa densa trama de relações de parentesco há muito consolidada.

Trata-se de estruturas familiares há muito consolidadas no território quilombola e que conformaram estruturas familiares maduras. Cerca de 80% dos cônjuges têm mais de 25 anos.

**TABELA 11 – Faixa etária do cônjuge**

Faixa etária	Geral		Comunidades							
			Alpes		Areal		Família Fidelix		Família Silva	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
De 14 a 17 anos	3	2,8	1	2,6	4	9,5	---	---	2	18,2
De 18 a 24 anos	14	13,0	7	18,4	8	19,0	---	---	3	27,3
De 25 a 34 anos	28	25,9	13	34,2	7	16,7	6	35,3	1	9,1
De 35 a 44 anos	20	18,5	6	15,8	14	33,3	4	23,5	3	27,3
De 45 a 59 anos	29	26,9	8	21,1	6	14,3	5	29,4	2	18,2
60 anos ou mais	9	8,3	2	5,3	2	4,8	1	5,9	---	---
NR	5	4,6	1	2,6	1	2,4	1	5,9	---	---
<b>Total</b>	<b>108</b>	<b>100</b>	<b>38</b>	<b>100</b>	<b>42</b>	<b>100</b>	<b>17</b>	<b>100</b>	<b>11</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos em Porto Alegre – 2008

A forte presença demográfica de menores de 17 anos (mais de 70% dos membros de famílias que não são os responsáveis) demanda uma atenção especial por parte das políticas públicas.

**TABELA 12 – Faixa etária dos demais membros da família**

Faixa etária	Geral		Comunidades							
			Alpes		Areal		Família Fidelix		Família Silva	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
De 0 a 06 anos	92	26,1	43	32,3	28	19,6	10	18,5	11	47,8
De 07 a 11 anos	70	19,8	24	18,0	29	20,3	12	22,2	5	21,7
De 12 a 17 anos	94	26,6	32	24,1	39	27,3	17	31,5	6	26,1
De 18 a 24 anos	45	12,7	18	13,5	22	15,4	4	7,4	1	4,3
De 25 a 34 anos	28	7,9	10	7,5	15	10,5	3	5,6	---	---
De 35 a 44 anos	7	2,0	1	0,8	4	2,8	2	3,7	---	---
De 45 a 59 anos	6	1,7	1	0,8	5	3,5	---	---	---	---
60 anos ou mais	6	1,7	1	0,8	1	0,7	4	7,4	---	---
NR	5	1,4	3	2,3	---	---	2	3,7	---	---
<b>Total</b>	<b>353</b>	<b>100</b>	<b>133</b>	<b>100</b>	<b>143</b>	<b>100</b>	<b>54</b>	<b>100</b>	<b>23</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos em Porto Alegre – 2008

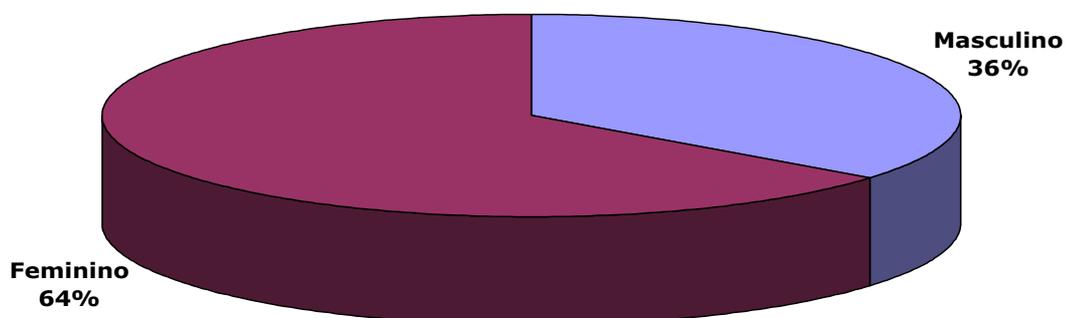
Um outro indicador da natureza fortemente alicerçada em redes de relações de parentela se expressa no fato de que a maior parte das famílias é chefiada por mulheres, mesmo nos casos da presença de um cônjuge no sexo masculino.

**TABELA 13 – Sexo do responsável**

Sexo	Geral		Comunidades							
			Alpes		Areal		Família Fidelix		Família Silva	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Masculino	61	35,5	17	30,4	24	33,8	15	50,0	5	33,3
Feminino	111	64,5	39	69,6	47	66,2	15	50,0	10	66,7
<b>Total</b>	<b>172</b>	<b>100</b>	<b>56</b>	<b>100</b>	<b>71</b>	<b>100</b>	<b>30</b>	<b>100</b>	<b>15</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos em Porto Alegre – 2008

**FIGURA 12 – Sexo do responsável**



Fonte: Pesquisa sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos em Porto Alegre - 2008

**TABELA 14 – Sexo do cônjuge**

Sexo	Geral		Comunidades							
			Alpes		Areal		Família Fidelix		Família Silva	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Masculino	65	60,2	26	68,4	25	59,5	6	35,3	8	72,7
Feminino	43	39,8	12	31,6	17	40,5	11	64,7	3	27,3
<b>Total</b>	<b>108</b>	<b>100</b>	<b>38</b>	<b>100</b>	<b>42</b>	<b>100</b>	<b>17</b>	<b>100</b>	<b>11</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos em Porto Alegre - 2008

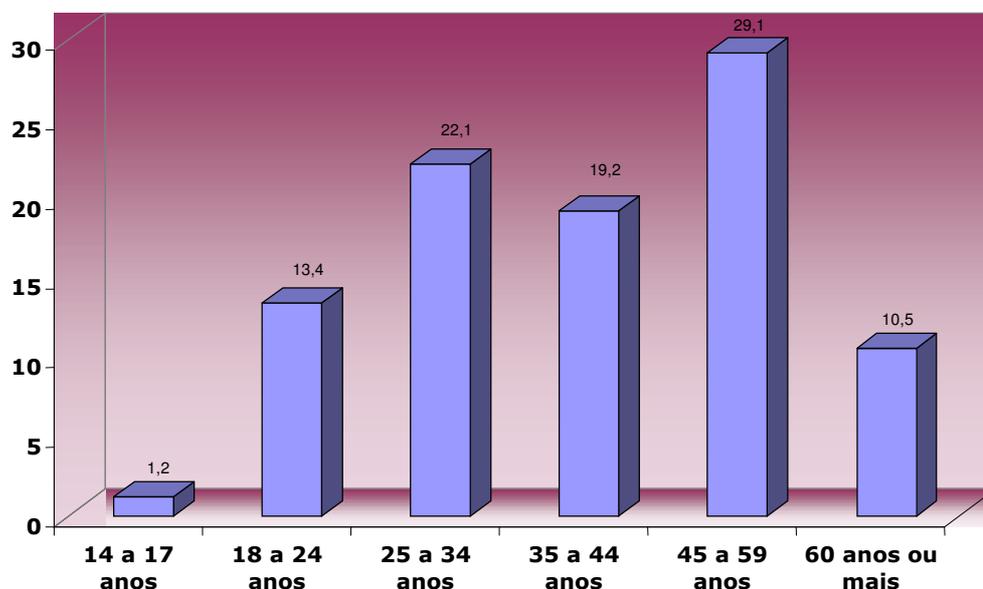
Mais de 50% das famílias residem há mais de 20 anos no quilombo, o que confirma a estabilidade e a maturidade do processo que conduz a reivindicação da identidade étnica distintiva de remanescentes de quilombos.

**TABELA 15 – Tempo de residência do responsável e do cônjuge no quilombo**

<i>Tempo de residência no quilombo</i>	<i>Responsável</i>		<i>Cônjuge</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Até 05 anos	22	12,7	25	23,2
De 06 a 10 anos	20	11,5	19	17,6
De 11 a 15 anos	15	8,7	12	11,2
De 16 a 20 anos	16	9,4	8	7,4
De 21 a 30 anos	44	25,5	18	16,8
De 31 a 40 anos	27	15,7	14	13
41 anos ou mais	22	13,2	7	6,3
NR	6	3,5	5	4,7
<b>Total</b>	<b>172</b>	<b>100</b>	<b>108</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos em Porto Alegre - 2008

No que diz respeito às ocupações dos responsáveis, há uma maior concentração em dona de casa (16,3%) e empregada doméstica/faxineira (15,7%) e um tipo de trabalhador que se considera sem vínculo empregatício formal (21,5%) - autônomos (12,2%), trabalhadores informais (5,8%) e biscateiros (3,5%), isso permite explicitar a fragilidade da inserção no mercado de trabalho.

**FIGURA 13 - Principal Ocupação do Responsável**

Fonte: Pesquisa sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos em Porto Alegre – 2008

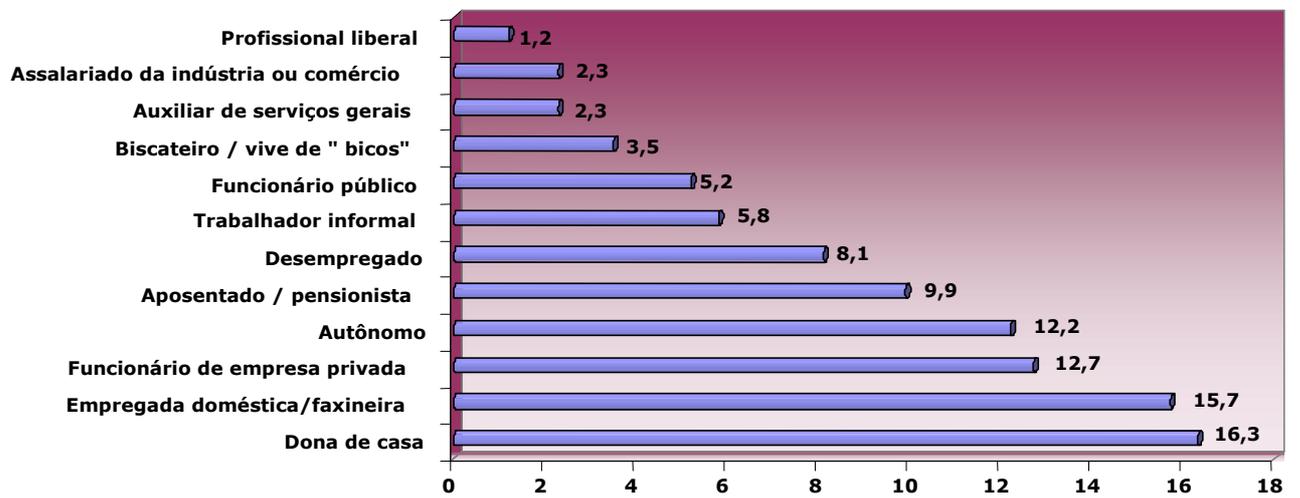
**TABELA 16 – Ocupação Principal do responsável**

Ocupação	Geral		Comunidades							
			Alpes		Areal		Família Fidelix		Família Silva	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Funcionário público	9	5,2	---	---	6	8,5	3	10,0	---	---
Funcionário de empresa privada	22	12,7	8	14,3	8	11,3	4	13,3	2	13,3
Biscateiro / vive de "bicos"	6	3,5	5	8,9	---	---	---	---	1	6,7
Trabalhador informal	10	5,8	2	3,6	5	7,0	1	3,3	2	13,3
Assalariado da indústria ou comércio	4	2,3	---	---	---	---	2	6,7	2	13,3
Profissional liberal	2	1,2	---	---	---	---	2	6,7	---	---
Estudante	1	0,6	1	1,8	---	---	---	---	---	---
Empregada doméstica/faxineira	27	15,7	16	28,6	2	2,8	3	10,0	6	40,0
Autônomo	21	12,2	6	10,7	7	9,9	8	26,7	---	---
Dona de casa	28	16,3	8	14,3	17	23,9	1	3,3	2	13,3
Aposentado / pensionista	17	9,9	3	5,4	12	16,9	2	6,7	---	---
Desempregado	14	8,1	4	7,1	8	11,3	2	6,7	---	---
Auxiliar de serviços gerais	4	2,3	2	3,6	2	2,8	---	---	---	---
Trabalha em cooperativa	1	0,6	---	---	1	1,4	---	---	---	---
Lava e passa roupa para fora	1	0,6	---	---	---	---	1	3,3	---	---
Ambulante	1	0,6	---	---	---	---	1	3,3	---	---
Empreiteiro	1	0,6	1	1,8	---	---	---	---	---	---
Esportista/Jogador	1	0,6	---	---	1	1,4	---	---	---	---
NR	2	1,2	---	---	2	2,8	---	---	---	---
<b>Total</b>	<b>172</b>	<b>100</b>	<b>56</b>	<b>100</b>	<b>71</b>	<b>100</b>	<b>30</b>	<b>100</b>	<b>15</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos em Porto Alegre - 2008

A categoria de concentração da maior parte dos cônjuges, a de funcionário de empresa privada, dada a baixa escolarização dos chefes de família, esconde uma inserção frágil em empresas que assumem o trabalho terceirizado no setor de serviços.

**FIGURA 13 - Principal Ocupação do Cônjuge**



Fonte: Pesquisa sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos em Porto Alegre - 2008

**TABELA 17 – Ocupação Principal do cônjuge**

Ocupação	Geral		Comunidades							
			Alpes		Areal		Família Fidelix		Família Silva	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Funcionário público	9	8,3	---	---	5	11,9	4	23,5	---	---
Funcionário de empresa privada	24	22,2	8	21,1	8	19,0	5	29,4	3	27,3
Biscateiro / vive de "bicos"	2	1,9	1	2,6	1	2,4	---	---	---	---
Trabalhador informal	5	4,6	3	7,9	---	---	---	---	2	18,2
Assalariado da indústria ou comércio	7	6,5	2	5,3	5	11,9	---	---	---	---
Profissional liberal	4	3,7	1	2,6	3	7,1	---	---	---	---
Estudante	3	2,8	---	---	2	4,8	---	---	1	9,1
Empregada doméstica/faxineira	4	3,7	---	---	1	2,4	3	17,6	---	---
Autônomo	9	8,3	4	10,5	3	7,1	---	---	2	18,2
Trabalha com material reciclável	1	0,9	1	2,6	---	---	---	---	---	---
Dona de casa	12	11,1	5	13,2	3	7,1	2	11,8	2	18,2
Aposentado / pensionista	9	8,3	2	5,3	5	11,9	2	11,8	---	---
Desempregado	8	7,4	5	13,2	2	4,8	---	---	1	9,1
Outra	1	0,9	---	---	1	2,4	---	---	---	---
Auxiliar de serviços gerais	1	0,9	---	---	1	2,4	---	---	---	---
Trabalha em cooperativa	1	0,9	1	2,6	---	---	---	---	---	---
Trabalhador rural	1	0,9	1	2,6	---	---	---	---	---	---
Comerciante	1	0,9	1	2,6	---	---	---	---	---	---
Detido	1	0,9	1	2,6	---	---	---	---	---	---
Ambulante	1	0,9	---	---	1	2,4	---	---	---	---
Gari	1	0,9	1	2,6	---	---	---	---	---	---
Zelador/Porteiro	1	0,9	---	---	1	2,4	---	---	---	---
NR	2	1,9	1	2,6	---	---	1	5,9	---	---
<b>Total</b>	<b>108</b>	<b>100</b>	<b>38</b>	<b>100</b>	<b>42</b>	<b>100</b>	<b>17</b>	<b>100</b>	<b>11</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos em Porto Alegre - 2008

Mais de 30% dos responsáveis de família têm 4 ou mais filhos, o que é um sério indicador do grau de deslocamento em relação às políticas de controle de natalidade, o que indica por sua vez o distanciamento das políticas sociais de um modo mais geral.

**TABELA 18 – Número de filhos**

<i>Número de filhos</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
01 filho	37	24,3
02 filhos	43	28,3
03 filhos	19	12,5
04 ou 05 filhos	25	16,5
De 05 a 12 filhos	23	15,2
NR	5	3,3
<b>Total</b>	<b>152</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos em Porto Alegre - 2008

Um quarto das casas é exclusivamente de madeira, em construções precárias, o que é tanto mais sensível quando se encontram no que é o mais rigoroso inverno de uma capital do sul do Brasil.

**TABELA 19 – Material de construção da moradia**

<i>Material</i>	<i>Geral</i>		<i>Comunidades</i>							
			<i>Alpes</i>		<i>Areal</i>		<i>Família Fidelix</i>		<i>Família Silva</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Alvenaria	89	57,4	25	49,0	54	90,0	10	34,5	---	---
Madeira	40	25,8	19	37,3	1	1,7	6	20,7	14	93,3
Mista	26	16,8	7	13,7	5	8,3	13	44,8	1	6,7
<b>Total</b>	<b>155</b>	<b>100</b>	<b>51</b>	<b>100</b>	<b>60</b>	<b>100</b>	<b>29</b>	<b>100</b>	<b>15</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos em Porto Alegre - 2008

Mais de 50% das famílias considera o tamanho da casa inadequado para a família e seu estado de conservação como não chegando a ser bom.

**TABELA 20 – Adequação da moradia ao tamanho da família**

<i>Casa</i>	<i>Geral</i>		<i>Comunidades</i>							
			<i>Alpes</i>		<i>Areal</i>		<i>Família Fidelix</i>		<i>Família Silva</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Adequada	72	46,4	15	29,4	41	68,3	11	37,9	5	33,3
Não adequada	81	52,3	35	68,6	18	30,0	18	62,1	10	66,7
NR	2	1,3	1	2,0	1	1,7	---	---	---	---
<b>Total</b>	<b>155</b>	<b>100</b>	<b>51</b>	<b>100</b>	<b>60</b>	<b>100</b>	<b>29</b>	<b>100</b>	<b>15</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos em Porto Alegre - 2008

Se levarmos em conta que não se trata de um grande número de pessoas por casa (mais de 70% dos casos são de menos de seis pessoas por residência) fica mais bem caracterizada a precariedade das casas.

**TABELA 21 – Quantidade de pessoas moram na casa**

Quantidade	Comunidades									
	Geral		Alpes		Areal		Família Fidelix		Família Silva	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
1	15	9,7	3	5,9	6	10,0	4	13,8	2	13,3
2	22	14,2	5	9,8	7	11,7	8	27,6	2	13,3
3	38	24,5	13	25,5	13	21,7	5	17,2	7	46,7
4	28	18,1	9	17,6	10	16,7	7	24,1	2	13,3
5	19	12,3	10	19,6	7	11,7	1	3,4	1	6,7
6	13	8,4	4	7,8	6	10,0	3	10,3	---	---
7	8	5,2	5	9,8	3	5,0	---	---	---	---
8	6	3,9	1	2,0	4	6,7	---	---	1	6,7
9	2	1,3	---	---	2	3,3	---	---	---	---
10	3	1,9	1	2,0	1	1,7	1	3,4	---	---
11	1	0,6	---	---	1	1,7	---	---	---	---
<b>Total</b>	<b>155</b>	<b>100</b>	<b>51</b>	<b>100</b>	<b>60</b>	<b>100</b>	<b>29</b>	<b>100</b>	<b>15</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos em Porto Alegre - 2008

O estado de conservação das respectivas moradias, é percebido por quase dois terços como regular ou precário (64,5%) e um terço (34,2%) percebe a moradia como boa ou regular. A comunidade dos Alpes apresentou a melhor avaliação e a Fidelix a pior avaliação.

**TABELA 22 – Condição de conservação da moradia segundo os entrevistados**

Estado	Comunidades									
	Geral		Alpes		Areal		Família Fidelix		Família Silva	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Ótimo	17	11,0	5	9,8	11	18,3	1	3,4	---	---
Bom	36	23,2	6	11,8	18	30,0	7	24,1	5	33,3
Regular	58	37,4	24	47,1	20	33,3	8	27,6	6	40,0
Precário	42	27,1	15	29,4	10	16,7	13	44,8	4	26,7
NR	2	1,3	1	2,0	1	1,7	---	---	---	---
<b>Total</b>	<b>155</b>	<b>100</b>	<b>51</b>	<b>100</b>	<b>60</b>	<b>100</b>	<b>29</b>	<b>100</b>	<b>15</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos em Porto Alegre – 2008

As moradias são, em geral, pequenas. Algumas (11%) não possuem banheiro e 15% sequer possuem cozinha como peça específica.

**TABELA 23 – Quantidade de peças na casa**

Quantidade	Sala		Quarto		Banheiro		Cozinha		Área de Serviço	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Nenhum	31	20,1	10	6,5	17	11,0	24	15,6	133	86,4
1	111	72,1	64	41,6	125	81,2	130	84,4	21	13,6
2	9	5,8	58	37,7	10	6,5	---	---	---	---
3	2	1,3	17	11,0	2	1,3	---	---	---	---
4	1	0,6	4	2,6	---	---	---	---	---	---
5	---	---	1	0,6	---	---	---	---	---	---
<b>Total</b>	<b>154</b>	<b>100</b>	<b>154</b>	<b>100</b>	<b>154</b>	<b>100</b>	<b>154</b>	<b>100</b>	<b>154</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos em Porto Alegre – 2008

Sobre as instalações sanitárias percebe-se carência manifesta por 16,1% de famílias que ou não possuem ou possuem latrina, que é exterior às residências. No Alpes esta deficiência aparece mais forte, como 35,2%.

**TABELA 24 – Tipo de instalação sanitária da casa**

Tipo	Geral		Comunidades							
			Alpes		Areal		Família Fidelix		Família Silva	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Banheiro completo	130	83,9	33	64,7	59	98,3	26	89,7	12	80,0
Casinha/Latrina	12	7,7	9	17,6	1	1,7	2	6,9	---	---
Nenhuma	13	8,4	9	17,6	---	---	1	3,4	3	20,0
<b>Total</b>	<b>155</b>	<b>100</b>	<b>51</b>	<b>100</b>	<b>60</b>	<b>100</b>	<b>29</b>	<b>100</b>	<b>15</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos em Porto Alegre – 2008

O serviço de esgoto está de modo geral em conformidade com a existência desse serviço no bairro do entorno, havendo apenas uma pequena defasagem.

A energia elétrica está presente de forma regular em dois terços das unidades familiares e de forma irregular, ligada pelo sistema de “gato”, em pouco menos de um terço. Há duas unidades familiares no Alpes sem energia elétrica.

**TABELA 25 – Abastecimento de energia elétrica**

Energia elétrica	Comunidades									
	Geral		Alpes		Areal		Família Fidelix		Família Silva	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Sim, regularizada	114	73,5	38	74,5	47	78,3	17	58,6	12	80,0
Sim, irregular/gato	39	25,2	11	21,6	13	21,7	12	41,4	3	20,0
Não	2	1,3	2	3,9	---	---	---	---	---	---
<b>Total</b>	<b>155</b>	<b>100</b>	<b>51</b>	<b>100</b>	<b>60</b>	<b>100</b>	<b>29</b>	<b>100</b>	<b>15</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos em Porto Alegre - 2008

Já o abastecimento de água se dá de forma regular para quase a totalidade das casas (94%), se equivalendo aos demais domicílios dos respectivos bairros cujos percentuais variam de 92% a 100% . Os que declararam acesso não regular o fazem através de ligações clandestinas (“gato”).

Algumas poucas casas não têm o encanamento dentro de casa (5,2% dos casos).

**TABELA 26 – Modo de chegada da água até as casas**

	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Água encanada dentro de casa	143	92,3
Água encanada fora de casa	8	5,2
Coleta manual	2	1,3
Cedida	1	0,6
NR	1	06
<b>Total</b>	<b>155</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos em Porto Alegre - 2008

A maior parte do consumo humano (em 70% das famílias) é feito sem outro tratamento que àquele previamente dado pela empresa fornecedora.

**TABELA 27 – Principais formas de tratamento da água para consumo humano**

	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Não há tratamento	110	71,0
Fervura	11	7,1
Filragem	6	3,9
Outra	2	1,3
Água mineral	10	6,5
NR	16	10,3
<b>Total</b>	<b>155</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos em Porto Alegre - 2008

A rede municipal de coleta de lixo também atinge as comunidades remanescentes de quilombos urbanos de forma satisfatória, coletando os resíduos de mais de 90% das casas. Nos mesmos bairros onde estão as comunidades esse índice varia entre 97,22% a 100%.

**TABELA 28 – Principal destino do lixo das casas**

	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Coletado pela prefeitura	142	91,7
Jogado: vala/ lixeira aberta	5	3,2
Queimado	4	2,6
Reciclado	1	0,6
É necessário levar até onde a prefeitura faz a coleta	1	0,6
NR	2	1,3
<b>Total</b>	<b>155</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos em Porto Alegre - 2008

Predomina o componente de precariedade da habitação sobre a coabitação familiar: apenas em 10% dos casos mais de uma família habita a mesma casa.

**TABELA 29 – Quantidade de famílias que moram na mesma casa**

<i>Quantidade</i>	<i>Comunidades</i>									
	<i>Geral</i>		<i>Alpes</i>		<i>Areal</i>		<i>Família Fidelix</i>		<i>Família Silva</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
1	139	89,7	45	88,2	50	83,3	29	100,0	15	100,0
2	14	9,0	6	11,8	8	13,3	---	---	---	---
3	2	1,3	---	---	2	3,3	---	---	---	---
<b>Total</b>	<b>155</b>	<b>100</b>	<b>51</b>	<b>100</b>	<b>60</b>	<b>100</b>	<b>29</b>	<b>100</b>	<b>15</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos em Porto Alegre – 2008

Metade dos responsáveis das famílias das comunidades tem o ensino fundamental incompleto. Apenas 14% ascenderam ao ensino médio completo. A escolaridade média (em anos de estudo) dos responsáveis por domicílio nos mesmos bairros varia entre 6,01 (Cascata) a 13,97 (Três Figueiras), o que corresponde dizer que seria do ensino fundamental completo ao ensino superior incompleto.

**TABELA 30 – Grau de instrução do responsável**

Grau de instrução	Comunidades									
	Geral		Alpes		Areal		Família Fidelix		Família Silva	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Analfabeto	4	2,3	2	3,6	2	2,8	---	---	---	---
Nunca freqüentou, mas lê e escreve	4	2,3	1	1,8	3	4,2	---	---	---	---
Ensino Fundamental incompleto	87	50,6	34	60,7	33	46,5	12	40,0	8	53,3
Ensino Fundamental completo	28	16,3	10	17,9	11	15,5	5	16,7	2	13,3
Ensino Médio incompleto	17	9,9	7	12,5	4	5,6	4	13,3	2	13,3
Ensino Médio completo	24	14,0	1	1,8	12	16,9	8	26,7	3	20,0
EJA	1	0,6	---	---	1	1,4	---	---	---	---
Ensino Superior incompleto	4	2,3	---	---	3	4,2	1	3,3	---	---
Ensino Superior completo	1	0,6	---	---	1	1,4	---	---	---	---
NS/NR	2	1,2	1	1,8	1	1,4	---	---	---	---
<b>Total</b>	<b>172</b>	<b>100</b>	<b>56</b>	<b>100</b>	<b>71</b>	<b>100</b>	<b>30</b>	<b>100</b>	<b>15</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos em Porto Alegre - 2008

Considerando o elevado número de jovens e crianças não é de estranhar o elevado número de pessoas com o Ensino fundamental incompleto. No entanto, a proporção de menos de 2% de pessoas que já ingressaram no ensino superior é um sinal evidente da exclusão escolar das gerações precedentes, e que as políticas públicas devem impedir essa reprodução.

**TABELA 31 – Escolaridade dos demais membros da família**

Escolaridade	Comunidades									
	Geral		Alpes		Areal		Família Fidelix		Família Silva	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Nunca freqüentou (analfabeto)	8	2,9	3	3,1	4	3,3	1	2,1	---	---
Nunca freqüentou, mas lê e escreve	4	1,4	2	2,1	1	0,8	1	2,1	---	---
Ensino Fundamental incompleto	177	63,7	64	66,0	75	62,0	26	55,3	12	92,3
Ensino Fundamental completo	17	6,1	5	5,2	6	5,0	5	10,6	1	7,7
Ensino Médio incompleto	33	11,9	14	14,4	13	10,7	6	12,8	---	---
Ensino Médio completo	19	6,8	3	3,1	10	8,3	6	12,8	---	---
Ensino Superior incompleto	4	1,4	---	---	3	2,5	1	2,1	---	---
Ensino Superior completo	1	0,4	---	---	---	---	1	2,1	---	---
NS/NR	15	5,4	6	6,2	9	7,5	---	---	---	---
<b>Total*</b>	<b>278</b>	<b>100</b>	<b>97</b>	<b>100</b>	<b>121</b>	<b>100</b>	<b>47</b>	<b>100</b>	<b>13</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos em Porto Alegre – 2008

\* Na totalização foram excluídas as crianças abaixo da idade escolar

Mais da metade dos adultos (60%) das comunidades têm o fundamental incompleto, mas nenhum jovem entre 18 e 24 anos concluiu o ensino superior, porém a presença neste nível de ensino já é significativamente superior (7,1) a da faixa etária precedente (2,4).

**TABELA 32 – Escolaridade dos demais membros da família e faixa etária**

Escolaridade	Faixa etária								Total	
	De 7 a 11 anos		De 12 a 17 anos		De 18 a 24 anos		Mais de 25 anos			
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Nunca freqüentou (analfabeto)	1	1,5	---	---	---	---	6	14,3	7	2,9
Nunca freqüentou, mas lê e escreve	1	1,5	---	---	---	---	2	4,8	3	1,2
Ensino Fundamental incompleto	66	95,5	64	71,1	14	33,3	17	40,4	161	66,3
Ensino Fundamental completo	1	1,5	8	8,9	6	14,3	2	4,8	17	7,0
Ensino Médio incompleto	---	---	16	17,8	11	26,3	4	9,6	31	12,8
Ensino Médio completo	---	---	2	2,2	8	19,0	9	21,3	19	7,8
Ensino Superior incompleto	---	---	---	---	3	7,1	1	2,4	4	1,6
Ensino Superior completo	---	---	---	---	---	---	1	2,4	1	0,4
<b>Total*</b>	<b>69</b>	<b>100</b>	<b>90</b>	<b>100</b>	<b>42</b>	<b>100</b>	<b>42</b>	<b>100</b>	<b>243</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos em Porto Alegre – 2008

\* Na totalização foram excluídas as crianças abaixo da idade escolar e os que não responderam ou não souberam

Dos membros da família que não estudam, sensivelmente um quarto indicam motivos relacionados ao tempo dedicado ao trabalho como razões para não freqüentar a escola. O índice de 16% de “falta de interesse” dos filhos aparece como indicador significativo da acusação dos pais quanto a incapacidade da estrutura de ensinos de reter e motivar parte da geração mais jovem em permanecer na escola.

**TABELA 33 – Motivo de não ir à escola dos demais membros da família**

Motivos	Comunidades									
	Geral		Alpes		Areal		Família Fidelix		Família Silva	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Porque trabalha	19	25,4	7	26,9	9	25,0	2	18,2	1	50,0
Falta de condições financeiras	1	1,3	---	---	---	---	1	9,1	---	---
Falta de interesse	12	16,1	5	19,2	7	19,4	---	---	---	---
Falta de educação especial	5	6,7	1	3,8	4	11,1	---	---	---	---
Outro	4	5,3	1	3,8	1	2,8	1	9,1	1	50,0
Não conseguiu vaga	3	4,0	2	7,7	1	2,8	---	---	---	---
Está detido	1	1,3	---	---	1	2,8	---	---	---	---
Idade	3	4,0	1	3,8	1	2,8	1	9,1	---	---
Alguma incapacidade	1	1,3	1	3,8	---	---	---	---	---	---
NS/NR	26	34,6	8	30,8	12	33,4	6	54,5	---	---
<b>Total</b>	<b>75</b>	<b>100</b>	<b>26</b>	<b>100</b>	<b>36</b>	<b>100</b>	<b>11</b>	<b>100</b>	<b>2</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos em Porto Alegre - 2008

Para a maior parte da comunidade a TV é a primeira fonte de informação, seguida do rádio e por fim jornais. A relação societária local não é valorizada como fonte de informações.

**TABELA 34 – Principais fontes de informação**

Fontes	1ª		2ª		3ª	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Rádio	27	15,7	38	22,2	19	11,1
Jornais (impressos)	24	14,0	48	28,1	23	13,5
Revistas	---	---	3	1,8	3	1,8
Internet	7	4,1	12	7,0	10	5,8
Televisão	105	61,4	37	21,6	12	7,0
Parentes	3	1,8	2	1,2	4	2,3
Vizinhos	2	1,2	4	2,3	6	3,5
Amigos	3	1,8	---	---	3	1,8
Lideranças comunitárias	---	---	3	1,8	4	2,3
Outra	---	---	1	0,6	---	---
Fofoca	---	---	1	0,6	---	---
FASC	---	---	1	0,6	---	---
Respondeu apenas 1	---	---	21	12,3	21	12,3
Respondeu apenas 2	---	---	---	---	66	38,6
<b>Total</b>	<b>171</b>	<b>100</b>	<b>171</b>	<b>100</b>	<b>171</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos em Porto Alegre – 2008

Dada a situação sócio-econômica das comunidades remanescentes de quilombos em Porto Alegre, que reflete bem a desigualdade entre negros e brancos nos meios urbanos, era

de se esperar que os programas sociais incidissem sobre essa população de uma forma mais intensa, pois que certamente se encontram entre os mais pobres da cidade.

A não verificação dessa incidência maior de Programas Sociais atendendo as famílias quilombolas pode ajudar a corroborar a tese de que políticas universalistas por si só não garantem uma correção de desigualdades que se reproduzem sob mecanismos de racialização de populações. Impõem-se assim escopos específicos na elaboração de Programas Sociais que incidam privilegiadamente sobre segmentos racialmente excluídos.

Podemos verificar abaixo que com a exceção, não muito relevante, do Bolsa Família, os demais programas atingem de 0,6% a no máximo 3,5% , das famílias quilombolas. Mesmo o Programa Bolsa Família atinge apenas 21,1% das famílias quilombolas.

**TABELA 35 – Programas Sociais que a família participa**

<i>Programas</i>	<i>Sim</i>		<i>Não</i>		<i>Total</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Bolsa Família	36	21,1	135	78,9	<b>171</b>	<b>100</b>
Projovem (Programa Nacional de Inclusão de Jovens)	2	1,2	169	98,8	<b>171</b>	<b>100</b>
PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil)	1	0,6	170	99,4	<b>171</b>	<b>100</b>
Agente Jovem	---	---	171	100	<b>171</b>	<b>100</b>
PAIF (Programa de Atenção Integral à Família)	3	1,8	168	98,2	<b>171</b>	<b>100</b>
BPC-I (Benefício de Prestação Continuada para Idosos)	1	0,6	170	99,4	<b>171</b>	<b>100</b>
BPC-PD (Benefício de Prestação Continuada para Pessoas Portadoras de Deficiências)	2	1,2	169	98,8	<b>171</b>	<b>100</b>
PIM (Primeira Infância Melhor)	1	0,6	170	99,4	<b>171</b>	<b>100</b>
PIÁ (Porto Infância Alegre)	---	---	171	100	<b>171</b>	<b>100</b>
NASF (Núcleo de Apoio Sócio-Familiar)	6	3,5	165	96,5	<b>171</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos em Porto Alegre – 2008

Outros programas federais de transferência de renda, que têm entre um dos seus objetivos o de minimizar os efeitos de desigualdades históricas, se revelam igualmente incipientes no modo como atingem as famílias quilombolas. É o caso do Programa de Cesta Básica do Governo Federal. Das 172 famílias quilombolas apenas 12 participam do Programa, ou seja, uma incidência de 7%.

**TABELA 36 – Participação no Programa de Cesta Básica do Governo Federal**

	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim	12	7,0
Não	159	93,0
<b>Total</b>	<b>171</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos em Porto Alegre - 2008

Mais grave ainda é que essa frágil incidência dos programas sociais federais não chega a ser compensada por ações Municipais, de ONG ou instituições religiosas. Das instituições mais atuantes nesse âmbito, apenas as associações locais têm atuações de algum efeito na atenuação dos efeitos da pobreza. Enquanto os Órgãos da Prefeitura Municipal deixam de atingir 97% das famílias, as associações atingem com programas sociais quase 20% delas.

**TABELA 37 – Outros Programas Sociais que a família participa**

<i>Programas</i>	<i>Sim</i>		<i>Não</i>		<i>Total</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Órgãos da Prefeitura Municipal	5	2,9	166	97	<b>171</b>	<b>100</b>
Organização não-governamental	---	---	171	100	<b>171</b>	<b>100</b>
Instituição religiosa	13	7,6	158	100	<b>171</b>	<b>100</b>
Grupos artísticos / culturais	3	1,8	168	98,2	<b>171</b>	<b>100</b>
Associações comunitárias / de bairro	32	18,7	139	81,2	<b>171</b>	<b>100</b>
Empresas	1	0,6	170	99,4	<b>171</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos em Porto Alegre – 2008

Não por acaso a demanda reprimida por Assistência Social é significativamente elevada, sobretudo no item Concessão de benefícios o qual atinge o escore de 77,2 % de entrevistados com a opinião de que o serviço precisa ser melhorado.

**TABELA 38 – Itens que precisam ser melhorados na área da ASSISTÊNCIA SOCIAL**

<i>Itens</i>	<i>Sim</i>		<i>Não</i>		<i>NS/NR</i>		<i>Total</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Programas sociais para famílias	120	70,2	23	13,5	28	16,4	<b>171</b>	<b>100</b>
Oficinas / atividades para crianças e jovens	123	71,9	23	13,5	25	14,6	<b>171</b>	<b>100</b>
Concessão de benefícios (cestas básicas, vales-transporte, documentação e outros)	132	77,2	16	9,4	23	13,5	<b>171</b>	<b>100</b>
Atividades para idosos	112	65,5	21	12,3	38	22,2	<b>171</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos em Porto Alegre – 2008

O termo assistência social, quando dotado de significado (24% dos entrevistados não sabe o que é ou se recusa a definir o que seja) , está estritamente associado à idéia de ajuda ou

auxílio institucional (53% dos casos). Isto reproduz a lógica de dependência das famílias que apresentam alto grau de vulnerabilidade, gerada pelo próprio sistema estatal cuja visão recai sobre a população pobre e extremamente pobre.

**TABELA 39 – Definição de assistência social, segundo os entrevistados**

	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Nada / Não sabe	34	19,9
Ajuda/Auxílio de alguma instituição	91	53,2
Informação/Aconselhamento	11	6,4
Cooperação entre as pessoas da comunidade	7	4,1
Direitos para as pessoas pobres / Serviços públicos	6	3,5
Tem que dar condições de vida para os que não tem	2	1,2
As deveria ajudar a todos, mas só ajudam quem tem muitos filhos	4	2,3
Pessoa que você procura quando precisa. Orienta/esclarece	4	2,3
Alguma coisa que possa ajudar em qualquer problema que tiver	1	,6
Serviço de saúde	2	1,2
NR	9	5,3
<b>Total</b>	<b>171</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos em Porto Alegre – 2008

A falta de informação sobre as possibilidades de assistência social atinge com gravidade as percepções das comunidades especificamente sobre a FASC. Em torno de 80% dos quilombolas não sabe o que é a FASC ou pelo menos como esta atua.

**TABELA 40 – Conhecimento acerca da FASC - Fundação de Assistência Social e Cidadania - da Prefeitura de Porto Alegre, e de suas formas de atuação**

	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sabe o que é e sabe como ela atua	27	15,8
Sabe o que é e não sabe como ela atua	37	21,6
Não sabe	103	60,3
NR	4	2,3
<b>Total</b>	<b>171</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos em Porto Alegre – 2008

Geralmente o pequeno contingente dos que conhecem o trabalho da FASC avaliam positivamente suas atividades, mais de 60% classificando suas realizações entre o bom e o ótimo.

**TABELA 41 – Avaliação do trabalho da FASC**

	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Ótimo	5	18,5
Bom	12	44,4
Regular	5	18,5
Ruim	4	14,8
Péssimo	1	3,7
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos em Porto Alegre – 2008

Esse é um indicador positivo da direção em que as atividades da FASC podem avançar: menos do que numa requalificação dos serviços, no sentido de uma ampliação do seu escopo de modo a atingir um maior número de famílias e no sentido de uma maior visibilidade, de modo a se instituir como referência no espaço territorial quilombola.

Veja-se que das 172 famílias quilombolas inquiridas, apenas 26 já foram reconhecidamente atendidas pela FASC.

**TABELA 42 – Atendimento por algum programa da FASC**

	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim	26	40,6
Não	31	48,4
NR	7	10,9
<b>Total</b>	<b>64</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos em Porto Alegre – 2008

Conclui-se que os serviços de assistência social, neste momento, não estão dotados de uma capilaridade tal que possam atingir com incidência significativa as comunidades quilombolas urbanas.

Os serviços públicos universais de elevado grau de capilaridade acabam atingindo a população quilombola urbana significativamente, embora sejam percebidos com os problemas estruturais resultantes da precariedade instrumental. Assim é que 91% das famílias quilombolas têm acesso aos postos de saúde, mas apontam muitos itens a serem melhorados na qualidade dos serviços. Cabe ressaltar que apenas 6,6 % dos entrevistados têm acesso a plano de saúde privado.

**TABELA 43 - Acesso aos postos de saúde**

	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim	157	91,8
Não	13	7,6
NR	1	0,6
<b>Total</b>	<b>171</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos em Porto Alegre – 2008

Entre os problemas dos serviços de saúde apontados como itens que precisam ser melhorados destacam-se o número insuficiente de profissionais, a falta de medicamentos ofertados, a qualidade do atendimento nos postos e, sobretudo a carência em atendimento odontológico, apontado por 76% dos entrevistados.

**TABELA 44 – Itens que precisam ser melhorados na área da SAÚDE**

<i>Itens</i>	<i>Sim</i>		<i>Não</i>		<i>NS/NR</i>		<i>Total</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Atendimento nos postos	116	67,8	42	24,6	13	7,6	<b>171</b>	<b>100</b>
Medicamentos ofertados	120	70,2	35	20,5	16	9,3	<b>171</b>	<b>100</b>
Número de médicos, dentistas e enfermeiros	125	73,1	31	18,1	15	8,7	<b>171</b>	<b>100</b>
Programa Saúde da Família	105	61,4	32	18,7	34	19,9	<b>171</b>	<b>100</b>
Atendimento odontológico	130	76,0	22	12,9	19	11,1	<b>171</b>	<b>100</b>
Atendimento em saúde mental (clínicas para usuários de drogas e alcoolismo)	104	60,8	30	17,5	37	21,6	<b>171</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos em Porto Alegre - 2008

Os problemas de saúde que atingem com maior gravidade a população quilombola urbana são peculiares das populações negras no Brasil, como já ressaltado em vários estudos sobre raça e saúde. O tabagismo atinge quase metade das famílias quilombolas, problemas respiratórios são apontados por 36,3% das famílias, dores no corpo/reumatismo por 32% e em alguns casos tais dores podem ser indício de anemia falciforme (que atinge 10% das famílias).

Alertamos para o expressivo índice de famílias que sofrem problemas relacionados à saúde mental, enquanto apenas 1,2% tem acesso ao BPC-PD (Benefício de Prestação Continuada para Pessoas Portadoras de Deficiências). Além daquelas que enfrentam problemas relativos ao consumo de drogas (8,2%), há aquelas em que há casos de problemas psicológicos/depressão (22%) e inúmeros casos de deficiência mental (atinge 10,5% das famílias). É peculiar e regular na população negra a alta incidência da pressão alta (queixa em 41%) e diabetes (que atinge quase 15%) das famílias. Esses dados reforçam resultados e recomendações de outros estudos sobre a necessidade de programas de saúde para a

população negra que enquadrem a especificidade da incidência de doenças sobre esse segmento racial.

**TABELA 45 – Problemas de saúde existente na família**

<i>Problemas de saúde</i>	<i>Sim</i>		<i>Não</i>		<i>Total</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Alcoolismo	25	14,6	146	85,4	<b>171</b>	<b>100</b>
Anemia falciforme	17	9,9	154	90,1	<b>171</b>	<b>100</b>
Deficiência física	14	8,2	157	91,8	<b>171</b>	<b>100</b>
Deficiência mental	18	10,5	153	89,5	<b>171</b>	<b>100</b>
Diabetes	25	14,6	146	85,4	<b>171</b>	<b>100</b>
Doenças renais	19	11,1	152	88,9	<b>171</b>	<b>100</b>
Dores no corpo/reumatismo	55	32,2	116	67,8	<b>171</b>	<b>100</b>
HIV / AIDS	8	4,7	163	95,3	<b>171</b>	<b>100</b>
Obesidade	19	11,1	152	88,9	<b>171</b>	<b>100</b>
Outras DST (Doenças Sexualmente Transmissíveis)	2	1,2	169	98,8	<b>171</b>	<b>100</b>
Pressão alta	71	41,8	99	58,2	<b>171</b>	<b>100</b>
Problemas cardíacos	32	18,7	139	81,3	<b>171</b>	<b>100</b>
Problemas psicológicos / Depressão	38	22,2	133	77,8	<b>171</b>	<b>100</b>
Problemas respiratórios	62	36,3	109	63,7	<b>171</b>	<b>100</b>
Tabagismo	77	45,0	94	55,0	<b>171</b>	<b>100</b>
Uso de drogas	14	8,2	157	91,8	<b>171</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos em Porto Alegre - 2008

Do mesmo modo quanto aos serviços de saúde, a educação é vista, por mais de metade dos entrevistados, como carregando insuficiências em múltiplas dimensões, destacando-se a necessidade de melhoras quanto à qualidade de ensino (apontado por 66,7% dos entrevistados), as atividades educativas (para 64%) dos entrevistados, a educação infantil (particularmente creches) e a educação de jovens e adultos (ambos apontados como carentes de melhorias por 62% dos entrevistados).

**TABELA 46 – Itens que precisam ser melhorados na área da EDUCAÇÃO**

<i>Itens</i>	<i>Sim</i>		<i>Não</i>		<i>NS/NR</i>		<i>Total</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Qualidade do ensino	114	66,7	48	28,1	9	5,3	<b>171</b>	<b>100</b>
Número de professores	103	60,2	57	33,3	11	6,4	<b>171</b>	<b>100</b>
Estrutura das escolas	90	52,6	70	40,9	11	6,4	<b>171</b>	<b>100</b>
Atividades educativas	110	64,3	52	30,4	9	5,3	<b>171</b>	<b>100</b>
Programa Escola Aberta	94	55,0	39	22,8	38	22,2	<b>171</b>	<b>100</b>
Educação Infantil – creche	107	62,6	40	23,4	24	14,0	<b>171</b>	<b>100</b>
Educação de Jovens e Adultos	107	62,6	44	25,7	20	11,7	<b>171</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos em Porto Alegre - 2008

É na área da segurança que os serviços públicos são evidenciados em suas insuficiências com maior contundência. Os entrevistados apontam a necessidade de melhorias nas formas de policiamento (77,8% dos entrevistados), no número de policiais (76%) e no combate à droga (73%). Contrariamente a idéia comum das relações entre pobres e a polícia, demanda-se maior presença em relação à qualidade do tratamento e atendimento. Não deixa de ser relevante o número de pessoas que reclamam do tratamento dado pelos policiais (57,3%), porém o problema mais grave não reside no modo como os policiais lidam com os moradores: demanda-se com maior insistência uma presença mais ostensiva da segurança policial.

**TABELA 47 – Itens que precisam ser melhorados na área da SEGURANÇA**

<i>Itens</i>	<i>Sim</i>		<i>Não</i>		<i>NS/NR</i>		<i>Total</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Formas de policiamento	133	77,8	34	19,9	4	2,3	<b>171</b>	<b>100</b>
Tratamento dos policiais em relação aos moradores do bairro	98	57,3	61	35,7	12	7,0	<b>171</b>	<b>100</b>
Combate às drogas e violência	125	73,1	33	19,3	13	7,6	<b>171</b>	<b>100</b>
Número de policiais	131	76,6	33	19,3	7	4,1	<b>171</b>	<b>100</b>
Atendimento nas delegacias (mulher e idoso)	87	50,9	36	21,1	48	28,1	<b>171</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos em Porto Alegre - 2008

O espírito cooperativo está significativamente presente no bairro, o que é outro indicador da territorialidade do grupo. Um grupo social constituído de famílias há muito inserido num território, com intensa trama de relações de parentela, que se diferencia e é reconhecido etnicamente, ao buscar soluções para os problemas desse espaço físico acaba reproduzindo as fronteiras do grupo no mesmo ato de se inserir localmente. É assim que

67,8% das famílias quilombolas de Porto Alegre reconhece que as melhorias são buscadas cooperativamente.

**TABELA 48 – Existência de cooperação/ajuda entre as pessoas do bairro na busca das melhorias apontadas**

	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Sim	116	67,8
Não	50	29,2
NS/NR	5	2,9
<b>Total</b>	<b>171</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos em Porto Alegre - 2008

Essa cooperação dá-se, sobretudo como mobilização dos moradores (para praticamente 90% dos entrevistados) e é apenas reconhecido na forma institucional do orçamento participativo por 57,8 % dos entrevistados. Relações baseadas em reciprocidade com políticos (que podem redundar nas tramas de relações de clientelismo e patronagem) estão menos presentes do que modalidades de ações coletivas que se articulam com a própria mobilização dos moradores como é o caso de abaixo-assinados (apontado por 44% dos entrevistados).

**TABELA 49 – Formas de realização da cooperação**

<i>Itens</i>	<i>Sim</i>		<i>Não</i>		<i>NS/NR</i>		<i>Total</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Mobilização dos moradores / reuniões	104	89,7	8	6,9	4	3,4	<b>116</b>	<b>100</b>
Manifestações / passeatas	35	30,2	75	64,7	6	5,2	<b>116</b>	<b>100</b>
Abaixo-assinados	51	44,0	57	49,1	8	6,9	<b>116</b>	<b>100</b>
Pedidos a vereadores / lideranças	47	40,5	63	54,3	6	5,2	<b>116</b>	<b>100</b>
Orçamento Participativo	67	57,8	40	34,5	9	7,8	<b>116</b>	<b>100</b>
Participação nos Conselhos de Direitos (Criança e Adolescente, Assistência Social, Saúde, Educação, etc...)	34	29,3	74	63,8	8	6,9	<b>116</b>	<b>100</b>
Participação nas comissões regionais (saúde, educação, assistência, etc...)	31	26,7	77	66,4	8	6,9	<b>116</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos em Porto Alegre - 2008

Nas formas concorrentes de organização coletiva, destaca-se que a Associação quilombola ganha a participação de um ou mais membros de 73% das famílias quilombolas, incidência muito maior do que a das demais organizações de moradores (apontado por 47,4% por entrevistados), inclusive no Orçamento Participativo (apontado por 49,7% dos

entrevistados). O potencial de mobilização social na dimensão étnica demonstra de novo a força social que se expressa na territorialização quilombola.

**TABELA 50 – Participação do entrevistado ou membro da família em entidades/associações/reuniões**

<i>Itens</i>	<i>Sim</i>		<i>Não</i>		<i>NS/NR</i>		<i>Total</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Associação de Moradores	81	47,4	87	50,9	3	1,8	<b>171</b>	<b>100</b>
Associação Quilombola	125	73,1	44	25,7	2	1,2	<b>171</b>	<b>100</b>
Orçamento Participativo	85	49,7	85	49,7	1	,6	<b>171</b>	<b>100</b>
Associação de Pais e Mestres	48	28,1	121	70,8	2	1,2	<b>171</b>	<b>100</b>
Sindicatos	20	11,7	149	87,1	2	1,2	<b>171</b>	<b>100</b>
Mutirão	56	32,7	113	66,1	2	1,2	<b>171</b>	<b>100</b>
Festas e reuniões religiosas	66	38,6	103	60,2	2	1,2	<b>171</b>	<b>100</b>
Entidades Sociais e Culturais	44	25,7	124	72,5	3	1,8	<b>171</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos em Porto Alegre - 2008

A distinção quantificada da dimensão de distinção étnica em relação ao entorno, pode-se perceber através dos dados da densa trama de relações de reciprocidade baseada na parentela territorializada. Na busca de ajuda para a satisfação de necessidades fundamentais, os quilombolas recorrem basicamente aos familiares (63% dos entrevistados) que neste caso se encontram, em larga medida, territorializados no mesmo espaço quilombola. A presença da igreja, políticos e outras instituições externas ao território é insignificante quanto a esse item.

**TABELA 51 – Principais fontes de busca de ajuda para as necessidades básicas como alimentação e transporte da família**

	1ª		2ª		3ª	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Familiares	108	63,2	9	5,3	2	1,2
Amigos	10	5,8	29	17,0	4	2,3
Vizinhos	11	6,4	14	8,2	9	5,3
Terreiros, centros de religião	---	---	3	1,8	2	1,2
Igrejas	4	2,3	1	0,6	---	---
Serviços de assistência social pública	4	2,3	4	2,3	---	---
Associação Comunitária	2	1,2	5	2,9	1	0,6
Outro	1	0,6	---	---	---	---
Patrão/Emprego	4	2,3	2	1,2	---	---
Banco	3	1,8	---	---	---	---
Brigada Militar	1	0,6	---	---	---	---
Empréstimo	1	0,6	1	0,6	---	---
Nenhum/Ninguém	11	6,4	---	---	---	---
Movimento Negro	1	0,6	---	---	---	---
Fé/Deus	1	0,6	---	---	---	---
Posto Médico	1	0,6	---	---	---	---
Pede na rua	2	1,2	---	---	---	---
Conselho Municipal da Criança e do Adolescente	---	---	1	0,6	---	---
Políticos (vereadores, deputados, prefeito, etc)	---	---	1	0,6	---	---
Professor	---	---	1	0,6	---	---
Outro	---	---	---	---	1	0,6
Respondeu apenas a 1ª	---	---	98	57,3	52	30,4
Respondeu a 1ª e 2ª	---	---	---	---	98	57,3
NS/NR	6	3,5	2	1,2	2	1,2
<b>Total</b>	<b>171</b>	<b>100</b>	<b>171</b>	<b>100</b>	<b>171</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos em Porto Alegre - 2008

Embora a presença cooperativa da associação quilombola seja visível, ela não é uma fonte importante de informações sobre direitos. A grande referência para informações sobre direitos é a assessoria jurídica (embora apontada por 24% dos entrevistados, só deve se efetivar para essa população muito pobre quando possível) e a família (efetivamente apontada por 22,8% dos entrevistados como primeiro lugar de busca de informações).

**TABELA 52 – Principais fontes de busca de informações sobre direitos (como direitos trabalhistas, da família, aposentadoria, benefícios, programas sociais, etc) da família**

	1ª		2ª		3ª	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Familiares	39	22,8	11	6,4	1	0,6
Amigos	12	7,0	12	7,0	5	2,9
Vizinhos	8	4,7	6	3,5	2	1,2
Lideranças e associações comunitárias	6	3,5	1	0,6	---	--
Serviços de assistência social pública	16	9,4	---	--	---	--
Associação Comunitária	4	2,3	4	2,3	3	1,8
Escola	2	1,2	1	0,6	1	0,6
Ministério Público	13	7,6	2	1,2	3	1,8
Assessoria Jurídica	41	24,0	12	7,0	3	1,8
Outro	2	1,2	---	--	1	0,6
Em reuniões do Movimento Quilombola / Movimento Negro	2	1,2	---	--	---	--
Ninguém	3	1,8	1	0,6	---	--
Órgão Público	3	1,8	1	0,6	---	--
Internet e outros meios de comunicação	4	2,3	1	0,6	1	0,6
Advogado	3	1,8	1	0,6	---	--
Sindicato	3	1,8	1	0,6	1	0,6
Chefe/trabalho	1	0,6	---	--	---	--
Terreiros e centros de religião	---	--	2	1,2		
Serviços de assistência social pública	---	--	6	3,5	1	0,6
Igrejas	---	--	---	--	1	0,6
Respondeu a 1ª e a 2ª	---	--	---	--	40	23,4
Respondeu apenas a 1ª	---	--	101	59,1	101	59,1
NS/NR	9	5,3	8	4,7	7	4,1
<b>Total</b>	<b>171</b>	<b>100</b>	<b>171</b>	<b>100</b>	<b>171</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos em Porto Alegre - 2008

### 3 O QUILOMBO FAMÍLIA SILVA

O bairro Três Figueiras, criado em 1959 possui, segundo Censo IBGE/2000, uma população de 3.657 moradores<sup>35</sup> distribuídos em 1.095 domicílios. A média de habitantes por domicílio no bairro é de 3,33. No bairro Três Figueiras está localizado o Quilombo Família Silva, composto por 49 habitantes que residem em 15 moradias, o que faz uma média de 3,26 habitantes por domicílio. O Quilombo Família Silva é composto por 15 famílias.

A distribuição por sexo no bairro apresenta um percentual ligeiramente maior de Mulheres – 1926 (52,67%) enquanto no interior da comunidade esse percentual ligeiramente maior é de Homens – 26 (53,07%). Entretanto, os dados quantitativos, nos apresentam que 66,7% dos responsáveis por família são mulheres.

Quando questionados a respeito dessa característica feminina dos chefes de família, a resposta é que essa hipótese hoje não é real e o que acontece é que são as mulheres que têm trabalho assalariado e, por isso, têm maior frequência de contribuição no orçamento, podendo dar essa impressão.

(...) Hoje até que não. Mas mulheres, geralmente, são as que são assalariadas, os homens já trabalham mais por conta própria, né, uns são (...), a profissão do pai era jardineiro, então muitos morria da profissão da jardinagem, meu marido também era da profissão da jardinagem, então muitas coisas assim já é de costume da própria família, né, então a maioria são autônomos, né, não são de carteira, as mulheres geralmente são de carteira assinada (...) (Rita de Cássia, 15/03/2008).

O rendimento médio mensal dos habitantes do bairro Três Figueiras representa 37 salários mínimos. Os rendimentos médios da maior parte das famílias do Quilombo Família Silva gira em torno de 1 a 4 salários, mas mesmo nos patamares mais altos de renda média, não ultrapassa 6 salários mínimos mensais<sup>36</sup>. A principal fonte de renda familiar é oriunda do trabalho assalariado. As principais ocupações desempenhadas pelos responsáveis estão assim distribuídas: empregada doméstica/faxineira – 40%, funcionário de empresa privada, trabalhador informal e assalariado da indústria ou comércio e dona de casa com 13,3%.

<sup>35</sup> Fonte [http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?reg=83&p\\_secao=43](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?reg=83&p_secao=43), acessado em 16/05/2008.

<sup>36</sup> Salário mínimo em vigência na época da pesquisa: RS 380,00.

Os principais itens que mobilizam os recursos das famílias são alimentação (60%) e despesas com eletricidade/água/gás (20%) em primeira opção; e em segunda, aparecem com mais frequência despesas com: bens de consumo (20%), vestuário e saúde/medicamentos (ambos com 13,3%). Tanto para o Quilombo dos Silva (40%) como para o Quilombo dos Alpes (42,9%) o desemprego é o principal problema que afeta as famílias.

No Silva, 20% das famílias também consideram a educação como um outro problema que os afeta e preocupa. Percebe-se a reprodução de um quadro de baixa escolarização dos membros do quilombo. 53,3% dos responsáveis possuem ensino fundamental incompleto e apenas 20% tem ensino médio completo.

Quanto à faixa etária dos integrantes do quilombo, o Quilombo reflete a realidade dos demais quilombos de Porto Alegre, ou seja, uma população muito jovem. A narrativa de Rita confirma essa informação,

(...) 20 são crianças abaixo de 15, que agora nem são mais de 15, são de 16 pra baixo, né, teve o ano novo e vão aumentando mais as idades e o resto são todos adolescentes e adultos, a mais velha tá com 51 anos, que é a Ligia e tem um bebê agora acho que de 2 meses, que é o mais novo (...).

**TABELA 53 – Faixa etária dos integrantes do quilombo**

Faixa etária	Geral		Família Silva		
	Freq	%	Freq	Freq	%
De 0 a 06 anos	92	14,6	43	11	22,4
De 07 a 11 anos	70	11,0	24	5	10,2
De 12 a 17 anos	99	15,7	34	8	16,2
De 18 a 24 anos	82	12,9	34	10	20,2
De 25 a 34 anos	94	14,9	34	4	8,2
De 35 a 44 anos	60	9,5	21	7	14,1
De 45 a 59 anos	85	13,4	24	4	8,7
60 anos ou mais	33	5,2	4	---	---
NR	18	2,8	9	---	---
<b>Total</b>	<b>633</b>	<b>100</b>	<b>227</b>	<b>49</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos em Porto Alegre – 2008

Os chefes de família estão na maioria distribuídos entre as faixas etárias de 18 a 44 anos (86,7%) e o mesmo acontecendo em relação aos respectivos cônjuges – 14 a 44 anos (81,9%). Esse aspecto tem refletido na descontinuidade dos estudos em função, muitas vezes da necessidade de buscar trabalho, isso demonstra que os jovens estão assumindo responsabilidades com manutenção, educação, saúde e proteção muito cedo. Demonstram

com isso que deixam de ser responsabilidade de alguém e passam a assumir a responsabilidade por uma família.

**TABELA 54 – Grau de instrução do responsável**

Grau de instrução	Geral		Família Silva		
	Freq	%	Freq	Freq	%
Analfabeto	4	2,3	2	---	---
Nunca freqüentou, mas lê e escreve	4	2,3	1	---	---
Ensino Fundamental incompleto	87	50,6	34	8	53,3
Ensino Fundamental completo	28	16,3	10	2	13,3
Ensino Médio incompleto	17	9,9	7	2	13,3
Ensino Médio completo	24	14,0	1	3	20,0
EJA	1	0,6	---	---	---
Ensino Superior incompleto	4	2,3	---	---	---
Ensino Superior completo	1	0,6	---	---	---
NS/NR	2	1,2	1	---	---
<b>Total</b>	<b>172</b>	<b>100</b>	<b>56</b>	<b>15</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos em Porto Alegre – 2008

Quase 80% dos chefes de família estão entre o ensino fundamental incompleto e ensino médio incompleto e nenhum dos 15 estão estudando. Os motivos que levam os chefes de família do Quilombo dos Silva a não continuar estudando, não diferem da realidade das outras comunidades. As respostas se diluem em vários motivos, mas gira, principalmente, em torno de um conjunto que envolve trabalho e cuidado com a família.

Em relação ao acesso à infra-estrutura social básica, 80% dos domicílios possuem abastecimento de luz elétrica e instalação sanitária completa.

### 3.1 Do conhecimento ao acesso aos programas sociais

Na realização da pesquisa, tanto a quantitativa como qualitativa, pode-se constatar um desconhecimento a respeito da função da assistência social, 33,3% não sabem o que é e 60% entendem como alguma forma de ajuda e/ou auxílio institucional, e quanto ao papel da FASC mais de 80% não sabe como atua. Esse desconhecimento das comunidades quilombolas

acerca da função da assistência social e do papel da FASC tem refletido nos baixos níveis de acesso aos programas e projetos sociais que são muitas o vezes foco de demandas. As demandas existem e os projetos e programas também, entretanto não estão seguindo o mesmo fluxo. Esse descompasso é explicitado na narrativa da Rita de Cássia,

(...) já tava o projeto aqui feito que era sobre as crianças, o PIN, então era coisa que eles vieram me perguntar se a gente queria e eu uma pessoa me afirmando, conversar com os pais ver e a criança de repente tem uma dificuldade na escola ou até com os próprios pais, a criança que às vezes tu briga e ela chora, tem crianças que não se adaptam a brincar com outras crianças, são coisas que às vezes pai e mãe não notam, mas vem outras pessoas e vêem aquilo que tá acontecendo, então ela começou a falar isso, **mas não é isso que eu to buscando, não é isso que eu quero, eu quero um lugar onde possa deixar essas crianças que tão na rua**<sup>37</sup>, (...) ah, porque tem várias pessoas que vem e falam várias coisas que às vezes tu nem quer ouvir, às vezes, tu não quer também entrar em discussão e tu tem que fingir que não tá ouvindo, “a Sra quer que eu seja bem franca com a Sra? A Sra tá vendo aquela reportagem do falcão que dá no Fantástico, no domingo, tu viu aquela criança que não tinha nem cinco anos de...”, não tinha mais esperança de vida, a criança não tinha mais esperança de vida, “tu quer que aconteça com os meus ou com qualquer um daqui ou em outra comunidade?”

A grande preocupação dos adultos no Quilombo dos Silva é com o futuro das crianças, já que elas não estão isoladas e a violência que passa na televisão, como enfatiza Rita, pode estar ao lado, na praça, na rua. O fato dos jovens estarem assumindo cedo suas famílias os leva a sair em busca de trabalho, ficando muitas das vezes sem ter ninguém para ficar com as crianças nos horários e turnos que não estão na escola.

(...) “eu não to nem aí se eu vou morrer amanhã, não to nem aí”, e aí o que eu vou dizer. Pô, a gente já tá numa faixa etária que a gente quer tudo de bom, né, que olhando ali tu vê uns dos nossos, imagina, sem ter esperança de vida, o que acontecia pra ele, ele dava graças a Deus, assim muitos pais vão trabalhar, a única que fica durante o dia era eu no pátio, né, Lori<sup>38</sup>... Um monte de criança aí, então eu digo, a gente sabe o que acontece, por mais que a gente cuide às vezes a gente não consegue... Tá sempre trilhando no caminho do bem, né, independente de ser de classe social, de cor, a gente sabe que acontece isso, então mais o que a gente quer, **eu quero que as crianças tenham pelo menos um recurso**<sup>39</sup>, não vou dizer que seja o dia todo, um turno integral, mas que venha alguém que a gente possa recorrer e ela (...).

O desconhecimento citado mais acima, nesse momento deve ficar marcado como um não saber onde e como as demandas podem ser atendidas, e não por desconhecimento do que se quer. Fica evidente que para a comunidade a preocupação com as crianças é fundamental e que estão em busca de alternativas para continuarem a protegê-las das adversidades.

---

<sup>37</sup> Grifo nosso.

<sup>38</sup> Lori é o Lorivaldino da Silva, uma das lideranças da comunidade que estava previsto que fizéssemos uma entrevista com ele também. Como ele chegou durante a conversa com a Rita de Cássia preferiu ficar junto e passou a responder as questões em conjunto. Eles optaram em fazer esse momento aonde os dois iriam respondendo juntos.

<sup>39</sup> Grifo nosso.

(...) o que é bom pra mim, né, de repente tu tem uma opinião, mas não é tu que convive dentro da comunidade, tu não sabe o que é a necessidade que a gente passa no dia a dia (...)

Quanto ao acesso aos programas sociais, 1 família é beneficiária do programa bolsa família e outras 3 do PAIF (Programa de Atenção Integral à Família). Durante a realização das entrevistas quantitativas, uma família relatou que havia sido suspenso o seu benefício do programa bolsa família.

Uma outra demonstração de descompasso, narrado na entrevista da Rita e do Lorivaldino, é em relação ao programa de cesta básica do Governo Federal. Além da descontinuidade no recebimento, os produtos que fazem parte da cesta básica não combinam com os hábitos alimentares de um grupo de famílias que são e moram no sul do país. Só as famílias do Quilombo dos Silva responderam positivamente ao questionamento sobre recebimento de cestas básicas. 50% das famílias não consideram as cestas adequadas.

Rita e Lori comentam que os produtos deveriam se adequar aos “gostos” do pessoal daqui,

(...) vem muita farinha de polenta, parece comida de cearense, né, de nordestino, a gente não usa muita farinha, feijão vinha o vermelho, a gente não cozinha feijão vermelho, claro que tu vai cozinhar, tu vai comer igual, tu tá entendendo, mas vinha feijão vermelho, né Lori, vinha muita farinha, (...) vinha mais farinha de trigo e milho do que arroz e o feijão que a gente come todo o dia, feijão vermelho, aquele feijão que tu cozinha e não cria caldo, tá entendendo, a gente tem que falar, pra que a gente vai recorrer pra parar de vir esse feijão vermelho, (...) era vermelho mesmo, né Lori, bem vermelho e sem caldo, tu cozinhava ele, (...) mas sem caldo, então pra mim era comida de nordestino, gente lá de cima, não, claro, não to me desfazendo, mas eu digo assim (...) **Eu acho que em vez de vir essas farinhas poderia vir outra coisa, né, café, que a gente aqui tem o hábito de tomar café**<sup>40</sup>, né (...).

Demonstra-se aqui que nem sempre é só a falta de conhecimento por parte das famílias quilombolas a respeito dos projetos e programas sociais existentes, mas aliado a isso, o fato do descompasso dessas políticas em relação às especificidades de uma população que vem emergindo conhecedores da sua realidade e de seus direitos. Há uma necessidade de associar as políticas existentes com as demandas reais das famílias quilombolas.

---

<sup>40</sup> Grifo nosso.

## 3.2 Moradia

Das 15 famílias do Quilombo Família Silva, 100% possuem moradia ou pelo menos um espaço separado da casa dos mais velhos – pais, tios e avôs, no caso dos jovens que recém constituíram família. Pode-se constatar há uma disparidade entre a quantidade de peças como quarto versus a quantidade de pessoas residentes no mesmo espaço, além da inexistência de banheiros em 02 moradias e a inexistência também de cozinha e instalações sanitárias em 03 moradias. Isto mostra que esses espaços ou serviços são utilizados de forma conjunta como se configura a maior parte dos quilombos tanto rurais como urbanos. Mais de 60% das moradias possuem entre 1 (40%) e 2 (26,7%) quartos, com a média de 1 (13,3%) a 4 (46,7%) pessoas residindo sob o mesmo teto. Dos entrevistados, 66,7% estão insatisfeitos com a inadequação da moradia às necessidades da sua família.

**TABELA 55 – Quantidade de peças na casa – Quilombo Família Silva**

Quantidade	Sala		Quarto		Banheiro		Cozinha		Área de Serviço	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Nenhum	4	26,7	3	20,0	2	13,3	3	20,0	15	100,0
1	9	60,0	6	40,0	13	86,7	12	80,0	---	---
2	1	6,7	4	26,7	---	---	---	---	---	---
3	1	6,7	1	6,7	---	---	---	---	---	---
4	---	---	1	6,7	---	---	---	---	---	---
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>100</b>	<b>15</b>	<b>100</b>	<b>15</b>	<b>100</b>	<b>15</b>	<b>100</b>	<b>15</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos em Porto Alegre – 2008

Em mais de 80% das moradias o parentesco entre as pessoas que lá residem demonstram que a composição de família nuclear (pai, mãe e filhos) é o que se mantêm. Em apenas um caso há sobrinhos, cuja mãe é falecida que reside com os tios. Apenas um caso a situação é diferente, pois com o falecimento de uma das filhas dos fundadores da comunidade, os filhos dela passaram a morar com a tia. O viúvo (pai das crianças), mesmo após a perda da esposa e da guarda dos filhos, permanece morando junto à comunidade mantendo a lógica de que ali as pessoas só vêm, ou seja, não ocorre um fluxo de saída aumentando a necessidade de ampliação dos espaços de moradia.

O fato de perpetuar uma forma de ocupação do espaço, valorizando as relações de parentela e o espírito de que todos devam permanecer juntos, é refletido quando os filhos

crecem e constituem seus núcleos familiares e suas moradias sempre ao lado ou nos fundos. O mais importante é de alguma forma ficar próximo aos pais.

(...) Aqui todos ficam, nunca ninguém saiu daqui do pátio, todos moram aqui e os filhos vão ficar, se for, vamos fazer uma laje e vamos construir pra cima, mas todos querem ficar perto, mas não que ir pra fora também, né, então não querer que o teu filho saia, eles casam e ficam dentro, só vão entrando, que nem eu, eu fui uma que entrei também, tá entendendo, não vão saindo... Vão sair de dentro de casa, né, vão sair pra outro lugar, não, **aqui eles vão ficando, por isso que já tá apertado, porque os filhos vão ficando**<sup>41</sup> (...) Parece que a gente acolhe todo mundo, a gente cuida um dos outros, por mais que já sejam todos adultos, tem as discórdias, tem as brigas, mas ninguém quer ver o mal de ninguém, né, a gente quer ver o bem e o bem de todos, não só de um, de todos juntos.

A maioria (93,3%) das moradias é construída de madeira. O que não foi surpresa é quanto ao estado de conservação predominando regular (40%) e precário (26,7%). Outro aspecto problemático em relação às moradias é a insatisfação das famílias quanto às condições de conservação da moradia. 66,7% considera entre regular e precário.

**TABELA 56 – Condição de conservação da moradia do quilombo**

Estado	Geral		Comunidades							
			Alpes		Areal		Família Fidelix		Família Silva	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Ótimo	17	11,0	5	9,8	11	18,3	1	3,4	---	---
Bom	36	23,2	6	11,8	18	30,0	7	24,1	5	33,3
Regular	58	37,4	24	47,1	20	33,3	8	27,6	6	40,0
Precário	42	27,1	15	29,4	10	16,7	13	44,8	4	26,7
NR	2	1,3	1	2,0	1	1,7	---	---	---	---
<b>Total</b>	<b>155</b>	<b>100</b>	<b>51</b>	<b>100</b>	<b>60</b>	<b>100</b>	<b>29</b>	<b>100</b>	<b>15</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos em Porto Alegre - 2008

Uma das principais reivindicações da comunidade é por melhoria das moradias “a gente quer melhorar a estrutura das casas” e a busca por condições para conseguir essa estrutura esbarra na falta de regularização da área, como salienta Rita,

(...) parceria é o passo principal, que muitos falam que não querem entrar ainda, não é não querer entrar nessa luta, eles não querem ainda se manifestar, porque a gente não tá ainda com o reconhecimento, a formalidade que eles querem, então eles negam pra gente, “ah, porque realmente não é bem isso, não ganharam ainda, então não possa tá”. (...) a gente sabe onde recorrer, que a gente tem acesso é a Caixa Econômica Federal, né, a gente já foi lá (...)

<sup>41</sup> Grifo nosso.

### 3.3 Deficiências na saúde pública e da família e problemas de segurança

Os principais problemas que afetam as famílias da comunidade Família Silva, são desemprego (40%), Educação (20%), Violência (6,7%) e Saúde (6,7%). Esses dois itens aparecem como problema com um percentual menor, mas pode-se notar, a partir da entrevista da Rita de Cássia em conjunto com Lorivaldino, que são pontos que estão constantemente presentes na preocupação das famílias.

Durante a entrevista foram relatadas várias situações onde há menção a problemas relacionados ao atendimento médico, preventivo ou curativo e a preocupação quanto à segurança das crianças, pela falta de acesso a programas e projetos sociais que ocupem o turno inverso do horário escolar como o SASE.

Que nem, quando eles vieram aqui... A Yeda não era governadora, mas já tava o projeto aqui feito que era sobre as crianças, o PIN, então era coisa que eles vieram me perguntar se a gente queria e eu uma pessoa me afirmando, conversar com os pais ver e a criança de repente tem uma dificuldade na escola ou até com os próprios pais, a criança que às vezes tu briga e ela chora, tem crianças que não se adaptam a brincar com outras crianças, são coisas que às vezes pai e mãe não notam, mas vem outras pessoas e vêem aquilo que tá acontecendo, então ela começou a falar isso, mas não é isso que eu to buscando, não é isso que eu quero, **eu quero um lugar onde possa deixar essas crianças que tão na rua**, “a Sra quer que eu seja bem franca com a Sra? A Sra tá vendo aquela reportagem do falcão que dá no Fantástico, no domingo, tu viu aquela criança que não tinha nem cinco anos ...”, não tinha mais esperança de vida, a criança não tinha mais esperança de vida, “tu quer que aconteça com os meus ou com qualquer um daqui ou em outra comunidade?”

Outra preocupação é em relação à saúde, ou melhor, à dificuldade de atendimento na área da saúde. No quadro de tipo de doença que afeta sua família foram indicadas na comunidade a presença de doenças como: pressão alta com 14,3%, alcoolismo com 6,7% e com o mesmo índice aparecem os problemas cardíacos e os problemas psicológicos/depressão. De acordo com os relatos nas entrevistas, em função de ter passado a existir um mapeamento e cadastramento por zona, onde antes eles acessavam agora não seria mais possível, “...então o posto do IAPI é por zona, então a gente não pertence aquele lá, a

gente pertence ao mais próximo, então a gente ia tudo pra lá, (...) então a gente tava naquele jogo, um empurrava pro outro e ficava sem consulta...”

Como na situação de encaminhamento de propostas para construção ou melhorias das moradias, para o atendimento de saúde também tem surgido como entrave o fato de não estar com a área regularizada.

(...) é difícil, então a gente teve que recorrer a prefeitura pra poder fazer o cadastramento da gente,... O que eles comunicaram a prefeitura? Que a área era irregular, tava em questão e eles não podiam cadastrar a gente. Isso é um absurdo. Quantas vezes eu ia pra fila grávida de manhã, às 7 horas e já ficava lá porque eu no tinha condições de vim e a minha consulta era às 11, então eu ficava lá já, ia cedo, não tinha carteirinha, não tinha cadastramento então não poderia agendar uma consulta, então já ficava lá mesmo pra esperar a minha consulta. Dentista a gente não tinha, ginecologista a gente tinha que madrugar cedo, que hoje em dia é bem diferente, até eles comunicam quando tem dentista, (...)

O principal acesso a atendimento médico que as famílias do Quilombo Família Silva buscam é o do Posto de Saúde (Bom Jesus, Vila Jardim e IAPI).

**TABELA 57 – Postos de saúde que a família costuma acessar**

<i>Postos</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Alpes/Oscar Pereira	55	35,0
Modelo	47	29,9
Santa Marta	33	21,0
São Gabriel	1	0,6
Postão da Cruzeiro / PAM 3	3	1,9
Posto Vila Jardim (Protásio)	11	7,0
Bom Jesus	2	1,3
Posto IAPI	1	0,6
Alpes/Oscar Pereira e Postão da Cruzeiro/PAM 3	2	1,3
Modelo e Santa Marta	1	0,6
NR	1	0,6
<b>Total</b>	<b>157</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos em Porto Alegre - 2008

Tratamento odontológico, planejamento familiar, preventivos e preservativos são questões que estão no cotidiano das famílias da comunidade, e a dificuldade de conseguir marcação ou atendimento médico, em função de não estarem numa área regularizada, demandam que um estudo no âmbito da Política Nacional de Assistência Social relacionadas à população quilombola não deixe de refletir sobre regularização do território. As ações

relativas à educação, saúde, segurança e moradia estão diretamente imbricadas com a regularização do território.

### 3.4 A regularização do território

Para o conjunto dos 4 quilombos de Porto Alegre o acesso a políticas públicas, programas e projetos na área social mantém relações estreitas com a política de regularização fundiária. Como já destacado acima, para as famílias do Quilombo Família Silva o atendimento as suas necessidades básicas, quanto a questão de saúde, segurança, moradia, abastecimento regular de luz e água e acesso a benefícios sociais, vem esbarrando em justificativas como “a área está sem definição”, “falta um documento que comprove a propriedade”, “não se pode investir recursos públicos num terreno que não tem garantia que vocês vão continuar... vocês sabem né essas ordens de despejo”. Alguns fatores reforçam a incerteza e a insegurança de permanência, como a constante expansão das construções dos vizinhos sobre a sua área diminuta (cerca de meio hectare), como podemos ver num dos relatos de Rita de Cássia:

“Esse condomínio aqui atrás, vocês vão ver ali, a gente não sabia direito o processo e pegaram uma boa parte dali, né, e nesse embalo eles queriam tirar todo mundo, falaram que era (...)...todo o território, não era, era só uma faixa de terra, então a gente começou a ficar desesperado,... Estamos numa faixa de terra pequena, mas pra gente que tem muito dinheiro na volta vale muito, que eles querem saber é do dinheiro, né, não importa quem tá em cima, se tem um valor histórico, a tua vida, a tua luta, teu reconhecimento perante a sociedade, tá entendendo, então eles passam por cima de tudo isso, de toda uma história, de toda uma vida que foi em cima disso daí, eles não querem saber de nada disso, querem mesmo é construir, ter a sua propriedade, fazer seus estabelecimentos, fazer vendas e resto não importa de nada disso, pra nós não, se importasse a riqueza, o luxo, o dinheiro, a gente não estaria mais aqui hoje, a gente já tinha vendido por qualquer pedaço de.. ...aí que entrou os recursos humanos que veio ver o que era, de uma pessoa que eles nem sabiam que tinham... Que podiam ajudar a gente, né, que a Assembléia também poderia, o Prefeitura, então foi assim que foi e descobrindo os direitos da gente, que a gente começou a tomar a frente.”

Outra forma de se materializar essa ameaça à permanência foi através das várias ordens de despejos vivenciadas. A última ocorreu em 2005 e não foi concluída devido a uma grande soma de esforços e forças, segundo ainda nos relata Rita:

“Nessa luta, estão várias pessoas, que eu nunca vi tanta gente entrar na mesma luta, independe de partido, de cor, de raça, de classe social, é muito bacana, é muito bacana

de ver, quando a gente tava com uma ordem de despejo em 2005, eu acho que tinha quase 150 pessoas aqui, numa tarde, no dia que a gente... Tinha quase 200 pessoas, veio até os Sem Terra, então eu digo assim, puxa vida, como é bom a gente ter o povo assim, vê que a luta... hoje a gente tá aqui, graças a Deus, nessa luta, que é a minha luta, que eu falo, que não é só minha é pra todos que tão nessa situação que a gente tá, de resistência, né, que eu acho que a terra pra nós significa o sangue que corre nas nossas veias, porque daqui que a gente tira o sustento a vida toda...”

O Quilombo Família Silva, ao se tornar o primeiro quilombo urbano reconhecido no Brasil, fez emergir em seu entorno um movimento político tão representativo que converge diferentes instâncias de representação e atuação, como Ministério Público Estadual e Federal, INCRA, Câmara de Vereadores, Assembléia Legislativa, Prefeitura Municipal e diversas ONG e entidades do movimento negro em prol da regularização do território. O título da terra para a ser encarado como “o passaporte” para findar a invisibilidade também frente ao acesso às políticas públicas. E é nessa conjugação de forças e ação combinada que está calcado o entendimento que essa comunidade tem a respeito das reais possibilidades do alcance de soluções para suas necessidades e direitos.

## 4 QUILOMBO DO AREAL

A partir de informações disponíveis no site oficial da Prefeitura Municipal de Porto Alegre pode-se fazer uma análise comparativa da situação sócio-econômica das comunidades quilombolas de Porto Alegre em relação ao padrão médio de vida no bairro em que se situa. Após esta breve qualificação das comunidades, nos debruçamos sobre os dados coletados de forma a esmiuçar questões em torno de temas que motivaram a realização deste estudo, principalmente no que tange o acesso das comunidades aos programas sociais, além de itens tais quais moradia, saúde, segurança e território.

De acordo com os dados oficiais, datados do ano 2000, o bairro Menino Deus possui uma População de 29.577 moradores em um total de 11.495 domicílios. A média é de 2,57 habitantes por domicílio. O quilombo do Areal conta com 256 habitantes, divididos em 71 famílias. São, em média, 3,6 pessoas por família.

No bairro Menino Deus, o rendimento médio mensal dos responsáveis pelo domicílio é de 15,6 salários mínimos. No Quilombo do Areal, 81% das famílias possuem uma renda total de até 4 salários mínimos mensais. Nesse sentido, fica evidente o contraste entre a comunidade que se identifica como os remanescentes do antigo Areal da Baronesa e os dados gerais do bairro em que se situa<sup>42</sup>.

Quanto às principais fontes de renda das famílias, 46,5% delas sustentam-se, sobretudo, através de trabalho assalariado. Um dado interessante é que 26,8 das famílias dependem de aposentadoria ou pensão de um de seus membros. Os gastos mensais das famílias concentram-se, principalmente, nas despesas com alimentação, seguida dos gastos com itens tais quais eletricidade, água e gás. Um fator importante a ser lembrado é o de que não há gastos com aluguel, na medida em que o terreno é de posse do DMHAB e de usufruto das famílias. Entretanto, ocorrem alguns casos de locação de casas e sublocação de peças. Outro dado alarmante é que 25,4% das famílias manifestam ser atingidas pelo desemprego, considerando este o principal problema que enfrentam. A média geral entre as famílias das 4

---

<sup>42</sup> Cabe deixar claro que o Quilombo do Areal situa-se na fronteira entre os bairros Menino Deus e Cidade Baixa. Neste último, o rendimento médio mensal dos responsáveis pelo domicílio era de 11,20 salários mínimos no ano 2000.

comunidades estudadas revela que para 31% desse total o principal problema enfrentado é o desemprego. As famílias do Quilombo do Areal parecem estar menos submetidas ao desemprego do que as comunidades dos Alpes e Família Silva, mas ainda assim a média é alarmante.

Quanto às características etárias da comunidade do Areal, 39,3% da população tem 17 anos ou menos, sendo 22,1% crianças com menos de 12 anos de idade. 17% são adolescentes entre 12 e 17 anos – a faixa etária que mais concentra membros da comunidade. Dos 60,7% de adultos, apenas 5,6% tem sessenta anos ou mais. Temos, portanto, 53,1% de população economicamente ativa.

**TABELA 58 – Faixa etária dos integrantes do quilombo por comunidade**

Faixa etária	Geral		Comunidades							
			Alpes		Areal		Família Fidelix		Família Silva	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
De 0 a 06 anos	92	14,6	43	18,9	28	10,8	10	9,0	11	22,4
De 07 a 11 anos	70	11,0	24	10,6	29	11,3	12	10,8	5	10,2
De 12 a 17 anos	99	15,7	34	15,0	44	17,2	17	15,3	8	16,2
De 18 a 24 anos	82	12,9	34	15,0	37	14,3	5	4,5	10	20,2
De 25 a 34 anos	94	14,9	34	15,0	37	14,3	18	16,2	4	8,2
De 35 a 44 anos	60	9,5	21	9,2	29	11,3	20	18,1	7	14,1
De 45 a 59 anos	85	13,4	24	10,6	34	13,2	15	13,5	4	8,7
60 anos ou mais	33	5,2	4	1,8	15	5,8	10	9,0	---	---
NR	18	2,8	9	3,9	3	1,8	4	3,6	---	---
<b>Total</b>	<b>643</b>	<b>100</b>	<b>227</b>	<b>100</b>	<b>256</b>	<b>100</b>	<b>111</b>	<b>100</b>	<b>49</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos em Porto Alegre - 2008

A partir dos dados coletados, podemos traçar um perfil dos chefes de família da comunidade. Quanto à faixa etária, quase 65% possui 35 anos ou mais – o que corrobora o perfil “maduro” das famílias das comunidades quilombolas em Porto Alegre. 21% possuem entre 25 e 34 anos.

**TABELA 59 - Faixa etária dos responsáveis pelas famílias**

Faixa etária	Geral		Areal	
	Freq	%	Freq	%
De 14 a 17 anos	2	1,2	1	1,4
De 18 a 24 anos	23	13,4	7	9,9
De 25 a 34 anos	38	22,1	15	21,1
De 35 a 44 anos	33	19,2	11	15,5
De 45 a 59 anos	50	29,1	23	32,4
60 anos ou mais	18	10,5	12	16,9
NR	8	4,7	2	2,8
<b>Total</b>	<b>172</b>	<b>100</b>	<b>71</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos em Porto Alegre – 2008

Ainda assim, verificamos a existência de adolescentes chefes de família na comunidade - há um caso em que o responsável possui menos de 17 anos; 10% são jovens adultos entre 18 e 24 anos.

Cerca de 52% dos cônjuges dos chefes de família possuem mais de 35 anos e quase 30% tem menos de 24 anos. No Quilombo do Areal, 66,2% dos chefes de família são mulheres, sendo 33,8% das famílias chefiadas por homens. Mais de dois terços das famílias estão sob a responsabilidade feminina. Interessante o fato de termos entrevistado muitas mulheres que se dispuseram a responder o questionário por estarem disponíveis nos horários que visitamos suas casas. Elas mesmas respondiam o questionário, poucas das quais situando o marido (cônjuge) como o chefe da família. Apenas 21,5% dos chefes de família são casados legalmente. Quase 40% possuem união livre/estável e pouco menos de 30% são solteiros ou desquitados. Isso nos mostra que a formalização da relação conjugal não é prática freqüente entre a comunidade, e a troca de parceiros ou a preferência por uma união livre é efetiva.

31% dos chefes de família nasceram no quilombo e ali permanecem. Isso nos mostra que, apesar da tendência itinerante das famílias de classe popular – essa espécie de “nomadismo endêmico” – no Areal boa parte dos jovens, quando constitui família, permanece na comunidade. Esse índice é bem menor do que nos Alpes, onde 54% dos chefes de família nasceu no quilombo. Podemos tomar como uma explicação possível para esse índice ser diferente nas comunidades o espaço disponível para o estabelecimento de novas famílias, que inevitavelmente crescem e se dividem. 83,3% dos cônjuges dos chefes de família nasceram fora da comunidade. Isso nos mostra que, além de crescerem e se multiplicarem as famílias, pessoas de fora da comunidade são sempre inseridas nela através de relações conjugais. 55% dos chefes de família residem no quilombo há mais de 21 anos.

Quanto à escolaridade, mais de 60% dos chefes de família do Areal possuem ensino fundamental incompleto, enquanto a média geral das comunidades quilombolas em Porto Alegre cai para 50% nessa faixa de formação escolar. Isso pode ser motivo de atenção por parte das políticas voltadas a essa comunidade específica, apesar de a média já ser alta entre os quilombos urbanos nessa cidade. Ainda mais pelo fato de ser a comunidade quilombola mais populosa de Porto Alegre.

Temos ainda dois casos de analfabetismo e um caso de pessoa que sabe ler e escrever, mas nunca freqüentou a escola. 15,5% dos chefes de família completaram o ensino fundamental; 5,6% freqüentou o ensino médio sem completá-lo, e 17% concluíram o ensino médio. Apenas um chefe de família completou curso superior, e outros 3 ingressaram mas não

completaram. Apesar desse baixo índice de escolaridade entre chefes de família, 94,4% não estão estudando no momento.

A grande quantidade de crianças e adolescentes na comunidade revela-se extremamente importante no que diz respeito às políticas assistenciais, já que parte significativa dos adultos e responsáveis demonstra grande preocupação quanto às atividades que envolvem os membros mais novos da comunidade. As falas de lideranças comunitárias, bem como dos adultos de maneira geral, revelam o medo de envolvimento por parte dos jovens e crianças em atividades ilícitas ou outras consideradas “perigosas e desviantes”, como as relacionadas ao consumo de drogas, à criminalidade, e alguns tipos de condutas consideradas inadequadas para alguém dessa faixa etária. As reflexões acerca desse tema tornaram-se manifestas em comentários durante as entrevistas e aplicação dos questionários<sup>43</sup>. Ouvimos de uma mãe que respondia questões sobre escolaridade de seus filhos e sua inserção em atividades sócio-educativas: “mente vazia é oficina do diabo”! Constata-se que a maior parte das crianças e adolescentes frequenta a escola.

**TABELA 60 – Faixa etária e situação escolar dos demais membros da família – Quilombo do Areal**

Faixa etária	Situação escolar			
	Está estudando	Não está estudando	Total	
De 07 a 11 anos	<i>Freq</i>	29	---	<b>29</b>
	<i>%</i>	100,0	---	<b>100</b>
De 12 a 17 anos	<i>Freq</i>	37	2	<b>39</b>
	<i>%</i>	94,9	5,1	<b>100</b>
De 18 a 24 anos	<i>Freq</i>	10	10	<b>20</b>
	<i>%</i>	50,0	50,0	<b>100</b>
De 25 a 34 anos	<i>Freq</i>	1	14	<b>15</b>
	<i>%</i>	6,7	93,3	<b>100</b>
De 35 a 44 anos	<i>Freq</i>	---	4	<b>4</b>
	<i>%</i>	---	100,0	<b>100</b>
De 45 a 59 anos	<i>Freq</i>	---	5	<b>5</b>
	<i>%</i>	---	100,0	<b>100</b>
60 anos ou mais	<i>Freq</i>	---	1	<b>1</b>
	<i>%</i>	---	100,0	<b>100</b>
<b>Total</b>	<i>Freq</i>	<b>77</b>	<b>36</b>	<b>113</b>
	<i>%</i>	<b>68,1</b>	<b>31,9</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos em Porto Alegre - 2008

<sup>43</sup> Estar atento aos comentários, silêncios, expressões do rosto e interjeições revela-se postura epistemológica fundamental de um pesquisador, pois permite explorar aspectos qualitativos da vivência comunitária a respeito de temas em foco, mesmo quando a entrevista é diretiva, voltada a dados quantitativos.

Foi perguntado aos chefes de família qual a situação escolar dos demais membros da família. Isso nos permitiu traçar um claro perfil das atividades em que se inserem crianças e adolescentes, no geral dependentes de seus responsáveis. Quase não há situações de trabalho por parte dos jovens, “muito menos das crianças” – como afirmaram D. Sônia Xavier e Gessi da Rosa Fontoura, lideranças comunitárias. Segundo os adultos, são raros os jovens que começam a trabalhar antes dos 16 anos. O mais comum é que assumam essas responsabilidades após a maioridade.

Todas as crianças de 7 a 11 anos estão estudando, no Quilombo do Areal – ou ao menos estão matriculadas na escola. Muitas delas freqüentam a Escola Estadual Cândido Portinari, localizada na Rua Múcio Teixeira, distante pouco mais de um quarteirão da Avenida Luís Guaranha. Quase 95% dos jovens de 12 a 17 anos estão estudando. Esse percentual decresce muito quando avançamos aos jovens de 18 a 24 anos: apenas 50% estão estudando. E há apenas um caso de pessoa não responsável pela família com mais de 25 anos estudando.

**TABELA 61 – Faixa etária e Escolaridade dos demais membros da família – Quilombo do Areal**

Faixa etária		Escolaridade							Total
		Nunca freqüent ou analfabeto	Nunca freqüent ou, mas lê e escreve	Ensino Fundamental incompleto	Ensino Fundamental completo	Ensino Médio incompleto	Ensino Médio completo	Ensino Superior incompleto	
De 0 a 06 anos	Freq	---	---	5	---	---	---	---	5
		---	---	100,0	---	---	---	---	100
De 07 a 11 anos	Freq	---	---	28	1	---	---	---	29
		---	---	96,6	3,4	---	---	---	100
De 12 a 17 anos	Freq	---	---	29	3	6	---	---	38
		---	---	76,3	7,9	15,8	---	---	100
De 18 a 24 anos	Freq	---	---	6	1	5	5	2	19
		---	---	31,6	5,3	26,3	26,3	10,5%	100
De 25 a 34 anos	Freq	2	---	2	1	2	4	1	12
		16,7	---	16,7	8,3	16,7	33,3	8,3%	100
De 35 a 44 anos	Freq	---	---	2	---	---	1	---	3
		---	---	66,7	---	---	33,3	---	100
De 45 a 59 anos	Freq	---	1	3	---	---	---	---	4
		---	25,0	75,0	---	---	---	---	100
60 anos ou mais	Freq	1	---	---	---	---	---	---	1
		100,0	---	---	---	---	---	---	100
<b>Total</b>	Freq	3	1	75	6	13	10	3	111
		2,7	0,9	67,6	5,4	11,7	9,0	2,7	100

Fonte: Pesquisa sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos em Porto Alegre - 2008

Entre os jovens que não são chefes de família, e que devem estar ingressando no mercado de trabalho segundo o perfil da comunidade, 31,6% não completaram o ensino fundamental, 26,3% não completaram o ensino médio e outros 26,3% possuem ensino médio completo. Apesar da maciça presença dos jovens menores de 17 anos e crianças na escola, ficam evidente problemas de evasão e repetência, uma vez que poucos conseguem finalizar o ensino médio, e um número ainda mais restrito acessa o ensino superior. Tal situação demonstra que o círculo de exclusão social a que estão submetidas as populações negras e empobrecidas se manifesta na comunidade do Areal. Poucos conseguem uma boa formação escolar; grande parte abandona os estudos na medida em que precisa trabalhar para ajudar na renda familiar. Menos de 10% dos responsáveis pelas famílias quilombolas em Porto Alegre não freqüentam a escola por não gostar ou não ter interesse nos estudos. No entanto, conforme verificamos nas conversas com os adultos da comunidade e fica evidente através da esmagadora presença dos jovens e crianças na escola, a formação é tida como uma das principais formas de ascensão social. Os pais muitas vezes deixam de estudar para garantir o sustento da família e, inclusive, possibilitar a permanência dos filhos na escola. Mas, como demonstram os dados, são poucos os que conseguem completar seus estudos.

## **4.1 Do conhecimento ao acesso aos programas sociais**

Para muitos dos chefes de família, a escola não deve ser o único espaço para as crianças participarem de ações educativas. 23,3% das crianças e adolescentes do Quilombo do Areal que estão estudando freqüentam outras atividades educativas. Esse número deveria ser muito superior, de acordo com os depoimentos das lideranças comunitárias, que consideram que essas atividades preenchem o tempo das crianças e jovens, não permitindo que se envolvam em atividades perigosas e danosas. Entretanto, esse esclarecimento parece não ser difundido por todos os chefes de família: 25% afirmam que esses membros de suas famílias com pouca idade não freqüentam atividades educativas por falta de vontade ou por não terem a iniciativa de procurar. E outros 46,6% não sabem o motivo por não incentivarem a participação de seus filhos em atividades educativas, ou não responderam a questão.

D. Sônia Xavier, 61 anos e moradora da Avenida Luís Guaranha há 57, afirmou sobre os jovens da comunidade: "...eles não tem educação, foram criados sem casa, nem colégio, sem trabalhar, sem nada, foram indo, foram indo e ficaram nessa aí que tão agora...",

referindo-se ao fato de muitos não participarem das atividades da Associação dos Moradores, não trabalhem ou se envolvem em atividades sociais. Ela prossegue: “Não! Cursos, coisa que tem aqui, tudo que tem aqui a gente vai, chama, convida, larga os papéis, mas não, não participam ninguém, sempre foi assim”. Dona Sônia queixa-se, portanto, da falta de associativismo na comunidade, principalmente por parte dos jovens.

Esse baixo índice de participação nas atividades desenvolvidas na e pela Associação Comunitária tem mudado significativamente, principalmente nos últimos anos, como afirmaram membros da diretoria da entidade. Quando houve a reunião para o lançamento do projeto de pesquisa, cujos resultados aqui relatamos, a presença maciça dos moradores foi motivo de comentários por parte da nossa equipe. Por termos experiências prévias de pesquisa na comunidade, nos acostumamos a verificar baixíssima presença de público nas reuniões e atividades. O fato de a reunião que abria o estudo para subsidiar políticas públicas na área de assistência social ter reunido grande número de moradores (coisa pouco usual) pode ser interpretada como a manifestação de interesse nesse campo de ação política. Realmente, verificamos que são comunidades carentes de políticas sociais.

Quanto ao acesso dessas famílias aos programas sociais do governo, verificamos uma concentração maciça no Programa Bolsa família: 25,4% das famílias possuem esse benefício; o fato dessa concessão demandar a frequência das crianças na escola é tomado como motivo a ser comemorado pelas lideranças.

**TABELA 62 - Participação da família em Programas Sociais do Governo (Somente as respostas positivas de participação aos Programas)**

<i>Programas</i>	<i>Areal</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Bolsa Família	18	25,4
Projovem (Programa Nacional de Inclusão de Jovens)	---	---
PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil)	1	1,4
Agente Jovem	---	---
PAIF (Programa de Atenção Integral à Família)	---	---
BPC-I (Benefício de Prestação Continuada para Idosos)	1	1,4
BPC-PD (Benefício de Prestação Continuada para Pessoas Portadoras de Deficiências)	1	1,4
PIM (Primeira Infância Melhor)	1	1,4
PIÁ (Porto Infância Alegre)	---	---
NASF (Núcleo de Apoio Sócio-Familiar)	3	4,2

18 entre as 71 famílias do Quilombo do Areal acessam o Bolsa Família, 3 Famílias acessam o NASF (Núcleo de Apoio Sócio-Familiar), e 1 família acessa o Programa de

Erradicação do Trabalho Infantil; 1 família possui Benefício de Ação Continuada para idosos; 1 família possui o Benefício para portadores de deficiências e, finalmente, 1 família acessa o Primeira Infância Melhor. Esse baixo índice de participação em programas sociais que não os benefícios ou bolsas (apenas 5 famílias) mostra-se alarmante, pois contrasta com a preocupação de pais e lideranças com as atividades que envolvem seus jovens e crianças. Outro fato alarmante é o de nenhum jovem acessar os programas para jovens da FASC (Projovem e Agente Jovem), o que se revela preocupante, pois a desmobilização dos jovens quanto às questões comunitárias é um problema constantemente referido pelas lideranças, pais e mães. Criar canais de comunicação com esses chefes de família pode ser uma saída interessante para esse impasse, na medida em que verificamos uma passividade quanto aos programas sociais: os responsáveis pelas famílias não buscam, investigam ou procuram o acesso aos programas. Talvez se as informações chegarem até eles, esse quadro mude. A associação comunitária pode ser um importante mediador para tais relações.

Quanto às representações da comunidade acerca da assistência social, coletamos dados interessantes: quase 17% não sabem o que significa esse conceito. Algo bastante grave. Além disso, quase 58% entendem por assistência social ajuda ou auxílio de alguma instituição. Esse índice corrobora o fato de a imensa maioria das famílias que acessam programas sociais concentrarem-se nas bolsas e benefícios. Deve ficar claro que esta era uma pergunta aberta, não oferecíamos alternativas para que eles escolhessem, mas deixamos o campo em aberto para que definissem com suas próprias palavras. Após, tabulamos as respostas a partir das associações possíveis. Uma resposta interessante é aquela que afirma ser a assistência apenas para famílias com muitos filhos – ou aquelas muito carentes de recursos. Ou seja, compreendem assistência como políticas que não são para todos, mas apenas para os mais necessitados. Se os chefes de família compreendem por assistência social apenas essa forma de ajuda ou auxílio, não podemos cobrar deles a iniciativa de busca dos programas sócio-educativos para jovens e crianças. Muitas vezes nem tem dimensão dessa possibilidade. Em outros casos, acessam atividades mas não associam-nas à assistência social.

**TABELA 63 - Definição de assistência social, segundo os entrevistados do quilombo**

<i>Entendimento</i>	<i>Areal</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Nada / Não sabe	12	16,9
Ajuda/Auxílio de alguma instituição	41	57,7
Informação/Aconselhamento	2	2,8
Cooperação entre as pessoas da comunidade	4	5,6
Direitos para as pessoas pobres / Serviços públicos	1	1,4
Tem que dar condições de vida para os que não tem	1	1,4
AS deveria ajudar a todos, mas só ajudam quem tem muitos filhos	1	1,4
Pessoa que você procura quando precisa. Orienta/esclarece	3	4,2
Alguma coisa que possa ajudar em qualquer problema que tiver	1	1,4
Serviço de saúde	1	1,4
NR	4	5,6
<b>Total</b>	<b>71</b>	<b>100</b>

Apesar de muitos chefes de família não possuírem uma dimensão clara do que seja assistência, quase 70% consideram que os benefícios e bolsas concedidos são insuficientes e precisariam melhorar. 62% afirmam serem necessárias mais oficinas e atividades para jovens e crianças, bem como de programas sociais para as famílias, no geral. Esse índice cai um pouco quanto às atividades para idosos.

**TABELA 64 – Itens que precisam ser melhorados na área da ASSISTÊNCIA SOCIAL (Somente as respostas positivas aos itens que precisam ser melhorados)**

	<i>Areal</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Programas sociais para famílias	44	62,0
Oficinas / atividades para crianças e jovens	44	62,0
Concessão de benefícios (cestas básicas, vales-transporte, documentação e outros)	49	69,0
Atividades para idosos	42	59,2

## 4.2 Moradia

As 71 famílias membro da comunidade habitam 60 moradias. Há 10 casos em que mais de uma família reside na mesma unidade domiciliar; em oito desses casos, duas famílias co-habitam na residência e em apenas dois casos há três famílias morando juntas. Pôde-se verificar pelos dados coletados que os responsáveis pelo domicílio costumam abrigar “sob o mesmo teto”, pessoas com quem têm parentesco e suas respectivas famílias nucleares. Em todos os casos o responsável pela família acolhida possui relação de parentesco com o responsável pelo domicílio. As famílias abrigadas são geralmente as formadas pelos filhos que se casam e têm filhos (75%), bem como por cunhados (as), primos (as) e netos (as).

**TABELA 65 – Parentesco dos responsáveis das famílias que moram na casa com o responsável pela casa**

Parentesco	Geral		Areal	
	Freq	%	Freq	%
Filho (a)	11	61,1	8	66,7
Cunhado (a)	1	5,6	1	8,3
Genro/Nora	2	11,1	1	8,3
Sobrinho (a)	1	5,6	---	---
Primo (a)	1	5,6	1	8,3
Neto (a)	1	5,6	1	8,3
Outro	1	5,6	---	---
<b>Total</b>	<b>18</b>	<b>100</b>	<b>12</b>	<b>100</b>

Nesse sentido, emerge uma representação êmica sobre o que vem a constituir uma família, seguindo o modelo de família nuclear. Os filhos quando passam a ter parceiros, fixos ou não, e geram filhos, passam a constituir mais uma família. Em oito dos dez casos de co-habitação, a família acolhida pelo “dono da casa” tem como responsável um de seus filhos.

90% das casas que abrigam as famílias da comunidade são de alvenaria, e apenas 8,4% são mistas (parte de alvenaria e parte de madeira). Essas 60 residências contam, em geral, com uma sala (76%), uma cozinha (94%) - ou uma sala-cozinha -, um banheiro (86%), e um quarto (42,4%), dois quartos (32,2%) ou três quartos (20,3%). Menos de 30% conta com uma área de serviço. Nesse sentido, 68,3% dos responsáveis pelas famílias responderam que a casa é adequada para o tamanho da família (que tem, em média, 3,6 membros). Entretanto, 30% dos responsáveis pelos domicílios consideram-nos pequenos demais para suas famílias. Salta aos olhos o fato de que em 28,7% das casas residem mais de seis pessoas.

**TABELA 66 – Quantidade de peças na casa do quilombo**

Quantidade	Sala		Quarto		Banheiro		Cozinha		Área de Serviço	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Nenhum	6	10,2	---	---	---	---	3	5,1	42	71,2
1	45	76,3	25	42,4	51	86,4	56	94,9	17	28,8
2	7	11,9	19	32,2	6	10,2	---	---	---	---
3	1	1,7	12	20,3	2	3,4	---	---	---	---
4	---	---	2	3,4	---	---	---	---	---	---
5	---	---	1	1,7	---	---	---	---	---	---
<b>Total*</b>	<b>59</b>	<b>100</b>	<b>59</b>	<b>100</b>	<b>59</b>	<b>100</b>	<b>59</b>	<b>100</b>	<b>59</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos em Porto Alegre – 2008

Nota \* Totalização com base nas respostas válidas. Excluída 01 família que Não respondeu

É interessante registrar que as antigas 27 casas de aluguel que caracterizavam a Avenida Luís Guaranha no passado foram em sua totalidade substituídas por novas residências, quase todas elas de alvenaria, como visto. Os relatos dos moradores dão conta de que receberam o usufruto das casas quando a Avenida foi permutada entre a Santa Casa e a Prefeitura Municipal, em meados dos anos 1880. As casas foram se deteriorando e, apesar de não terem garantias de sua permanência no local, as famílias foram, cada qual a seu modo e dentro de suas possibilidades, reformando e reconstruindo as casas. As redes de solidariedade e ajuda-mútua certamente são acionadas nas ocasiões em que faltam condições para um ou outro morador ajeitar sua casa.

Nesse sentido, algumas das moradias são bastante amplas, algumas contando até com três andares, e outras são bastante simples e deterioradas. A conservação das casas, então, não é motivo de preocupação para grande parte da população. 48,3% dos responsáveis pelas moradias consideram bom ou ótimo o seu estado de conservação. 16,7% avaliam que suas casas estão em condições precárias para a habitação. Alguns casos de famílias pobres e numerosas que habitam casas de madeira ou mistas saltam aos olhos. Uma delas, onde vivem algumas crianças, não tem qualquer tipo de piso ou assoalho, sendo o chão de terra batida.

### **4.3 Deficiências na saúde pública e da família e problemas de segurança**

No geral, entre as famílias quilombolas entrevistadas, 14,1% consideram que os problemas de saúde são os principais que lhes afetam. E 12,7% manifestam que o principal problema que vivem relaciona-se às drogas. 8,5% acreditam que o principal problema é a violência. Considerando que as drogas podem relacionar-se tanto a problemas de saúde como

de violência, torna-se clara a existência de um círculo de relações que afetam tais famílias. No Areal, os problemas que relacionam os jovens ao universo das drogas estão entre os mais importantes, segundo as famílias. As atividades ilícitas ali não são inibidas nem pela presença de um quartel da Brigada Militar, o qual faz fronteira com a comunidade, nem com a presença de moradores membros da referida instituição. O fato de os jovens preferirem a “vida fácil” a estudar e trabalhar é motivo de preocupação.

As famílias do Areal costumam acessar postos de saúde e hospitais para resolverem seus problemas de saúde. Os postos mais acessados são o Posto Modelo (relativamente próximo à comunidade) e o Posto Santa Marta (centro). 67,8% das famílias consideram que o atendimento nos postos de saúde precisam melhorar; pouco mais de 70% afirmam que o oferecimento de medicamentos precisa ser melhorado e 73,1% avaliam que precisa aumentar o número de médicos, dentistas e enfermeiros.

D. Sônia, a esse respeito, afirmou:

Tá bom. Sabe por que? Porque o pessoal, todo o pessoal aqui vai no Santa Marta, quem não vai no Santa Marta, vai no Modelo, crianças, pediatras, quase todas as mães levam as crianças no Santa Marta, é bom o atendimento no Santa Marta, é muito bom, o pessoal não tem queixa, não tem tido queixa. Agora a gente vai ver, vamos trabalhar pra ver se a gente consegue, não sei se enfermeira ou médico humanitário que tem, né, uma vez no mês, né, a gente vai ver se a gente conversa isso, pra dá uma olhada, né, às vezes tem casos que a pessoa que tá doente não pode levantar e às vezes não tem dinheiro nem pra pegar ônibus pra ir pro doutor, a gente vai ver se consegue.

No Quilombo do Areal, 11,3% dos responsáveis pelas famílias disseram ter algum membro de sua unidade familiar com problemas de alcoolismo; 8,5% manifestaram problemas relativos ao consumo de drogas e 42,5% afirmaram ter membros de sua família que sofrem de tabagismo. 33,8% acusaram problemas respiratórios; o mesmo índice acusou problemas de dores no corpo. 21,1% afirmaram que alguém de sua família sofre de diabetes. Quase 20% das famílias possuem pessoas com problemas cardíacos, 12,5% delas possuem pessoas com problema de obesidade e 7% possuem deficientes físicos. 14,1% declararam possuir algum parente com deficiência mental; este índice, somado ao de famílias cujos membros sofrem de depressão ou problemas psicológicos, conta 31% das famílias. E verifica-se que há pouquíssimos casos de famílias que recebam auxílio ou participem de programas relativos a tais problemas.

## 4.4 A regularização do território

Nas reuniões realizadas no Quilombo do Areal, uma questão foi muito cobrada, principalmente pelas lideranças comunitárias: a de quais serão os retornos que a comunidade terá com a pesquisa que aqui se relata. Reclamavam que outros estudos foram realizados por outras instituições e que pouco receberam em retorno. Essas lideranças reiteraram o fato de que estão em uma área valorizada da cidade e que se “entrar dinheiro” para a prefeitura, ela os retira dali. O que fica evidente é o fato de a comunidade ainda não ter assegurada a sua permanência no território em que vive, e, portanto, sua perpetuação. Uma ação apontada como uma forma de criar essa garantia – por mínima que seja – é o registro da comunidade como Área de Interesse Cultural do município. Algo que, segundo as lideranças, já soaria como uma garantia de sua permanência, algo concreto nesse sentido, e não mera especulação como vem acontecendo há anos. Quanto à atuação da FASC, demonstraram grande interesse e desejo de participação nas suas ações e programas; o encaminhamento de famílias para as políticas já existentes foi considerado um ganho para a comunidade. Entretanto, fica evidente que estes moradores primam pela garantia de permanência no local onde se enraízam. Principalmente por parte das lideranças comunitárias, mas também pelas famílias em geral, que não possuem nenhuma garantia que “a terra é deles”.

A busca pela sobrevivência da comunidade manifesta-se então na busca pela posse da terra ocupada, que norteia o movimento político surgido nos últimos tempos entre os moradores do quilombo. Pelo fato de a Luís Guaranha ter permanecido, enquanto a grande maioria das avenidas foi destruída com o passar dos anos, o fator de resistência é ressaltado. Tal é uma das “bandeiras” na luta pela titulação das terras pela via das políticas étnicas.

## 5. O QUILOMBO DOS ALPES

O Quilombo do Alpes situa-se no Bairro Cascata. Entre as comunidades remanescentes de quilombos em Porto Alegre é a que menos destoa do seu entorno quanto aos níveis sócio-econômicos e condições de vida das famílias. Isso porque a Cascata é um bairro habitado, em geral por populações de baixa renda. Segundo os dados oficiais<sup>44</sup>, o bairro Cascata possuía no ano 2000 uma População de 24.130 moradores, em um total de 6.893 domicílios, em uma média é de 3,5 habitantes por domicílio. No quilombo, são 227 habitantes cadastrados, divididos em 56 famílias. São, em média, 4 habitantes por família - média pouco maior do que a média do bairro.

No bairro Cascata, o rendimento médio mensal dos responsáveis pelo domicílio é de 3,17 salários mínimos. No quilombo dos Alpes, todas as famílias possuem uma renda mensal de no máximo 4 salários mínimos. 36,5% delas sobrevivem mensalmente com uma renda de um salário mínimo ou menos. Fica evidente ser essa uma das comunidades mais pobres entre os remanescentes de quilombos em Porto Alegre, que coincide com a média geral do bairro. É fato que esses dados estatísticos mascaram uma realidade de desigualdade sócio-econômica no interior do próprio bairro, que fica evidente quando comparamos o padrão de vida da comunidade quilombola e seus vizinhos com os habitantes de casas luxuosas ao seu redor. Deve-se ter em vista que se trata de uma área no topo do Morro dos Alpes, com vista privilegiada para a cidade de Porto Alegre, e, portanto, alvo de grande especulação imobiliária.

53,6% dos chefes de família possuem mais de 35 anos. Há apenas um caso de família chefiada por pessoa de mais de 60 anos. 37,5% tem menos de 24 anos e há uma família chefiada por pessoa de 17 anos ou menos. No Quilombo dos Alpes, 70% das famílias são chefiadas por mulheres, ou ao menos dividem a responsabilidade pela família com seus cônjuges. 68% dos chefes de família tem ao menos uma união estável. A esse respeito, Rosângela afirmou:

Mas aqui no quilombo tem muita mulher aí que é “raçuda” mesmo, que segura a onda, do jeito delas, mas segura, sabe, mesmo sem saber também, sem carência de informação, de estrutura, de oportunidade, porque não teve estudo, mas tão correndo

---

<sup>44</sup> Fonte: [http://www2.portoalegre.rs.gov.br/infocidade/default.php?p\\_secao=19](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/infocidade/default.php?p_secao=19), acessado em 16/05/2008.

atrás aí, tem um monte que tá descendo, tá estudando, tá indo buscar, eu to bem faceira, sabe(...)

Na comunidade dos Alpes, 28,6% dos responsáveis pelas famílias são mulheres que trabalham como empregadas domésticas ou faxineiras. 14,3% são donas de casa. 14,3% dos responsáveis pelas famílias são empregados em empresas privadas. Há 7,1% desses chefes de família desempregados. 57,1% desses chefes de família desempenham trabalho assalariado. Como vê-se, são quase sempre atividades que, como afirmou uma chefe de família, “não exigem muito estudo”.

53,6% dos chefes de família nasceram no quilombo e ali permanecem. Isso nos mostra que nos Alpes, uma parte significativa – mais da metade - dos jovens, quando constitui família, permanece na comunidade. Os laços de parentesco entre os membros da comunidade permanecem ao longo do tempo. Da mesma maneira, 42% dos cônjuges também são membros da comunidade – o que demonstra um certo nível de endogamia nesse grupo social: tendem a permanecer na comunidade e casar-se entre si. O espaço para o englobamento de novos membros através das relações matrimoniais permanece bastante presente nesta comunidade. Como afirmou Rosângela: “É daqui de dentro mesmo, daqui, do redor aí, da volta aqui mesmo, sabe, tudo gira aqui no retorno aqui, né”.

Entre as 56 famílias, apenas duas dependem de aposentadoria ou pensão de seu chefe de família. Trata-se, sem dúvidas, de uma comunidade jovem. 73,2% das famílias afirmaram ter nas despesas com alimentação os principais gastos mensais das famílias, seguida dos gastos com itens tais quais eletricidade, água e gás. Um fator importante a ser lembrado é o de que quase não há gastos com aluguel. 8,9% das famílias dependem exclusivamente dos benefícios e bolsas do Governo Federal.

É alarmante que 43% das famílias manifestaram que o principal problema que lhes atinge é o desemprego. 12,5% disseram ter na fome e na pobreza os seus principais problemas. Certamente é uma comunidade bastante carente de recursos e boas condições de vida. A média geral entre as famílias das 4 comunidades estudadas revela que para 31% desse total o principal problema que enfrentam é o desemprego. Nos Alpes, esse índice sobe em mais de 10%.

Quanto às características etárias da comunidade, 19% da população tem seis anos ou menos. 45,5% da comunidade têm menos de 17 anos, sendo quase 30% crianças com menos de 12 anos de idade. 30% têm entre 18 e 34 anos. Dos 54,5% de adultos, apenas 1,8% tem sessenta anos ou mais.

**TABELA 67 – Faixa etária dos integrantes do quilombo**

Faixa etária	Geral		Alpes	
	Freq	%	Freq	%
De 0 a 06 anos	92	14,6	43	18,9
De 07 a 11 anos	70	11,0	24	10,6
De 12 a 17 anos	99	15,7	34	15,0
De 18 a 24 anos	82	12,9	34	15,0
De 25 a 34 anos	94	14,9	34	15,0
De 35 a 44 anos	60	9,5	21	9,2
De 45 a 59 anos	85	13,4	24	10,6
60 anos ou mais	33	5,2	4	1,8
NR	18	2,8	9	3,9
<b>Total</b>	<b>643</b>	<b>100</b>	<b>227</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos em Porto Alegre - 2008

Pouco mais de 50% dos chefes de família possui 35 anos – o que corrobora o perfil jovem dos Alpes em contraste com as famílias das comunidades quilombolas em Porto Alegre.

Quanto ao grau de instrução dos chefes de família, há entre os 56 responsáveis 2 analfabetos e um que não frequentou a escola, mas sabe ler e escrever. 60,7% possuem ensino fundamental incompleto, enquanto a média geral das comunidades quilombolas em Porto Alegre cai para 50% nessa faixa de formação escolar. Isso pode ser motivo de atenção por parte das políticas voltadas a esta comunidade específica, apesar de a média já ser alta entre os quilombos urbanos nessa cidade. Ainda mais pelo fato de esta ser talvez a mais carente entre as comunidades quilombolas de Porto Alegre. 17,9% dos chefes de família possuem ensino fundamental completo. 12,5% possuem ensino médio incompleto apenas um chefe de família completou o ensino médio. Não há casos de responsáveis que tenham acessado o ensino superior. O círculo de exclusão desse direito fundamental que é a educação mostra-se sobremaneira no Quilombo dos Alpes. Apesar desses baixos índices de escolaridade entre chefes de família, 10,7% estão estudando no momento. Esse índice pode ser pequeno, mas é relevante quando comparado com as outras comunidades.

Também no Quilombo dos Alpes, a grande quantidade de crianças e adolescentes na comunidade revela-se de crucial importância, afinal é uma comunidade jovem. O medo de envolvimento por parte dos jovens e crianças em atividades ilícitas ou outras consideradas “perigosas e desviantes”, relacionadas às drogas, à criminalidade, a falta de busca pela ascensão social e o estabelecimento de famílias muito cedo é motivo de preocupação. Rosângela da Silva Ellias, liderança comunitária, revelou:

E vai indo, né, cada vez aumenta mais, dessas 74 eu não te garanto que é 74, se a gente fazer as contas agora já nasceu mais uns 30 ou 40, de 3 anos pra cá, de

“nenezada” aí não para mais, não sei que enlouqueceram... Que tanto nenê! Eu mexo com elas, “bá, mas que tanto nenê, lá a Fulana tá com três lá e vem vindo mais um, agora tem espaço, deixa vim os nenês”, são os anjinhos, deixa aí que tem espaço, tem espaço, deixa as crianças vim.

Agora mesmo tava falando pra eles ali, tanto a creche, como espaço pras crianças, como espaço pras jovens também, né, tem que conscientizar eles, porque tem muita menina, muito menino aí, bá, nem aproveitaram bem a infância, nem a juventude e já tão com compromisso de pai de família, né, e daí a gente fica muito preocupado, né, o que vai ser do futuro dessas crianças se nem eles mesmo tiveram deles, né, com tanta dificuldade, tanta carência, de tanta coisa e a minha preocupação mais é essa, é voltada nas crianças, voltada nos jovens aí pra poder conscientizar eles, sei lá, né, dá um entendimento pra eles, nada contra, amo os nenês e tudo aí, mas acredito que tem muita gente aí que tá botando um monte de nenê aí pra passar trabalho junto com eles, entendeu, dificuldade...

**TABELA 68 – Faixa etária e Escolaridade dos demais membros da família**

Faixa etária		Escolaridade						Total
		Nunca freqüent ou (analfab eto)	Nunca freqüent ou, mas lê e escreve	Ensino Fundame ntal incomplet o	Ensino Funda mental complet o	Ensino Médio incompl eto	Ensino Médio completo	
De 0 a 06 anos	Freq	---	---	7	---	---	---	7
	%	---	---	100	---	---	---	100
De 07 a 11 anos	Freq	1	---	21	---	---	---	22
	%	4,5	---	95,5	---	---	---	100
De 12 a 17 anos	Freq	---	1	23	---	5	1	30
	%	---	3,3	76,7	---	16,7	3,3	100
De 18 a 24 anos	Freq	---	---	7	5	5	1	18
	%	---	---	38,9	27,8	27,8	5,6	100
De 25 a 34 anos	Freq	1	---	6	---	2	1	10
	%	10,0	---	60,0	---	20,0	10,0	100
De 35 a 44 anos	Freq	---	---	1	---	---	---	1
	%	---	---	100,0	---	---	---	100
De 45 a 59 anos	Freq	---	1	---	---	---	---	1
	%	---	100,0	---	---	---	---	100
60 anos ou mais	Freq	1	---	---	---	---	---	1
	%	100,0	---	---	---	---	---	100
Total	Freq	3	2	65	5	12	3	90
	%	3,3	2,2	72,2	5,6	13,3	3,3	100

Fonte: Pesquisa sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos em Porto Alegre – 2008

Nos Alpes, os jovens começam a trabalhar relativamente cedo. E a educação é uma das principais atividades dentro de um projeto de ascensão social por parte da geração mais nova. Rosângela, a esse respeito, disse:

Tem gente que já... É aquela coisa nasceu com o dom mesmo do caderno, pra essas coisas, né, eles vão em frente, daí alguns têm condições de apoiar com passagens, coisa, pra manter, né, outros já desistem no meio do caminho, né, então tem bastante gurizada aí já tirando o 2º grau e agora tão batalhando aí com as cotas e coisa.

## 5.1 Do conhecimento ao acesso aos programas sociais

Como foi destacado anteriormente, o Quilombo dos Alpes é composto de uma população muito jovem, e isso representa mais de 40% com até 17 anos. O “tom”, ou o “fio condutor” da entrevista qualitativa com a liderança quilombola, Rosângela da Silva Ellias, foi sempre marcado por uma preocupação grande com as crianças, adolescentes e os jovens. E nesse, caso o que se percebe, não é um desconhecimento quanto a existência de políticas e/ou programas sociais, nesse sentido o que há é uma carência de ações por parte dos setores públicos tendo como mesmo foco de público alvo. Como pode ser visto nas palavras de Rosângela,

é uma das nossas preocupações aqui é estruturar a área e trazer... Agora mesmo tava falando pra eles ali, tanto a creche, como espaço pras crianças, como espaço pras jovens também, né, tem que conscientizar eles, porque tem muita menina, muito menino aí, bá, nem aproveitaram bem a infância, nem a juventude e já tão com compromisso de pai de família, né, e daí a gente fica muito preocupado, né, o que vai ser do futuro dessas crianças se nem eles mesmo tiveram deles, né, com tanta dificuldade, tanta carência, de tanta coisa e a minha preocupação mais é essa, é voltada nas crianças, voltada nos jovens aí pra poder conscientizar eles, sei lá, né, dá um entendimento pra eles, nada contra, amo os nenês e tudo aí, mas acredito que tem muita gente aí que tá botando um monte de nenê aí pra passar trabalho junto com eles, entendeu, dificuldade... Então a gente tá com uma carência “desgranida” aí de trazer... De estruturar, mesmo, aqui, sabe, o espaço, saúde... Conseguindo segurar a onda aí, queremos usar esse espaço aí pra construir área de lazer, área de... Fazer oficinas, fazer... Buscar lá em baixo, dá informação, tudo é lucro, é de conscientização, é ensinar mesmo como é que se usa a camisinha... ... Antecipando por demais. Até acredito por falta informação mesmo, de saber mesmo, sabe. Tô preocupada!

No processo de preparação para a realização do trabalho de campo, foram realizadas reuniões com as lideranças em conjunto com a equipe técnica e representantes da FASC (assessoria de planejamento e supervisão da área), e lá nos Alpes foi destacado a vontade e a necessidade da comunidade a respeito da implantação de um SASE no local e que se justificava pelo número de crianças sem idade escolar (18,9%) e os que estão até 14 anos que estão estudando (10,6%) e não freqüentam atividades outras atividades educativas por que

chamam atenção: inexistência no bairro (17%), falta de recursos financeiros para o deslocamento (5,7%), a localização dos espaços (4,5%) e por não haver vagas (4,5%). Entretanto, temos um número de 46,6% que disse não saber (NS) ou não respondeu (NR).

A ação governamental na comunidade é sempre pautada como algo que não acontece pelo atendimento de demandas, mas sim quando buscam apoio junto ao Ministério Público Federal para fazer valer seus direitos de cidadão.

Ação do governo assim aqui dentro, aqui a gente não conseguiu acessar muito, a gente conseguiu acessar o “Luz para Todos” do governo federal, né, tivemos que brigar bastante... Até lá no Ministério Público, né, pra conseguir um recurso aí que eles mesmo tinham vindo aqui e contemplado a gente, mas pra gente poder acessar eles tivemos que fazer isso senão nós não tínhamos conseguido, né, os outros recursos que tem lá que a gente sabe que podia já tá sendo atendido aí as famílias, né... (Rosângela da Silva Ellias (08/03/2008).

O acesso ao atendimento de saúde nos postos públicos também é dificultoso, e a busca não ocorre só para as consultas e busca de remédios. Da mesma forma que para os jovens é importante um atendimento preventivo, para se antecipar aos problemas que segundo relata Rosângela, “eles tão com medo, não sei porque o medo de ficar sozinho, todo mundo se casa, conhece um amanhã e depois de amanhã já tão morando junto, eu não consigo entender o porquê essa pressa, sabe, tá uma pressa, uma pressa assim...”. E essa pressa reflete no fato que os responsáveis por famílias estão ficando cada vez mais novos - 1,8% com idade entre 14 e 17 anos e 16,1% com idade entre 18 e 24 anos, e por assumirem essa responsabilidade de “gente grande” muito cedo acabam por abandonar os estudos (87,5% não está estudando). Mais de 60% dos responsáveis não concluiu o ensino fundamental.

Ela conclui, dizendo que a falta de informação, o desconhecimento sobre drogas, planejamento familiar, gravidez precoce e AIDS/HIV inibe ações que as próprias famílias poderiam realizar. No ano de 2006, um casal portador do vírus da AIDS veio a falecer, e por falta de atendimento e esclarecimento: “se desanimaram, se mataram por conta própria”. Quando descobriu a contaminação, a mulher estava grávida de gêmeos, que poderiam ter nascido sem a doença.

Existe um posto de saúde localizado na Estrada do Alpes, muito próximo à maior parte das famílias do quilombo, mas a dificuldade de atendimento, seja por falta de vontade do profissional – conforme foi relatado durante a realização da pesquisa - ou na maioria da vez

por falta de profissionais de diversas áreas (clínica geral, ginecologia, pediatria). É preciso estabelecer um canal de diálogo entre os responsáveis para democratizar o acesso à informação e ao atendimento de programas sociais com os representantes do quilombo.

## 5.2 Moradia

A Comunidade quilombola do Morro dos Alpes no bairro Glória está localizada em um dos hectares mais cobiçados pela especulação imobiliária. Estabelecida nesta região por mais de 80 anos, os membros da comunidade se concentram em pontos mais elevados do bairro, e também em parte da Estrada dos Alpes que dá acesso ao morro, e também em uma área conhecida como a Divisa (2 famílias). Segundo Rosangela da Silva Ellias os parentes “se espalham” por outros locais de Porto Alegre, na Restinga, São Caetano, Vila Nova e Teresópolis.

O total de 56 famílias habitam 51 casas edificadas com diversos materiais como alvenaria 49,0%, madeira 37,3% e mista 7%.

**TABELA 69 – O tipo de material da sua moradia**

Material	Geral		Comunidades							
			Alpes		Areal		Família Fidelix		Família Silva	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Alvenaria	89	57,4	25	49,0	54	90,0	10	34,5	---	---
Madeira	40	25,8	19	37,3	1	1,7	6	20,7	14	93,3
Mista	26	16,8	7	13,7	5	8,3	13	44,8	1	6,7
<b>Total</b>	<b>155</b>	<b>100</b>	<b>51</b>	<b>100</b>	<b>60</b>	<b>100</b>	<b>29</b>	<b>100</b>	<b>15</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos em Porto Alegre - 2008

As condições de moradia são apontadas pela comunidade como inadequadas para acomodação de todos os seus membros 68,6% - não adequada e 29,4 % - adequada. Podemos constatar que as peças são diminutas e geralmente possuem de 1 (43,1%) a 2 (45,1%) quartos, considerando o estado dessas regular 47,0% a precário (29,4%).

**TABELA 70 – Quantidade de peças na casa**

Quantidade	Sala		Quarto		Banheiro		Cozinha		Área de Serviço	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Nenhum	14	27,5	3	5,9	13	25,5	10	19,6	49	96,1
1	35	68,6	22	43,1	34	66,7	41	80,4	2	3,9
2	1	2,0	23	45,1	4	7,8	---	---	---	---
3	1	2,0	2	3,9	---	---	---	---	---	---
4	---	---	1	2,0	---	---	---	---	---	---
<b>Total</b>	<b>51</b>	<b>100</b>	<b>51</b>	<b>100</b>	<b>51</b>	<b>100</b>	<b>51</b>	<b>100</b>	<b>51</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos em Porto Alegre - 2008

**TABELA 71 – Adequação da casa ao tamanho da família**

Casa	Comunidades									
	Geral		Alpes		Areal		Família Fidelix		Família Silva	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Adequada	72	46,4	15	29,4	41	68,3	11	37,9	5	33,3
Não adequada	81	52,3	35	68,6	18	30,0	18	62,1	10	66,7
NR	2	1,3	1	2,0	1	1,7	---	---	---	---
<b>Total</b>	<b>155</b>	<b>100</b>	<b>51</b>	<b>100</b>	<b>60</b>	<b>100</b>	<b>29</b>	<b>100</b>	<b>15</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos em Porto Alegre - 2008

A rede de energia elétrica é recente (há cerca de cinco anos), instalada a partir do Programa Federal Luz para Todos, possibilitando a utilização de eletrodomésticos, principalmente geladeiras e televisões. Outro aspecto a ressaltar, a partir das entrevistas é como os filhos, sobrinhos ampliam seus espaços de moradia, evidenciando a solidariedade, cumplicidade e o senso de coletividade,

“é filho, é sobrinho, já é um que chegou lá e diz, “ba, to sem moradia, to sem casa”, então automaticamente já faz parte da família, já tá envolvido junto, vamos pro mato caminhar, buscar uma muda, vamos todo mundo junto, a gente agrega, a gente adota eles e eles adotam nós, isso é em geral (...)”

## 5.3 Segurança

Historicamente, as populações afro-descendentes utilizaram a fuga como recurso de proteção, e lugares onde poderiam constituir relações de compadrio e refazer os laços desfeitos pelo cativo dos seus antepassados. O mito fundador Dona Edwirges Garcia traz consigo o medo da violência constante que os membros desses segmentos sofrem, assim, procurou no mato ermo do morro dos Alpes um lugar seguro para os seus filhos longe das arbitrariedades impostas a ela, como a sua própria saída de Belém Velho. Na narrativa de Rosangela Ellias, neta de Dona Edwirges Garcia, há uma preocupação em construir lugares para o lazer dos mais jovens como praças e oficinas para formação profissional dos jovens e adultos.

**TABELA 72 – Outras atividades educativas freqüentadas por demais membros da família**

Freqüência	Geral		Comunidades							
			Alpes		Areal		Família Fidelix		Família Silva	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Sim, está freqüentando	59	21,9	11	10,5	24	23,3	15	38,5	9	40,9
Não está freqüentado	191	71,0	88	83,8	68	66,0	22	56,4	13	59,1
NS/NR	19	7,1	6	5,7	11	10,7	2	5,1	---	---
<b>Total</b>	<b>269</b>	<b>100</b>	<b>105</b>	<b>100</b>	<b>103</b>	<b>100</b>	<b>39</b>	<b>100</b>	<b>22</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos em Porto Alegre - 2008

Para Rosangela da Silva Ellias a comunidade sem o acesso às condições dignas acaba vulnerável diante do assédio das drogas e da violência. Refletindo-se na sua fala a questão da escolaridade e do emprego vemos uma percentagem muito baixo nos níveis de escolaridade.

**TABELA 73 – Faixa etária e Escolaridade dos demais membros da família**

Faixa etária		Escolaridade						Total
		Nunca freqüentou (analfabeto)	Nunca freqüentou, mas lê e escreve	Ensino Fundamental incompleto	Ensino Fundamental completo	Ensino Médio incompleto	Ensino Médio completo	
De 0 a 06 anos	Freq	---	---	7	---	---	---	7
	%	---	---	100	---	---	---	100
De 07 a 11 anos	Freq	1	---	21	---	---	---	22
	%	4,5	---	95,5	---	---	---	100
De 12 a 17 anos	Freq	---	1	23	---	5	1	30
	%	---	3,3	76,7	---	16,7	3,3	100
De 18 a 24 anos	Freq	---	---	7	5	5	1	18
	%	---	---	38,9	27,8	27,8	5,6	100
De 25 a 34 anos	Freq	1	---	6	---	2	1	10
	%	10,0	---	60,0	---	20,0	10,0	100
De 35 a 44 anos	Freq	---	---	1	---	---	---	1
	%	---	---	100,0	---	---	---	100
De 45 a 59 anos	Freq	---	1	---	---	---	---	1
	%	---	100,0	---	---	---	---	100
60 anos ou mais	Freq	1	---	---	---	---	---	1
	%	100,0	---	---	---	---	---	100
Total	Freq	3	2	65	5	12	3	90
	%	3,3	2,2	72,2	5,6	13,3	3,3	100

Fonte: Pesquisa sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos em Porto Alegre - 2008

Outro aspecto que fica presente na segurança é a constante ameaça de despejo promovida por particulares que utilizam mandatos forjados, e que geralmente estão associados ao poder público no uso da força. Porém, conhecedores dos limites da área de sua mata e seus animais, há um monitoramento dos membros principalmente nos casos de queimadas e tentativas de posse.

## 5.4 A regularização do território

A Comunidade tem na figura de Dona Edwirges a referência fundamental para constituição de sua identidade coletiva. Ela ocupou nas primeiras décadas do século XX, o território hoje territorializado pela comunidade. Edwirges, é o elo do passado que dá sentido as reivindicações do presente.

O pleito por titularização das terras tem início no ano de 2005 com a constituição da Associação Quilombola Dona Edwirges. Tal pleito é fruto do diálogo e da interação do grupo com a atual conjuntura legal e política que permite que a trajetória coletiva da comunidade seja reconhecida conforme os preceitos do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Brasileira do ano de 1988.

A comunidade dos Alpes constitui um grupo etnicamente diferenciado, que compartilha a memória de um passado comum, que vivencia um território de maneira tradicional e que projeta seu futuro através do seu reconhecimento como comunidade quilombola, de acordo com legislação vigente e a conseqüente e indispensável titularização do território que ocupa e reivindica.

## 6. O QUILOMBO FAMÍLIA FIDELIX

No bairro Cidade Baixa, o qual se caracteriza economicamente como um espaço de intenso comércio e de prestação de serviços, estão inseridas duas comunidades quilombolas, do Areal e Fidelix (58,0 %).

**TABELA 74 – Bairro onde se localizam as Comunidades**

	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Três Figueiras	15	8,7
Cascata	56	32,6
Azenha	30	17,4
Menino Deus	71	41,3
<b>Total</b>	<b>172</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos em Porto Alegre – 2008

A área da Cidade Baixa, conhecida no século XIX como toda região que compreendia o sul da colina da Rua Duque de Caxias, é um dos mais antigos arraiais que foi se expandindo quase concomitantemente ao centro da cidade no início do século XX. Conhecido culturalmente como um espaço dos antigos carnavais da Praça Garibaldi e pela sua musicalidade, sendo berço de vários músicos ligados ao swing e ao samba. Com uma nova delimitação foi estabelecido como bairro no ano de 1959, e atualmente conta com uma população de 16.634 moradores<sup>45</sup>, dispostos em uma área de 210 ha, contando com 7821 domicílios e com taxa de crescimento 91/2000: (-)1,9%. Localizada na área limítrofe, entre os bairros Cidade Baixa e Azenha, a Comunidade da Família Fidelix, porém, usufrui os serviços associados ao Bairro Cidade Baixa. Os índices econômicos apontados para este bairro não refletem a especificidade dos locais que os compõe, a exemplo do rendimento médio mensal dos responsáveis pelo domicílio segundo dados do ano de 2000, onde foi estabelecido em 11,20 salários. A pesquisa quantitativa que mapeou o nível salarial da comunidade aponta para 2 a 3 salários por família, contrastando com a realidade da maioria dos seus moradores.

<sup>45</sup> Fonte: Fundação de Economia e Estatística / 2003.

**TABELA 75 – Renda familiar em Salários Mínimos\* (SM)**

<i>Renda Familiar</i>	<i>Geral</i>		<i>Família Fidelix</i>	
	<i>Freq</i>	<i>%</i>	<i>Freq</i>	<i>%</i>
Nenhum rendimento	4	2,4	---	---
Até ½ SM ( <i>Até R\$ 190,0</i> )	12	7,1	---	---
De mais ½ a 01 SM ( <i>De R\$ 191,00 a R\$ 380,00</i> )	23	13,7	1	3,3
De mais 01 a 02 SM ( <i>De R\$ 381,00 a R\$ 760,00</i> )	59	35,1	11	36,7
De mais 02 a 04 SM ( <i>De R\$ 761,00 a R\$ 1.520,00</i> )	48	28,6	11	36,7
De mais de 04 a 06 SM ( <i>De R\$ 1.521,00 a R\$ 2.280,00</i> )	12	7,1	6	20,0
Mais de 06 SM ( <i>Mais de 2.280,00</i> )	10	6,0	1	3,3
<b>Total**</b>	<b>168</b>	<b>100</b>	<b>30</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa sobre Comunidades Remanescentes de Quilombos em Porto Alegre - 2008

Os desdobramentos das condições socioeconômicas dar-se-ão na impossibilidade de acesso à saúde, ao lazer, a educação, segregando estas comunidades economicamente, impossibilitando a sua ascensão social e a igualdade de condições de uma qualidade de vida. Por outro lado, esta segregação histórica contribui para o recorrente discurso da periferização, utilizado na retirada dos moradores da antiga área da Ilhota.

## 6.1 Do conhecimento ao acesso aos programas sociais

Os resultados apresentados pela pesquisa apontam para o desconhecimento das quatro comunidades em relação às ações da FASC, quais os serviços oferecidos, como ela atua, onde e como acessá-los. Ao utilizarem o espaço do CEDEL, que é extremamente importante para os Fidelix, desconhecem que um dos seus mantenedores é a FASC (é um centro onde as crianças e jovens aprendem informática, acolhendo alunos de comunidades vizinhas inclusive da Avenida Luís Guaranha). O CEDEL se mostra, neste sentido, um lugar para o aprendizado, para a formação e também um vínculo para esta comunidade que encontra espaço de acolhimento para a atuação de alguns membros mais velhos, seja na sua manutenção, no cuidado com a segurança do espaço, ou mesmo na implementação de hortas e jardins. As relações entre este centro e a comunidade se estreitam à medida que se amplia o sentimento de cooperação e também os espaços de atuação política de seus moradores.

“A gurizada aqui vai pra Cedel, o Cedel agora nos tá dando, ele tem um projeto ali de informática pras crianças, pras nossas crianças aqui, então eles tão todos nessa... Se tão na aula durante a tarde, de manhã eles tão no Cedel, então durante a manhã na aula, de tarde eles tão na Cedel, né, então seta sendo de grande valia essa coisa que o Cedel tá nos dando aí, então a gente tem uma boa integração, no qual o Milton é responsável pela horta do Cedel, né, a gente vai lá, uma mão lava a outra, né, então o Milton cuida da horta lá, cede os cachorros pra cuidar a escola, né, uns não valorizam isso, né, eu acho que é de grande valia, porque até o dia de hoje não roubaram nada do Cedel, né, e ele fica sem guarda, então o cachorro que ele coloca ali é importante.” (Sérgio Fidelix, 10/03/08).”

O que podemos constatar nos questionários onde surge a pergunta “o que é FASC” é que 60,3% dos entrevistados dizem não saber o que é. No entanto, entre os que dizem conhecer, 26 famílias avaliam o trabalho como ótimo 40,6% . O conceito de Assistência Social continua sendo visto e entendido como o auxílio de alguma instituição/ajuda por 53,2%. No entanto, diante das dificuldades e carências na esfera da assistência social, as demandas acabam sendo atendidas pelos familiares 63,2%.

A representação da FASC, junto aos Fidelix, ficou marcada negativamente em função do despejo ocorrido com 4 famílias no ano de 2006, onde estas foram retiradas repentinamente e de forma arbitrária do espaço em que ocupavam próximo à rua Sebastião Leão, com anuência de vários órgãos da Prefeitura Municipal inclusive da FASC.

A maioria dos membros aponta para o desconhecimento dos Programas Sociais desenvolvidos e oferecidos pelos poderes públicos em todas as esferas, não sabendo nem mesmo como acessá-los. Isto se reflete até mesmo em políticas públicas mais difundidas como o Programa Bolsa Família do Governo Federal, segundo a narrativa de uma das lideranças diz que somente uma família acessa este benefício e desconhece que as demais o utilizem.

## **6.2.Moradia**

A Família Fidelix, situada ao longo da Rua Otto Ernest Maier na área limítrofe entre os bairros Cidade Baixa e Azenha, é a mais recente comunidade a se reconhecer como quilombola na cidade de Porto Alegre. Seus membros ocuparam paulatinamente o espaço das

terras conhecidas como pertencentes à antiga Ilhota, a qual atualmente se constitui em terreno de propriedade do município de Porto Alegre. Geralmente os terrenos são de medidas irregulares, onde são construídas diversas habitações de membros da mesma família (filhos) ou de pessoas mais próximas, como os que chegam da cidade de Santana do Livramento. Neste sentido, em um dos terrenos havia uma espécie de casa de passagem para abrigar os que vinham para Porto Alegre em busca de trabalho. A casa ainda existe, mas não é mais utilizada para esta finalidade, atualmente se tornou moradia fixa de dois membros recentes na comunidade. Ocupando ao longo da rua um terreno de 62 metros quadrados, os Fidelix totalizam 32 famílias, dispostas em casas de alvenaria (34,5%), madeira (20,7%) e de construção mista (44,8%), algumas dessas ainda semi construídas, em construção ou em ainda em uma constante reforma (com previsão de um segundo piso) à medida que os membros das famílias (filhos, netos, sobrinhos, sogros, tios, cunhados, noras) ou agregados aumentam. Um percentual de 70% avalia as condições das moradias do estado de precário (44,8%) e regular (27,6%).

No aspecto quantitativo da pesquisa podemos perceber que além da reivindicação do território, o espaço destinado a moradia se mostrou não adequado na fala da maioria dos seus moradores (62,1%). Por sua vez, podemos vislumbrar com a pesquisa quanti-qualitativa as instalações sanitárias das moradias que possuem redes de esgoto e luz elétrica, mas que foi conquistado “aos poucos” ,

“O saneamento básico foi... É precário, precário, se a gente não investir nele, ajudando ao município, né, a gente não tem... A gente tem porque a gente investiu, entendeu, deixou de colocar uma calça ou uma camisa melhor pra investir no... É tijolo, é ferro que vocês tão vendo aí ó, isso tudo não é fácil pra gente ter, então pra gente ter uma condição de vida legal a gente tá investindo, a gente tá tirando, não o dinheiro, porque a gente come, não vou mentir pra vocês, mas tem outras pessoas que eu não sei come, nós aqui comemos, né, agora na casa do vizinho o que tá se passando eu não sei, pra ele ter um banheirinho bonito em condições, né, aqui um pouco da luz tá legalizado, outro pouco tá... A gente faz, temos pedidos, temos todas as notificações aí pra... Que a gente notificou, né, inclusive a gente teve uma reunião agora no... Fomos no Incra, a Procuradoria do Estado, do município, no Procurador Geral que é lá na Mauá, Ministério Público e tivemos uma reunião lá pra legalizar a água, que a gente tem, tá com água... Aquela água pra todos aqui, aquele... Mas a gente não... Sei lá, se a gente tem condições de pagar a nossa água, cada um, a gente quer legalizar bonitinho, cada um com o seu contador, aquela coisa, do que ficar uma água para todos que num momento qualquer eles venham a nos cobrar uma enormidade de água, a gente não sabe o porquê da doação, né, a gente pediu pra legalizar a água e não colocar uma água pública, né, então assim a gente quer também legalizar a luz, pra não ficar assim, uns com luz e outros com gato, né, de luz, que chama, não tá legal, tá puxando do vizinho, ajuda o vizinho pagar, mas às vezes dá até desconforto isso porque às vezes um vizinho não tem o dinheiro no mês e vem aí e cortam a luz, aí por causa de que... Que o outro vizinho não me passou a verba, então aí que se entorna o gato, né.” (Sérgio Fidelix, 10/03/2008)

Na aplicação dos questionários foram mapeadas 30 famílias, sendo que nas duas restantes os responsáveis pelo domicílio estavam ausentes de Porto Alegre, ou em horários em que a pesquisa não pode ser realizada (no caso no horário da zero as seis da manhã, inclusive nos fins de semana). A comunidade no ano de 2006 sofreu uma ação de despejo promovida pelo poder público municipal que reivindicava a retomada da posse do terreno limítrofe às casas situadas nos fundos da Rua Sebastião Leão, colocando os seus membros em situação de vulnerabilidade. A ação de despejo acabou revertida e as famílias permanecendo no espaço de origem, habitando casas precárias de madeiras doadas pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

### **6.3 Deficiências na saúde pública e da família**

A comunidade utiliza para o seu atendimento na área da saúde os Postos de Saúde Modelo (Avenida João Pessoa), pela facilidade de acesso, e Santa Marta, localizado na região central da cidade. Esses dois locais são referidos como muita ênfase pela comunidade pelo seu bom atendimento e rapidez nas demandas, também sendo atendidos pelo PSF (Programa de saúde da Família). Como alguns pertencem ao funcionalismo público estadual utilizam o IPE (Instituto Previdência do Estado) que consideram “caro”, pois pagam taxas por atendimento, preferindo o serviço público de saúde. Na tabela onde são expostos os dados que apontam para as doenças que mais acometem as comunidades quilombolas, na Família Fidelix podemos destacar as doenças consideradas decorrentes do “stress” como a pressão alta 50,0%, e dores no corpo/reumatismo 43,3%, o que pode mascarar sintomas da anemia falciforme que para muitos ainda é desconhecida. Outro dado recorrente em todas as comunidades é utilização em excesso do álcool 6,7%, tabagismo 43,3% e intimamente associado a esta doença a problemas psicológicos/depressão 36,7%. A reivindicação maior, porém, se dá na aquisição dos medicamentos, o que se contrapõem às demais comunidades, que não conseguem atendimento nem acesso aos postos, locais onde são constantemente invisibilizados, a exemplo do Quilombo dos Alpes.

## 6.4 Segurança

A rua nesta comunidade, como na comunidade do Areal, é o local do encontro, lazer e das sociabilidades, forjadas no churrasco dos finais de semana e da comunhão de uma origem comum (Santana do Livramento), do futebol, do carnaval e dos encontros nas reuniões Bar da Janete (fundos do Hospital). Mas é também, neste espaço situado no trânsito noturno dos porto alegrenses que procuram a Cidade Baixa para o lazer, onde a comunidade sente-se exposta e suscetível à utilização das drogas que ocorre no seu entorno. A comunidade faz uma espécie de monitoramento constante dos mais jovens (crianças e adolescentes) e tenta ocupar seu tempo livre (ao inverso do horário escolar) com as atividades oferecidas pelo poder público e também por oficinas de artesanato e reforço escolar oferecida pelos próprios adolescentes da comunidade. Outra forma de monitoramento espacial da comunidade é fazer uma espécie de ronda, exercida pelos mais velhos, ligados ou não a sua função desempenhada na segurança pública. Na entrevista qualitativa Sérgio Fidelix traz elementos que aprofundam a percepção de como a segurança da comunidade é importante,

“Que aqui, graças a Deus, hoje, não temos ponto de tráfico, não temos ladrão aqui, né, senão já tavam as câmeras tudo em nós aqui, então a gente, eu sou uma que sai de noite aí, vou fazer a minha ronda, fazer a minha ronda é modo de dizer, mas dou uma olhada, né, ali na frente, né, pra ver o que tá acontecendo com o filho do Fulano, o filho do Sicrano, se tá na rua e eles tão crescendo, né, então a gente tem que tá sempre... E espero que o meu filho faça a mesma coisa mais tarde, né, que ele também é da Brigada, né, e aí ele tá casado com uma brigadiana também, então seguimos uma linha agora de lanceiros negros, né, estamos sempre na frente, né, então estamos com esse espírito policial que nós...” (Sérgio Fidelix, 10/03/2008).

## 6.5 A regularização do território

O pleito território é o mais importante da comunidade e já tem cerca de um quarto de século. Além da segurança de moradia, a posse do território garante à comunidade possibilidades de regularização de seu comércio, de ampliação das casas e de permanência estratégica no local.

Em 2006, uma ação de despejo, mobilizou a comunidade para a criação da Associação Quilombola, mesmo sem consenso entre os moradores, pois já havia uma Associação de Moradores com inserção e atuação na comunidade. A Associação Quilombola serve como instrumento político na regularização o território, conforme atesta o Sr. Sérgio Fidelix,

“Por que quilombo? Porque nós temos raízes, somos netos de escravos, bisnetos de escravos e porque não usar... Porque aqui também seria criado uma colônia, né, a gente todos, a maioria, 70% de negros, asseguro, quem tava aqui, também com nós aqui não queria criar quilombo, a princípio foram contra, né, então a luta também pra criar, que a denominação de quilombo por causa da resistência e o que é o quilombo tivemos que estudar, pra saber o que é, então através do que a gente sabe que é a resistência, um grupo de pessoas que se unem para batalhar por um ideal, então é aqui. Então aqui a gente se ajuda, como você vê aí, os vizinhos pegam mesmo, né, e ajudamos um ao outro nas horas boas e nas horas ruins, na festa a gente vai todo mundo também” (Entrevista em 10/03/2008).

A busca pelo reconhecimento e o contato com o Ministério Público e o INCRA e outros órgãos, possibilitou um maior entendimento das lideranças do pleito, além do constate dialogo estabelecido com outras comunidades na busca pela regularização do território. Além da Associação Quilombola, a Associação de Moradores atua na busca de melhorias na saúde, na formação e na qualificação das pessoas do *Quilombo Família Fidelix*. Atualmente a comunidade está sendo capacitada por ONGs ligadas ao movimento negro para busca da reafirmação de seus direitos, bem como, a partir da parcerias entre a UFRGS e o INCRA na produção de um relatório sócio-histórico e antropológico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A caracterização geral das comunidades quilombolas urbanas que se destaca neste relatório não deve fazer perder de vista o caráter irreduzível e sempre singular da especificidade de cada processo de territorialização. As diferentes conformações de alianças entre o grupo étnico e o espaço que se faz extensão dos corpos e dos agenciamentos de subjetivação não se submetem a nenhuma gramática geral prévia porque o inventário dos entes pertinentes e das modalidades de vinculação é por definição inesgotável. É esse caráter inesgotável das entidades mobilizáveis em processos de afirmação de identidades étnicas que dá aos estudos sobre etnicidade o caráter de “sempre em aberto” e faz a impossibilidade de se oferecer aos parâmetros jurídicos, de uma vez por todas, um conjunto de características fundamentais a serem levadas em conta em todos os casos.

De todo o modo é possível destacar que em Porto Alegre os quilombolas se fazem parceiros de um tipo de paisagem urbana, de uma memória e de um *ethos* comum que fala à cidade no idioma da etnicidade. No modo como o território se alia ao grupo étnico, a modernidade pode se anunciar como uma multiplicidade de formas de bem-viver alternativas às formas que se tornaram hegemônicas na cidade.

E nesse sentido de aspirações a outras modalidades de bem-viver que este relatório destaca em seu corpo que os remanescentes de quilombos não são meramente negros em território urbano, mas são comunidades de negros que têm a peculiaridade de compartilharem num grupo restrito um sentido de comunidade.

Todas essas comunidades acionam o idioma étnico para falar sobre sua unidade e singularidade. Assumem-se como comunidades majoritariamente negras – mas não exclusivamente – que possuem elementos que as distinguem no meio social em que se inserem. Entretanto, invocam diferentes formas de construção de identidades quilombolas. Algumas acionam as relações de parentesco para afirmar essa unidade: são descendentes de um mesmo tronco familiar. Tal o caso das Famílias Silva e Fidelix – que, entretanto, diferem entre si em termos de escala e volume de membros da comunidade, bem como pelo fato de a

Família Fidelix ter uma ligação estreita com sua cidade de origem, Santana do Livramento. Outras, como é o caso do Areal, acionam o seu modo de vida, a sociabilidade de rua, as relações de vizinhança, mas acima de tudo a herança de um antigo território negro e o fato de serem portadores de suas memórias e suas tradições, como elemento de distintividade. Em meio termo, em que ambos os critérios diferenciadores – tanto o parentesco quanto as sociabilidades e seu modo de vida - estão em jogo, temos o Quilombo dos Alpes. Essas comunidades, em conjunto, apesar de não mobilizadas de maneira unificada e organizada, falam sobre as trajetórias de resistência dessas populações na cidade de Porto Alegre.

A densa tessitura de relações baseadas em reciprocidade, codificadas sob o registro do parentesco e da consangüinidade (Família Silva e Família Fidelix), de sociabilidade e *ethos* (Quilombo do Areal), ou a partir das de ambas as bases (Quilombo dos Alpes) fazem de quatro bases físicas na cidade *locus* de agenciamentos etnicamente diferenciados de subjetivação.

É porque, neste caso, o espaço físico é indissociável do modo como as pessoas são socialmente construídas que é tão vigorosa a demanda pelo reconhecimento da legitimidade de posse dos territórios que ocupam. O direito territorial se faz aqui como substrato indispensável à efetiva realização dos demais direitos sociais.

Políticas sociais destinadas a grupos sociais que abrem clareiras para modalidades alternativas de se inserir na modernidade, só serão efetivamente “participativas” se os seus agentes externos (estatais ou não) tiverem sempre presente o caráter necessariamente “inadequado” das propostas previamente gestadas nos centros hegemônicos de uma etnicidade que no caso se apresenta como a alteridade por excelência. Abrir espaços de negociação na implementação de políticas sociais para os quilombos urbanos, grupos sociais de resistência e sobrevivência à uma urbanidade essencialmente hostil, só se realiza numa readequação da normatividade que institucionaliza a relação interétnica em pauta. Isso significa que antes de se institucionalizar qual política de assistência é a adequada a esse grupo, se impõe discutir qual é o espaço e a modalidade de constituição de esferas públicas adequadas nas comunidades, para se lidar com o sofrimento que se reproduz ao longo de gerações de racialização excludente.

Comunidades de ascendência marcadamente negra, empobrecidas sob o efeito de uma urbanização feita a golpes de remoção territorial, com *ethos* e costumes diferenciados dos grupos que lhes circundam, e que se mantém apesar de amplos processos de empobrecimento urbano e segregação espacial, não são quaisquer comunidades para políticas sociais mais participativas.

Nesta conclusão, em um primeiro momento se reconstrói os traços mais diferenciados nas características das comunidades quilombolas urbanas, os quais se destacaram ao longo da pesquisa para em seguida apontar para norteadores gerais de políticas sociais para os quilombolas urbanos de Porto Alegre.

Quatro lugares em que grupos sociais se fazem parceiros de um tipo de paisagem urbana constituída por núcleos de pequenas casas de madeira, cuja precariedade é ressentida pelos próprios moradores: 64,5% dos entrevistados não considera bom o estado da casa. As marcas da desfiliação em relação às políticas básicas de saneamento ganham no alto, expressividade contrastante no emaranhado de fios indicando o acesso irregular à eletricidade para grande parte das casas.

Impõe-se aqui enfatizar em primeiro lugar que se tratam de comunidades que demandam com urgência políticas na área de saúde, educação, moradia, segurança, assistência social, sob uma base sólida de uma política pública de regularização fundiária. São 172 famílias cadastradas, de um universo que pode chegar a 200 famílias se levar em conta àquelas que se deslocaram momentaneamente para outras localidades na busca de trabalho, atendimento escolar, mas que não perdem o vínculo de origens e portanto a identidade quilombola em reconfiguração. De todo o modo se pode trabalhar com o dado de que se trata de uma população quilombola de 633 pessoas. A exigência de políticas sociais especiais para um segmento que representa 0,05% do universo da população total de Porto Alegre (1.360.590 habitantes) de fundamentos estritamente vinculados à história da cidade, de tal modo que a ameaça de apagamento desses grupos do mapa da cidade pesa sobre uma das dimensões mais humanas de uma historicidade a se resgatar.

Esse relatório demonstrou que as quatro comunidades se vinculam de modo similar a história do negro em Porto Alegre, tendo origem no espaço de desagregação do cinturão negro que torneava o núcleo central da cidade no século XIX e ainda o final do século passado. A geografia da escravidão havia escavado as áreas mais sujeitas às inundações para os escravos e seus descendentes. Nesses, outrora lugares distantes e, sobretudo perigosos, os descendentes de escravos inscreveram no rosto das áreas mais estigmatizadas crônicas de carnaval, samba e batuque. Hoje são territórios étnicos encravados no coração da cidade propondo outra memória e outros monumentos.

É justamente nesses espaços outrora estigmatizados que emergem ou persistem comunidades negras apesar das vagas de reordenamento urbano que significaram, sobretudo higienização. Na medida em que a imprensa desde o fim do século XIX nunca deixou de contribuir para reforçar os estereótipos sobre esses territórios como lugares perigosos, as

operações de limpeza étnica das comunidades negras do centro da cidade sempre pareceram carregadas da dimensão moral típica das campanhas de higienização conformadas às classes médias brancas.

Se no século passado o entorno de Porto Alegre eram a Ilhota, o Areal da Baronesa, a Colônia Africana e a Cidade Baixa, com imensos territórios negros, a memória viva desse cinturão negro se monumentaliza hoje na forma de pequenas comunidades remanescentes de quilombos. É assim que, mesmo se fugidos de outros espaços de escravidão e racismo no interior do estado, quando se reterritorializam em Porto Alegre, a Família Silva e a Família Fidelix não deixam de percorrer no território da memória da cidade, respectivamente a Colônia e a Ilhota, das quais se fazem monumentos.

Na medida em que a maioria dos afrobrasileiros expulsos da região, hoje, central da cidade constituíram novos territórios em lugares mais distantes (como o bairro Restinga, em Porto Alegre), os núcleos que permaneceram, “no centro”, ou foram aí recriados quando o lugar ainda era uma periferia, enfrentaram circunstâncias especiais de estarem ilhados não mais por inundações, mas por um entorno que se diferencia por razões de distinções de classe que se racializam sob o registro das diferenças de cor de pele. A consolidação desses lugares como territórios etnicamente diferenciados de um entorno predominantemente branco, se faz simultaneamente sob as fronteiras constituídas pelas estratégias de distinções de raça e classe dos recém-chegados.

Para o confinamento espacial e desfiliação, as estratégias de segregação do entorno se somou à marginalização por parte das políticas públicas. A ausência de políticas específicas para um contingente dotado dessa peculiaridade histórica e a precariedade das políticas universalistas conformaram os quilombos urbanos como espaços socialmente distantes. A distância social de suas propriedades culturais em relação aos centros de consagração social dominantes não se expressa na distância geográfica, graças à persistência tenaz que os manteve relativamente próximos ao centro geográfico da cidade. Assim os quatro territórios se fazem suportes centrais da história afro-brasileira da cidade.

Por essa formação histórica comum, ao ressemantizarem suas identidades como quilombolas, as quatro comunidades interpelam as histórias institucionalizadas da cidade no sentido da abertura a novas versões mais includentes. As comunidades remanescentes de quilombos de Porto Alegre estão inseridas na profundidade histórica dos processos de reordenamento urbano da cidade, como o reverso de sua modernização excludente.

As redes de instituições que nos últimos anos vêm atuando junto às comunidades quilombolas se fazem parceiras desse sentido de justiça étnica que emerge na cidade, propondo a possibilidade de preservação das diferenças, modernidades alternativas na modalidade da apropriação do termo quilombos.

Do movimento negro ao INCRA, o aparecimento de forças institucionais externas que tornam visíveis os territórios quilombolas tem tido como efeito interno o fortalecimento do tecido de sociabilidades que estendem por redes de relações de reciprocidades a percepção de uma unidade fundada no sangue. É assim que a par do aparecimento das associações quilombolas novos espaços de lazer dinamizam as vidas comunitárias e já desgastadas demandas por saúde e assistência social ganham novo vigor ao lado do pleito pela regularização da terra.

A FASC poderá se fazer parceira de modalidades alternativas de constituição de formas quilombolas de bem-viver, se além de responder as demandas mais imediatas por assistência social, ela for solidária às políticas comunitárias de territorialização e reterritorialização.

É certo que há nas comunidades quilombolas uma intensa demanda por benefícios sociais, o que se expressa no fato de 77,2 % de entrevistados apontarem a concessão de cestas básicas, vales-transporte, documentação e outros como o serviço que mais precisa ser melhorado. Mas não está menos presente (sobretudo nas entrevistas qualitativas com lideranças) a ênfase na idéia de que o que se espera dos agentes externos e, sobretudo das agências do Estado, é um esforço e uma contribuição no sentido do avanço do processo de regularização fundiária.

É sobre a base de uma segurança territorial (resolução dos problemas fundiários) que as ações de assistência social podem começar a fazer mais sentido. Basta recordar o quadro dos dados sistematizados acima, em que um quarto dos entrevistados não sabe o que é ou se recusa a definir a assistência social.

Sob a constante ameaça da especulação imobiliária, a relação com os agenciamentos de políticas sociais perde o caráter da simetria cidadã entre os agentes que representam a política e o público alvo. Nesse contexto a política perde a possibilidade de ser percebida como mais do que a concessão de um benefício, como um direito. Um conjunto de direitos que poderia estar sendo enquadrado no idioma das modalidades alternativas de bem-viver de uma modernidade alternativa tende assim a se esgotar na linguagem do clientelismo de Estado.

A falta de acesso a políticas consistentes de saúde e emprego fragilizam ainda mais a base de dignidade a partir da qual seria possível uma real participação na reconstrução dos territórios de autonomia que essa presença quilombola em Porto Alegre anuncia.

Grosso modo, os dados evidenciaram que os quilombolas de Porto Alegre se reconhecem ou não nas políticas sociais do município ou não têm acesso a elas. Podemos verificar acima que com a exceção, não muito relevante do Bolsa Família, os demais programas só são assinalados por 0,6% a no máximo 3,5% , das famílias quilombolas.

Mais grave ainda é que essa frágil incidência dos programas sociais com origem no Estado não chega a ser compensada por ações Municipais, de ONG ou instituições religiosas. É nesse cenário que as associações locais se potencializam como mediadoras das políticas sociais mais incisivas. Enquanto os Órgãos da Prefeitura Municipal deixam de atingir 97% das famílias, as associações são reconhecidas como provedoras de benefícios sociais por quase 20% dos entrevistados. Pode-se prever que com o avanço na regularização fundiária, a intensa adesão à associação quilombola abre novas esferas públicas para articulação de programas sociais segundo as aspirações quilombolas em pauta.

Considera-se aqui que as dimensões dialógicas da obra de Habermas (2004), à luz da interpretação experimentada em um caso próximo deste que tomamos para análise (Cardoso de Oliveira, 2000), facilitaria o processo de explicitação das gramáticas da mediação interétnica quando se impõe produzir visibilidade, participação e cooperação na elaboração e implementação de políticas sociais.

Após reconhecer que a história e a cultura são as fontes de uma imensa variedade de formas simbólicas, bem como da especificidade das identidades individuais e coletivas, Habermas (2004) aponta para um pluralismo epistêmico que se pode reconhecer como devendo ser a base de toda a política de inclusão com dimensão interétnica:

Percebemos também, pelo mesmo ato, o tamanho do desafio representado pelo pluralismo epistêmico. Até certo ponto, o fato do pluralismo cultural também significa que o mundo se revela e é interpretado de modo diferente segundo as perspectivas dos diversos indivíduos e grupos – pelo menos num primeiro momento. Uma espécie de pluralismo interpretativo afeta a visão de mundo e a autocompreensão, bem como a percepção dos valores e dos interesses de pessoas cuja história individual tem suas raízes em determinadas tradições e formas de vida e é por elas moldada. (Habermas, 2004, p. 9).

Deriva desse pluralismo epistêmico uma posição de defesa de direitos culturais, que pode ser colocada em contato termo a termo com os referenciais dos projetos que a serem

desenvolvidos no âmbito das agências de mediação diante das *comunidades quilombolas*. Tal consideração aposta num respeito ao público-alvo, com o qual se põe em prática em metodologias participativas que, em princípio, devem levar em consideração os atores sociais envolvidos no processo.

A articulação das políticas, ao levar em conta os anseios e as demandas da *comunidade*, instaura nas *comunidades* uma esfera pública específica. A participação, tanto no que diz respeito à concepção quanto ao gerenciamento e à execução das atividades, pressupõe que agentes do Estado e membros da comunidade ajam comunicativamente. Deve-se atentar ainda para o fato de que a longa exclusão desse último segmento da participação das políticas institucionais hegemônicas não apenas os coloca na posição de destituídos dos instrumentos legitimados de uma participação mais ativa nas esferas institucionalizadas, mas também a possibilidade de que seres da cosmologia até aqui rejeitada não sejam representáveis sob as regras do discurso hegemônico. Daí o desafio da permanente incompletude das normatividades que devem reger o diálogo interétnico na implementação de políticas de inclusão.

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os Quilombos e as Novas Etnias: é necessário que nos libertemos da definição arqueológica. In: O'DWYER, Eliane Catarino (org). **Quilombos: Identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2002. p. 43-82.
- ANJOS, José Carlos Gomes dos. **No território da linha cruzada: a Cosmopolítica afro-brasileira**. Porto Alegre. UFRGS/Fundação Cultural Palmares, 2006.
- ARRUTI, José Maurício Andion. A Emergência dos “Remanescentes”: Notas para o diálogo entre Indígenas e Quilombolas. In: **Mana**, vol. 3, no. 2. Rio de Janeiro, out. 1997. p. 7-38.
- BARTH, Fredrik. Grupos Étnicos e suas Fronteiras. In: POUTGNAT & STREIFF-FENART J. (orgs.). **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: Editora Unesp. 1988. p.187-227.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand do Brasil, 1989.
- BRESCIANI, Maria Stella. A Difícil definição de um objeto. In: **Permanência e Ruptura no Estudo das Cidades**. Conferência, UNICAMP, 1990. pp.11-26.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R **Ação indigenista, etnicidade e o diálogo interétnico**. Estudos Avançados. v. 14, n. 40. Set./Dez. 2000.
- CARVALHO, Ana Paula Comin de; WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **Família Silva: Resistência Negra no bairro Três Figueiras**. Laudo antropológico e histórico de reconhecimento da comunidade remanescente de quilombo Família Silva para cumprimento ao Artigo 68 / ADCT. Porto Alegre: FCP / PMPOA, 2004.
- CARVALHO, Ana Paula Comin de. **O Quilombo da “Família Silva”: Etnicização e politização de um conflito territorial na cidade de Porto Alegre/RS**. Prêmio ABA/MDA Territórios Quilombolas / Associação Brasileira de Antropologia (org.). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2006.
- CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: Antropologia e Literatura no século XX**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.
- FRANCO, Sérgio da Costa. **Guia Histórico de Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora da Universidade, UFRGS, 1988.
- GOFFMANN, Erving. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Rio de Janeiro: ed. Guanabara Koogan, 4<sup>o</sup> edição, 1988.
- HABERMAS, Jürgen. **A ética da discussão e a questão da verdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990. KERSTING, Eduardo H. Índícios em Representações: Denominações em torno da Colônia Africana. In: **Anos 90 - Revista do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. n<sup>o</sup> 9,1998. p.150-164.
- KERSTING, Eduardo H. **Negros e a Modernidade Urbana em Porto Alegre: A Colônia Africana (1888-1920)**. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998.

- LEITE, Ilka Boaventura. Quilombos e quilombolas: cidadania ou folclorização? In: **Horizontes Antropológicos**, ano 5, n. 10. Porto Alegre, maio de 1999. p. 123-150
- LEITE, Ilka Boaventura. Descendentes de africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação. In: **Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.
- MARQUES, Olavo Ramalho. **Entre a avenida Luís Guaranha e o Quilombo do Areal: estudo etnográfico sobre memória, sociabilidade e territorialidade negra em Porto Alegre/RS**. Prêmio ABA/MDA Territórios Quilombolas / Associação Brasileira de Antropologia (org.). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2006.
- MATTOS, Jane Rocha de. “**Que arraial que nada, aquilo lá é um areal**”. **O Areal da Baronesa: Imaginário e História (1879-1921)**. Dissertação (Mestrado em história) - Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.
- MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre: urbanização e Modernidade**. A construção social do espaço urbano. Porto Alegre, Edipucrs, 1995.
- Observatório Quilombola/Koinonia - <http://www.koinonia.org.br/oq>. “**Intensificado o processo de regularização de quilombos urbanos**” Matéria disponível em <http://www.cedefes.org.br/new/index.php?conteudo=materias/index&secao=3&tema=31&matéria=3589>, acessado em 02 de novembro de 2007.
- PECHMANN, Robert Moses. Os Excluídos da Rua: Ordem Urbana e Cultura Popular. In: **Imagens da Cidade, séculos XIX e XX**. São Paulo: Marco Zero, 1994.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. (Coord.). **Memória Porto Alegre, Espaços e Vivências**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1991.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O Desfazer da Ordem Feitichizada: Walter Benjamin e o Imaginário Social. In: Cultura**. São Paulo, Vozes, n.5, v.89, set./out., 1995. p.34-44.
- PICCOLO, Helga. **Porto Alegre - meados do século XIX: A Cidade Negra**. In: Anais da X Reunião SBPH - Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica. Porto Alegre. UFRGS, 1991, p.42.
- PIMENTEL, Fortunato. **Aspectos Gerais de Porto Alegre**. Porto Alegre, Imprensa Oficial, 1945, v.1-2, 648, II.
- PORTO ALEGRE, Achylles. **História Popular de Porto Alegre**. Porto Alegre: U.E. / Porto Alegre, 1994.
- PORTO ALEGRE, Achylles. **Porto Alegre Através do Passado (Crônica e História)**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1920.
- PORTO ALEGRE, Prefeitura Municipal de. **A Grande Glória**. Organização de Jorge Alberto Soares Barcellos, Carlos Riella e Ricardo de Aguiar Pacheco. Secretaria Municipal de Cultura, Projeto Memória dos Bairros. Porto Alegre: U.E./Porto Alegre, 1995.
- PORTO ALEGRE, Prefeitura Municipal de. **Mapas temáticos**. Disponível em: <http://geoobservatorio.palegre.com.br>. Acessado em 15/05/2008.
- PORTO ALEGRE, Prefeitura Municipal de. **Informações da Cidade, Dados Populacionais**. Disponível em: [http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p\\_secao=43](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p_secao=43). Acessado em 16/05/2008.
- POUTIGNAT & STREIFF-FENART, J. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: UNESP, 1988.

RADÜNZ, Roberto. “Concepções de cidadania num Brasil desigual”. In: BILHÃO, Isabel (org.). **Visões do Brasil: Realidade e Perspectivas**. Caxias do Sul (RS): EDUCS, 2003 (p. 63-74).

RAMOS, Ieda Cristina Alves; TAGLIAPIETRA, José Rui Cancian [et. al.]. Cadê o quilombo que estava aqui? Identificar para regularizar. In: CANTANHEDE FILHO; Aniceto [et. al.]. **Incra e os desafios para regularização dos territórios quilombolas: algumas experiências**. Brasília: MDA: INCRA. 2006.

ROLNIK, Raquel. História Urbana: História da Cidade. In: FERNANDES, Ana, GOMES, Marco Aurélio de Figueiras (org.). **Cidade & História-Modernização das Cidades Brasileiras nos séculos XIX e XX**. UFBA, ANPUR, 1992. Seminário de História Urbana, 1, Salvador, Nov de 1990, p.28.

SANHUDO, Ary Veiga. Porto Alegre - **Crônicas da Minha Cidade**. Porto Alegre, IEL/UCS, 1979.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil- 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEBASTIÃO, Leão. **Relatório do Dr. Sebastião Leão - Médico de Polícia**, 1897.

SODRÉ, Muniz. **O Terreiro e a Cidade: a forma social negro-brasileira**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1998.

WEBER, Max. Relações Comunitárias Étnicas. In: **Economia e Sociedade**. v. 1. Brasília: UNB, 1991. p.267-277.

### **Fontes primárias**

#### JORNAIS

Correio do Povo-1973  
Diário de Notícias-1927  
O Independente-1910

#### ARQUIVOS

Museu de Comunicação Hipólito José da Costa  
Arquivo Histórico Moysés Vellinho  
Arquivo Público do Rio Grande do Sul

### **Fontes secundárias**

#### ENTREVISTADOS

Gessi da Rosa Fontoura – 12/03/2008  
Rita de Cássia Silva Dutra e Lorivaldino da Silva – 15/03/2008  
Rosangela da Silva Ellias – 08/03/2008  
Sérgio Ivan dos Santos Fidelix – 10/03/2008  
Sônia Maria Figueiredo Xavier – 18/03/2008

Porto Alegre, maio de 2008